

DISCURSO MEDIÁTICO E METÁFORA DA CRISE NO MERCADO FINANCEIRO

ANÁLISE DAS PEÇAS JORNALÍSTICAS PUBLICADAS NOS PERIÓDICOS O *PÚBLICO* E *CORREIO DA
MANHÃ* NOS SEGUNDOS SEMESTRES DE 2007 E 2008

Juliana Mello Souza

Trabalho de Mestrado
Em Ciências da Comunicação com Especialização em
Estudos dos Media e Jornalismo

SETEMBRO DE 2010



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em (Ciências da Comunicação), realizada sob a orientação científica de Adriano Duarte Rodrigues e co-orientação científica de Hermenegildo Ferreira Borges

[DECLARAÇÕES]

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, de de

Declaro que esta Tese se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

O(A) orientador(a),

Lisboa, de de

Ao meu amado Guilherme, o grande responsável pela mudança no meu olhar já cansado e desacreditado no amor. Um ser humano que tem me mostrado, incansavelmente, no nosso dia-a-dia, o quanto é importante estar de coração aberto para as grandes surpresas que a vida revela. A você, meu adorável açoreano, todo meu apreço, admiração e respeito.

Agradecimentos

Em apenas dois anos de minha história lusitana, tive a grata satisfação de trazer para o meu convívio seres humanos raros e dignos de muito respeito e admiração. Amigos que me apoiaram em momentos preciosos desta história d'além mares e que, carinhosa e orgulhosamente, aprendi a chamar de família. Agradeço a estes amigos luso-brasileiros e ao meu companheiro Guilherme, que me ensinaram o verdadeiro significado das palavras amizade e solidariedade e que não mediram esforços para que esta histórica cá escrita fosse de sucesso, realizações e momentos marcantes.

Agradeço à minha família genuinamente brasileira, a qual, longe de eufemismos ou frases de efeito, esteve incondicionalmente ao meu lado em todas as decisões tomadas. Nesta saudade oceânica, meus pais (Carlos e Maria do Carmo) e minha irmã (Fernanda) deram-me forças e um amor incomparável.

Não poderia deixar de lembrar e agradecer à figura forte e desbravadora de meu avô paterno Deoclécio Francisco de Souza (*in memoriam*), homem digno e perseverante que, como uma figura típica do migrante brasileiro, deixou a terra agredida e seca de Minas Gerais para fazer sua história na cidade grande de São Paulo. Semi-analfabeto, educou seus filhos, semeou bons frutos e mostrou a seus netos a riqueza de se “saber cada vez mais sobre o mundo”. Enquanto estudante, assim como meus pais, “Dió” não hesitou em ajudar-me de todas as maneiras para a obtenção do diploma. Para mim, indiscutivelmente, um exemplo de vitória!

Meu muito obrigada ao Professor Doutor Adriano Duarte Rodrigues. Sábio mestre, orientou-me no caminho correcto e deu-me o suporte necessário, sobretudo na fase final, para colocar em prática os estudos da área de Linguística. Grata a sorte de tê-lo como amigo.

Finalmente, não há palavras para agradecer a gentileza, solicitude, apoio e dedicação do meu co-orientador, o Professor Doutor Hermenegildo Ferreira Borges. Sempre disposto a tornar meu esforço um trabalho digno e à altura de um Mestrado sob sua supervisão, Borges foi figura fundamental na confecção e no sucesso desta tese de Mestrado.

Resumo

Discurso mediático e metáfora da crise no sistema financeiro mundial

Os *media* têm transformado, quotidiana e velozmente, os processos de comunicação e suscitado novas interações comunicativas entre os “actores sociais”, bem como novas formas de leitura e assimilação das informações transmitidas. Uma *diathesis* em constante mudança. Tais processos geram signos e linguagens específicas que produzem efeitos de percepção, recepção e comportamentos sociais.

Nos textos jornalísticos que abordam a mais recente crise do sistema financeiro mundial, encontramos marcas de enunciação e marcas linguísticas que permitem evidenciar, no sentido das palavras, no interior dos seus quadros sociais, um discurso previamente fabricado, em que a cultura própria de cada indivíduo transparece através dos discursos que lhe são destinados.

Este estudo buscou identificar de que forma a crise do sistema hipotecário dos Estados Unidos, que culminou no atual processo de recessão económica mundial, constituiu tema de visibilidade no discurso mediático. Foram analisadas reportagens, artigos e crónicas dos jornais portugueses *Público* e *Correio da Manhã* – de linhas editoriais diferentes e de circulação nacional – presentes nas edições dos segundos semestres de 2007 e 2008, período em que o tema eclodiu e ganhou notoriedade junto à opinião pública, respectivamente.

Levamos a cabo uma análise de conteúdo no sentido de perceber como os *media* trabalham importantes dispositivos de linguagem, no nosso caso as metáforas e a configuração de layout, a fim de cumprir sua função performativa, a persuadir e convencer um público cada vez mais integrado com as modalidades discursivas. Verificou-se, com o auxílio de ferramentas de Comunicação/Media e Semiolingüística, como o discurso mediático pode ser eficaz na representação de um modelo de comportamento, construindo um retrato da realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso Mediático – Linguagem – Conceptualização Metafórica – Crise Económica.

Abstract

The media discourse and the metaphor of the crisis in the global financial system

The media has transformed, every day and fast, the communication processes and raised new communicative interactions between the “social partners” as well as new forms of reading and assimilation of information transmitted. A diathesis-changing. Such processes produce signs and specific languages effects of perception, reception and social behaviors.

In journalistic articles that discuss the latest crisis in the global financial system, we found marks of enunciation and language tags that allow evidence in the sense of words, within their social contexts, previously made a speech, in which the culture of each individual transpires through the speeches that are intended.

This study sought to identify how the crisis in the United States mortgage system, which culminated in the current process of global economic recession, was the subject of visibility in the media discourse. We analyzed reports, articles and chronicles of the Portuguese newspapers *Público* e *Correio da Manhã* - editorial lines of different national and movement - these issues in the second halves of 2007 and 2008, during which the issue erupted and gained notoriety in public opinion, respectively.

We conducted a content analysis in order to understand how the media works important language devices, in our case the metaphors and layout configuration, in order to fulfill its performative function, to persuade and convince an ever more integrated with the terms discursive. It was found, with the aid of tools Communication/Media and Semiolinguistic such as media discourse can be effective in representing a model of behavior, building a picture of reality.

KEYWORDS: Media Discourse - Language - Metaphoric Conceptualization - Economic Crisis.

Índice

Introdução.....	9
Capítulo I: O Discurso Mediático	12
I. 1. Como se apresenta e actua o discurso no cenário dos <i>media</i>	12
I. 2. Acto de linguagem e discurso sob a óptica de Patrick Charaudeau	16
I. 3. A linguagem que reafirma e consolida a força dos <i>media</i>	19
I. 4. O jornalismo como forma social de conhecimento	22
Capítulo II: A retórica enquanto alicerce na estruturação do discurso jornalístico.....	26
II. 1. Retórica e linguagem.....	26
II. 2. “Comunhão com o auditório”	28
Capítulo III: Interpretação metafórica.....	31
III. 1. A metáfora como coadjuvante na produção do discurso mediático ...	31
III. 2. A metáfora no quotidiano: similaridade e operação cognitiva	33
III. 3. Conceptualização metafórica da crise	36
Capítulo IV: Análise Empírica	40
IV. 1. <i>Modus operandi</i> da análise.....	40
IV. 2. A conceptualização metafórica como instrumento de análise.....	42
IV. 3. Análise de conteúdo	49
Considerações finais.....	53
Bibliografia fundamental	60
Bibliografia complementar.....	62
Anexos	63

Introdução

Os jornais, rádios, revistas, cinema, televisão e websites constituem na sua emergência e acção transformadora deste nosso mundo marcos históricos e sociais na história dos *media* e da história dos homens. Desde seu advento, em que o público receptor das mensagens era tido como homogéneo – o que acabou por configurar o que foi denominado comunicação de massa – até às novas tecnologias na sociedade contemporânea, os processos comunicativos dos *media* lançam mão de um discurso próprio e que, muitas vezes, actua sobre as emoções de seus intérpretes e influenciam a disposição (*diathesis*) para a acção.

Esse discurso moldado para os mais diferentes formatos e conteúdos produz efeitos de integração, percepção e recepção da informação, actuando directamente nos comportamentos sociais, na vida quotidiana destes “actores”. Nesta perspectiva, os *media* têm transformado os processos de comunicação e suscitado novas interacções comunicativas com seu público, implementando um novo *modus operandi*.

O discurso do jornalismo, em sua prática quotidiana, regula e converge sua produção a fim de “actuar de um modo ou outro sobre a inteligência e a consciência do destinatário” (Ayala, 1984: 48). Num contínuo processo de fabricação, conceptualiza e vende ideias, interpretações e expectativas dos mais diversos aspectos da vida social, transformando-se num “órgão de opinião pública; isto é, num destacadíssimo instrumento de acção política” (Ayala, 1984), a interpretar e reportar o que se passa no mundo.

Pode-se partir da hipótese, portanto, de que é através do discurso que os *media* são capazes de mover seus intérpretes/receptores para a acção (Magalhães: 2000). De forma convergente, Perelman e Tyteca fazem-nos notar que a forma do discurso visa produzir efeitos argumentativos relativamente ao objecto do discurso. Mas acrescentam que a forma pode ainda oferecer um conjunto de caracteres que favorecem o que designam como a “comunhão com o auditório”, conjunto este que, por sua vez, “se acomoda a diversos estilos, a fórmulas particulares, características de um meio, do lugar que se ocupa, de uma certa metáfora cultural” (Perelman-Tyteca, 1988: 220).

É justamente nesta linha de produção da informação, com o auxílio de recursos linguísticos e de sistemas semióticos, que a metáfora se inscreve, implícita, oculta ou a saltar aos olhos. Como este recurso retórico desempenha um importante papel cognitivo, acaba por auxiliar os profissionais mediáticos num trabalho de acepção do quotidiano, configurando as representações e dando forma, característica, à realidade. Ela é usada para diversas

finalidades comunicativas em todos os domínios do discurso, como por exemplo, para persuadir no discurso publicitário e político, para orientar, no discurso da educação, para informar, no discurso dos vários campos da ciência, entre eles, o da Economia.

Tema complexo por natureza, o discurso económico, como explica Augusto Soares da Silva (2009), é “rico em metáforas conceptuais, o que sugere que os conceitos económicos, como abstractos e complicados que são, se tornam individualmente compreensíveis e interindividualmente apreensíveis quando neles se projecta o conhecimento sobre os outros domínios” (2009: 02).

Importa ter presente que uma reportagem ou um artigo de opinião sobre matéria económica, quer se dirija a um público especializado ou a um “público de profanos”, recorre necessariamente a categorias argumentativas e outros dispositivos retóricos/linguísticos como dispositivos de fundamentação racional do discurso jornalístico. Através deles se cumpre também a vocação performativa deste último que, em termos muito gerais, se exprime nos objectivos antinómicos de informar e persuadir (Charaudeau, 1983). Para tal, toda uma linguagem deve ser (retoricamente) bem trabalhada, desenhada e utilizada para que a concepção acerca do tema seja rica e, assim, se entenda a amplitude mundial da crise e da sua natureza sistémica.

Neste contexto, tem sido cada vez mais recorrente na actividade jornalística o uso de dispositivos da linguagem para facilitar o mapeamento conceptual do domínio abstracto da crise, dando forma e valor a modelos cognitivos. Metáforas, metonímias, analogias, além de inúmeras outras categorias e figuras argumentativas, surgem empenhadas em estabelecer e assegurar uma “comunhão com o auditório” ou para criar um forte “efeito de presença” do fenómeno da crise na consciência dos leitores e, desse modo, auxiliá-los a organizar mentalmente a estrutura e o funcionamento de fenómenos tão complexos e abstractos por natureza.

Propomo-nos, no presente trabalho, levar a cabo uma análise argumentativa das notícias sobre a crise, veiculadas em dois periódicos tradicionais da imprensa portuguesa, no sentido de perceber como é que os *media* trabalham importantes dispositivos de linguagem e, desse modo, cumprem cabalmente a sua função performativa, guiados teleologicamente, como sabemos, pelos sobre ditos objectivos antinómicos de informar e captar audiências.

Para tanto, elegemos como objecto empírico um alargado *corpus* de notícias e artigos de opinião, publicados nos dois últimos semestres dos anos de 2007 e 2008 pelos jornais portugueses *Público* e *Correio da Manhã*. A título de contextualização, o recorte temporal

feito baseia-se em referências económicas, uma vez que foi nestes dois semestres que a crise financeira se fortaleceu no mercado e, nesse âmbito, ganhou a atenção da opinião pública.

Diante deste novo cenário, procuraremos compreender como é que os órgãos de comunicação social em referência retratam os desdobramentos do que já denominam um “novo *crash* da economia mundial”, cuja génese alguns fazem remontar a Agosto de 2007, data em que dela terão surgido os primeiros indícios. Em particular, esta análise permitir-nos-á inquirir, dentro dos textos jornalísticos, todas as acepções do termo “crise”, veiculadas pelo Argumento Quase-Lógico da Definição e pelos Argumentos que fundam a Estrutura do Real (raciocínio por analogia e metáfora), de modo a caracterizar e perceber a crise nas suas múltiplas faces e motivações.

Capítulo I

O Discurso Mediático

1. Como se apresenta e actua o discurso no cenário dos *media*

Compreender as matizes e as mais diversas abordagens em torno de uma determinada pauta na narrativa jornalística sugere que iniciemos esta pesquisa no entendimento acerca do discurso. O ponto de partida desta pesquisa está em Norman Fairclough (1995), que caracteriza o discurso como a manifestação (textual ou verbal) de uma determinada prática social, sempre sob um ponto de vista particular. Deste modo, o discurso é, para a autora, a interpretação particular verbalizada através da linguagem.

A partir desta leitura acerca do que Fairclough considera ser o discurso, Van Dijk (1997: 1-34) complementa com o que convencionou denominar as “dimensões sociais do discurso”. A primeira dimensão, a “estrutural”, respalda-se na definição de sua unidade e coerência (Sintaxe, Semântica, Retórica, entre outros). Já a dimensão “social” tem em conta acções de análise de discurso que priorizam o seu carácter de acção e interacção entre enunciador e receptor da informação.

Diante desta perspectiva cognitiva sócio-cultural, podemos partir da hipótese de que a “edificação de sentidos” de um discurso depende fundamentalmente do conhecimento e dos valores sócio-culturais que os interactantes trazem em sua experiência, e não apenas das estruturas discursivas e da interacção social. Tão importante como o conjunto de saberes acumulados por parte do receptor da informação, ou como o entendimento linguístico e semântico acerca de determinado assunto, o contexto é uma estrutura importante e indissociável do processo de construção do discurso jornalístico - este conceito acaba por ser recorrente nos estudos semiolinguísticos e pragmáticos envolvendo a comunicação, sobretudo quando considera-se o género jornalístico enquanto discurso institucional e não como apenas um reproduzidor dos factos.

Nada mais pertinente, portanto, do que trabalharmos os desdobramentos do contexto como um aspecto importante no processo de construção do discurso jornalístico. Autores-chave em Semiolinguística, como Paul Ricoeur, Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau são consensuais ao dizerem que o quadro em que a situação ou o contexto situacional decorrem ajudam a desenhar o cenário para a informação ganhar forma. É o que Rodrigues (2005) enfatiza na construção do quadro enunciativo.

A relevância do “contexto” reside no facto de representar uma estrutura que reúne as principais características da situação social para a produção e selecção do discurso. O contexto ainda pode ser dividido em dois tipos: “situacional” e “global”. No que tange ao “contexto situacional”, evidenciamos, por exemplo, os traços de tempo, seus interactantes e suas respectivas manifestações; referem-se, portanto, à situação em que o discurso decorre. Já a estrutura de “contexto global” auxilia na identificação dos discursos como uma espécie de classificação. Em outros termos, identificam-se os discursos como oriundos de organizações e instituições, como o político, o jornalístico, ou o económico.

Esta perspectiva parece-nos pertinente nos estudos que envolvem o discurso mediático, uma vez que o jornalismo, enquanto “género discursivo secundário”, como define Bakhtin (1952), apresenta-se como a legitimação de um discurso ideológico que circula em comunidades culturais organizadas e que traz, em sua essência, as referências tanto de um “contexto situacional” como “global”. Como o discurso é construído intencionalmente na praxis jornalística quotidiana e, para tal, “escolhe as suas palavras não apenas na perspectiva de adequação ao tema tratado, mas também na perspectiva presumida do quadro de conhecimentos a quem se dirige” (Bakhtin, 1952: 97), a produção acaba por pautar o carácter social de quem procura por esta informação atender aos “interesses mercantis” (Ayala, 1984) em jogo.

Diversos tipos de discursos podem abordar e trabalhar um mesmo tema. Esta situação, muito frequente no jornalismo, pode ser evidenciada quando a pauta e o formato são trabalhados em estilos diferentes. Ou seja, são unidades particulares de composição textual que acabam por definir o peso do discurso. A enunciação terá um peso menor ou maior consoante seja trabalhada em determinado formato ou linha editorial, seguindo determinada regra de paginação. O editorial ou a crónica, por exemplo, trazem, essencialmente, a opinião como divulgação de um determinado tema, como uma espécie de “valor agregado ao produto”, através da legitimação da opinião de seu autor. Ou como prefere dizer Bakhtin (1952: 88-89): são “enunciações de autoridade, de ideias dominantes”.

É assim que a experiência singular de cada indivíduo se molda e se desenvolve em interacção constante com a enunciação dos outros. Como se o acto de comunicação proporcionasse um processo de aprendizagem contínuo quando se confronta a (nova) informação com o conjunto de experiências e saberes dos actores sociais envolvidos. O discurso jornalístico nos confronta diariamente com esta expectativa, assim como qualquer outra interacção discursiva.

Andrew Tolson (1996: 84) sustenta que qualquer acto de comunicação ou enunciação decorre do modo como foi produzido e recebido. Neste quadro pragmático é que o receptor (re)conhece e se identifica com o contexto e com seus respectivos códigos dominantes. São justamente estas orientações de conteúdo, de estilo e de registo que vão dar forma a todo e qualquer discurso, inclusivamente, o mediático.

Subjacente a esta prática da comunicabilidade da experiência que visa gerar informação, está a construção do discurso. Toda esta manifestação interindividual da enunciação, do estabelecimento do diálogo e da transmissão de informação através da prática quotidiana da linguagem também se faz presente na construção do discurso próprio dos *media*¹.

A comunicação mediática, processo pelo qual atribuímos a transmissão de um determinado significado, numa tentativa de criar um entendimento compartilhado entre os participantes do discurso, incumbe-se, basicamente, de codificar e transmitir a um receptor a informação criada por um emissor, por meio de um canal, por meio de dispositivos. O processo ininterrupto de desenvolvimento e (re)criação tecnológica dos *media* ao longo das duas últimas décadas, fomentado pela abertura de mercado que resulta do processo de globalização, abriu caminho para a criação de uma multiplicidade de formatos, características e, por sua vez, de linguagens e discursos próprios desta comunicação mediática.

No cumprimento da sua “função social de produção de conhecimento” (Medistch, 1992) e reprodução dos factos, o discurso mediático, sob as mais diferentes formas, expressa múltiplas leituras e interpretações de mundo. Dinâmicas como são em sua essência, estas leituras e interpretações evoluem e modificam-se com o curso da história.

Numa tentativa de conexão constante de seu discurso com os receptores da informação, os *media* actuais buscam, com o auxílio dos mais diferentes recursos, otimizar a comunicação e a interactividade entre seus usuários. Na praxis jornalística, a interactividade ancora-se num processo ininterrupto de construção e “lapidação” da linguagem, ora para atender aos requisitos editoriais de determinado veículo de comunicação, ora para se adaptar à natureza do veículo, ou simplesmente para gerar elevados índices de audiência.

¹ Nominativo do plural, do termo latino *medium*, os *media* (na sua designação corrente) têm como principal significado entrar em contacto; aquele que está no meio.

Diante desta realidade, para estabelecer uma relação de identidade do conteúdo produzido com seus receptores, os *media* exploram, directa e quotidianamente, um conjunto de fenómenos que agem sobre cada um de nós, de sentimentos e expectativas comuns para todos (como as realizações e conflitos pessoais); tão importante quanto, trabalham cognitivamente conceitos abstractos a fim de aproximá-los da realidade de seus intérpretes, como, no caso deste estudo, através da conceptualização por figuras de linguagem. Na praxis jornalística, no propósito de informar, na tentativa de fazer com que o sujeito intérprete se identifique com o assunto veiculado, há toda uma produção de efeitos de discurso, de sistemas de significação, a fim de despertar a atenção e “seduzir” o respectivo público, num “universo de conveniência ou de agressão”, como complementa Charaudeau (1983: 95).

Ao explorar esta nossa experiência pessoal e intersubjectiva, os *media* reproduzem um discurso que vai de encontro ao processo de sedução de seus receptores. Neste âmbito, os dispositivos mediáticos, como defendido por Rodrigues (2005), buscam uma aproximação com a realidade de seus receptores para gerar e fortalecer a relação de identidade com o discurso e, assim, garantir a construção do quadro enunciativo².

Diante deste processo ininterrupto de interferência no processo comunicacional, buscaremos, nos próximos tópicos, compreender de que forma o discurso mediático, obedecendo a um conjunto de normas e a um quadro enunciativo, produz uma linguagem própria e, neste contexto, constrói informações, suscita o questionamento e produz conhecimento ou se entrega à tarefa de captar audiências pelo exercício das técnicas de “sedução” de seu auditório.

² Primeiro passo para o estabelecimento do *ethos*, prova técnica caracterizada pelo carácter do orador (ou seja, a impressão que ele exerce sobre seu auditório), a construção do quadro enunciativo em que o discurso é estabelecido, através da utilização de recursos retóricos da linguagem, torna-se decisiva para que a informação obtenha sentido para os receptores e, assim, ganhe audiência. O QE representa, basicamente, a situação onde a informação decorre.

Diferentemente de uma experiência verbalizada, de uma comunicação face a face, num “Tempo” e “Espaço de Enunciação” delimitados, envolvendo actores bem identificados, as interações que trabalham com dispositivos de mediatização, como a internet, a imprensa escrita e a tele-radiofusão, recorrem a dispositivos específicos que têm como intuito principal mediar o processo comunicacional, garantindo a construção, por parte dos intérpretes, do QE onde a informação decorre, para que o conteúdo seja melhor compreendido e assimilado.

Deste modo, o quadro enunciativo tem um papel relevante na constituição dos sentidos que a materialidade verbal ou textual veicula num determinado contexto, numa determinada situação, em que a informação é transmitida. É então a partir do QE construído que o intérprete se insere no contexto em que a informação é transmitida e inicia o processo de assimilação das informações e, portanto, interpretação do conteúdo. No entanto, como há diferentes modalidades de interacção discursiva, a forma como a informação é transmitida varia de acordo com os dispositivos utilizados.

1.2 Acto de linguagem e discurso sob a óptica de Patrick Charaudeau

Devemos a Patrick Charaudeau (1983) e Dominique Maingueneau (2004) o trabalho de elucidação das condições de produção/interpretação do acto de linguagem ou das circunstâncias em que o discurso decorre. Tivemos a oportunidade de trabalhar anteriormente que no quotidiano da produção do discurso mediático, o entendimento de todo o conjunto de elementos de um texto jornalístico depende, não só dos dispositivos mediáticos utilizados na construção do quadro enunciativo, mas também de um conjunto de possibilidades interpretativas por parte de seus receptores.

Diferentemente de Maingueneau (2004), que defende que o contexto desempenha um papel periférico, apenas fornecendo os dados que permitem “desfazer as ambiguidades dos enunciados” (2004: 19), a proposta de Charaudeau (1983) é importante para um melhor entendimento e percepção acerca da análise do discurso, uma vez que os critérios de formação do discurso dependem das práticas sociais do enunciador e do receptor.

A partir de um conjunto de saberes individuais e representações colectivas, o receptor constrói sua compreensão acerca de determinado assunto. Assim, como defende Charaudeau (1983), não somos dotados de um saber absoluto. A lapidação de nosso conhecimento depende, fundamentalmente, de nossa experiência tradicional como actores sociais somada ao saber individual, ou o “critério da diferença” como define Charaudeau (1983: 22).

Mas basta que coloquemos em prática um diálogo, uma conversa, com entendimento lógico da língua, para que este saber individual ganhe a sua devida mobilidade e passe a ser compartilhado com outro participante. O que permite perceber, portanto, como explica Charaudeau (1983), que os conhecimentos individuais e colectivos mudem constantemente em função da mudança das relações interindividuais e intercolectivas.

Para este efeito de produção e interpretação do acto da linguagem para a formação do discurso, tal proposta de Charaudeau (1983) nos permite trabalhar a hipótese de que as circunstâncias do discurso, bem como a troca de saberes e conhecimento dos protagonistas da linguagem, sobre suas práticas sociais como sujeitos colectivos, constituem o primeiro passo para a formação do discurso (Charaudeau, 1983: 23) – tão importante quanto os dispositivos utilizados para a construção do quadro enunciativo.

As diversas perspectivas de Charaudeau acerca da edificação de sentidos de um discurso auxiliam-nos a melhor compreender, portanto, que a significação de um acto de linguagem representa uma totalidade não autónoma em relação aos intérpretes ou aos agentes

participantes do discurso, pois também depende dos filtros de saberes organizados e construídos, tanto por parte do enunciador como do intérprete. Ou, como comprova a Teoria Aristotélica da Linguagem, as palavras não são significantes por elas mesmas, uma vez que o seu sentido depende de regras de uso que variam de comunidade para comunidade. Deste modo, a alteração das regras de uso implica sempre uma alteração do sentido.

Como propõe Charaudeau, as palavras trazem uma rica multiplicidade de interpretações. Comportam definições e desempenham funcionalidades distintas. Sozinhas, têm um significado próprio, no entanto, quando aliadas a um contexto ou quando desempenham uma operação cognitiva (como, por exemplo, no caso das metáforas e das metonímias) passam a fazer parte de uma totalidade que é um acto de linguagem particular, sobretudo quando temos à nossa disposição os dispositivos das circunstâncias do discurso.

A partir das considerações semiolinguísticas de Charaudeau, melhor compreendemos como determinados dispositivos de linguagem são utilizados na produção de uma linguagem discursiva. Evidencia, portanto, que o acto de linguagem, do ponto de vista de sua produção, pode suscitar hipóteses que, por sua vez, incitem o questionamento e nos auxiliem na construção do quadro enunciativo, permitindo aos participantes construir seu ponto de vista acerca de determinado assunto.

Sob esta perspectiva, podemos considerar a hipótese de que o acto de linguagem possa ser o resultado da confrontação entre um “acto de produção” e um “acto de interpretação” dos actores sociais implicados. Ou seja, por detrás da produção de um acto de linguagem, de um discurso, há um sujeito, há um desejo de verbalizar ideias, de exteriorizar intenções, de se fazer ouvir. Do outro lado, está um intérprete que busca informação, que está disposto a ouvir e a assimilar as informações recebidas, não deixando, nesse acto, de as confrontar com suas experiências anteriores, dando vida à construção do conhecimento. “Falar ou escrever, para o sujeito enunciador, é fazer as hipóteses sobre o conhecimento do sujeito interpretante e sobre os pontos de vista do receptor” (Charaudeau, 1983).

E Charaudeau vai ainda mais além. Para o autor, seria impensável que um indivíduo, fosse ele quem fosse, fosse qual fosse sua origem, produzisse um acto de linguagem que correspondesse, “na totalidade, à sua intenção” (1983: 24), sem qualquer intervenção externa. Deste modo, vemos aqui esboçada, por Charaudeau, a tese por muitos partilhada e que sustenta a natureza dialógica da nossa razão. De facto, o nosso conhecimento

individual é construído no fio do conhecimento que nos precede e em diálogo com os que nos são contemporâneos. Perelman dirá que Razão é, essencialmente, Argumentação³.

Dialogar, colocar em prática o que nos faz sujeitos actuates. A linguagem abre caminho para suscitar hipóteses, questionar, confrontar nosso conhecimento, nossos valores. Para Charaudeau (1983), o conjunto de troca de conhecimento representa um dos passos mais importantes para a produção do discurso. No caso do discurso mediático, esta máxima é extremamente válida. Seja qual for o formato de veiculação da notícia - desde um artigo ou crónica, que traz de forma mais explícita o ponto de vista de seu enunciador, a uma reportagem do sector económico - o enunciador levanta hipóteses sobre o conhecimento do intérprete/auditorio e, assim, prováveis reacções de seus receptores.

A transmissão da informação representa a transmissão do ponto de vista do enunciador e, desta maneira, os receptores da notícia passam a ser filtros construtores destes sentidos, justamente para, com as hipóteses levantadas, confrontar seu ponto de vista e, assim, discordar ou concordar. “Isso explica que, mesmo que o enunciador queira jogar o jogo da inocência e da linguagem transparente, ele não falharia” (Charaudeau, 1983: 25).

Nesta mobilidade do conhecimento individual, o saber colectivo entra em cena e, somados a uma série de outras modalidades do discurso, como relação do enunciado com a enunciação, o contexto e o tempo de enunciação, ou as “práticas sociais” (Charaudeau, 1983) dos participantes, o discurso vai sendo criado. Charaudeau e os autores que trabalham a Semiologia como ferramenta de apoio na análise da Linguagem e Discurso abrem caminho para que melhor percebamos as nuances e as práticas de construção do discurso mediático, sobretudo do jornalismo impresso, como cultura dominante e configuradora da sociedade.

³ Ou como complementa Habermas (1997) todos nascemos providos de duas faculdades naturais mentais: a primeira, que nos habilita a interpretar e compreender – e, quando aperfeiçoada, pode tornar-se uma arte (“hermenêutica”), e a segunda, denominada de “competência comunicacional”, apresenta-se aperfeiçoada e artificialmente desenvolvida para persuadir e convencer.

1.3. A linguagem que reafirma e consolida a força dos *media*

Enquanto me debruçava neste trabalho académico, entre um capítulo e outro, passeava meus olhos em alguns *websites* dos principais jornais brasileiros, portugueses e norte-americanos, que elegi como referência.

Enquanto consumidores fiéis da Apple fazem fila na loja da Quinta Avenida em Nova Iorque para adquirirem, com exclusividade, o novo equipamento iPad, o Papa Bento XVI perde popularidade devido aos últimos casos de pedofilia envolvendo a Igreja Católica; o presidente da Venezuela Hugo Chávez formaliza acordo petrolífero bilionário com o presidente russo Vladimir Putin, e a economia dos Estados Unidos, no governo Barack Obama, registou a maior alta no número de empregos nos últimos anos, impulsionando o mercado e deixando para trás o temor de uma nova crise no sistema financeiro.

Não seria ilógico reconhecer que grande parte dos *media* norte-americanos ajudou a eleger Barack Obama presidente da maior economia mundial. A campanha de Obama à presidência foi orquestrada pelos principais veículos de todo o mundo, contando com o apoio mediático, mesmo em tempos de baixa popularidade pós-Cimeira de Copenhaga (Conferência das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, realizada em Dezembro de 2009, na cidade de Copenhaga/Dinamarca). Também não seria insensato pensar que os lançamentos da Apple de Steve Jobs são sempre pautas jornalísticas que rendem audiência e muita repercussão. Ou que trazer à tona a discussão do embate entre sociedade e Igreja Católica “seduz” a opinião pública e atrai para a informação.

Por mais distintos que possam parecer seus enfoques, direcionamentos, pautas e conteúdos, os acontecimentos citados apresentam um ponto em comum: a força do discurso mediático. O poder dos *media* em eleger governos e partidos, em transformar factos triviais em um dos maiores acontecimentos da web, em desmitificar valores, em fortalecer figuras públicas. O poder para influenciar o conhecimento, crenças, valores, relações e identidades sociais. O poder para eleger assuntos, torná-los atractivos e ideais para cumprirem a “função mercantil e ideológica” suscitada por Ayala (1984).

Nesta cultura em banda larga, de informações produzidas e difundidas em tempo real, o poder mediático ganha vida na linguagem. Num contexto como este em que vivemos, a forma como o discurso é seleccionado, construído, configurado e compreendido por seus intérpretes é decisiva. A escolha e a construção dos títulos (aspectos identificados na obra de Gérard Genette, 1987), o desenvolvimento de uma narrativa clara e objectiva, como sugere Charaudeau (1983), apelos visuais - ou ainda a preocupação em trabalhar as

primeiras páginas dos jornais a partir do enquadramento, do valor da informação ou do *framing*, como trabalham Petter Garret e Alan Bell (1998), gerando a relevância dos factos - entre outros factores, contribuem para “seduzir” o receptor da informação. Mas determinar uma boa retórica num discurso jornalístico, com bom desenvolvimento da narrativa, torna-se condição *sine qua non* para que determinada pauta se torne atractiva (e por que não rentável) aos meios de comunicação que a divulgam.

No que tange à produção mediática, na concepção de Fairclough (1995), tivemos a oportunidade de constatar que o “discurso”, tanto para a linguagem oral como para a textual, é tido como a representação semiótica da realidade, seja através de recursos visuais, seja através da comunicação não-verbal. A linguagem é a ferramenta principal, tida, ainda para Fairclough, como um “modo de acção social e histórica, inserida numa relação dialética com outras facetas sociais” (1995: 54) – lembrando que depende das circunstâncias sociais e de como a linguagem se aplica em cada contexto. Representa, ainda, um conjunto de:

“(…) identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimentos e crenças. Qualquer texto traz sua contribuição para dar forma a tais aspectos da sociedade e cultura. Uns mais outros menos. Mas sempre contribuem para esta evolução. Nos ajuda a reproduzir e manter existentes identidades sociais, relações e sistemas de conhecimento e crença. Nos ajuda a transformar” (1995: 54).

Numa realidade de transformação e reafirmação de valores e identidades sociais desenhadas pela produção mediática, tal como é caracterizada por Fairclough, alguns autores são consensuais ao defenderem a ideia de que um texto mediático pode evidenciar (e fortalecer) elementos na ordem do discurso de várias instituições. Segundo Fairclough (1995), num processo de fluxo contínuo da informação (*Fluid Relationships Between Institutions*), os *media* fabricam (muitas vezes de forma sutil e velada) um discurso direccionado, segmentado e previamente planeado, de modo a atender aos anseios e expectativas de instituições e domínios públicos reguladores, criando, por sua vez, a representação de uma realidade fabricada em seu favor.

No quadro das suas reflexões sobre a relação entre os *media* e a sociedade, Fairclough (1995) aponta o *modus operandi* e a regulação (por parte dos domínios públicos e instituições) como referências principais para o estabelecimento de critérios de selecção, elaboração e

difusão dos textos mediáticos. O discurso produzido pelo jornalista acaba por representar, segundo o autor, uma espécie de termómetro das mudanças sociais e culturais que manifestam, por sua vez, a heterogeneidade e as contradições humanas.

A produção jornalística, por seu turno, é a materialização desta sociedade que tanto muda. E, de algum modo, como defende Fairclough (1995), analisar o discurso mediático é analisar a essência da natureza de nosso tempo, uma vez que os *media* desempenham o papel, vital à sociedade, de criar e, ao mesmo tempo, reflectir e estimular os processos de mudança.

A concepção de Fairclough (1995) a respeito do discurso mediático aplica-se com força em nossa discussão. Para a autora, este trabalho deve ser puramente interpretativo e recomenda que, neste exercício, olhemos o texto sob a perspectiva do discurso prático, observando atentamente como os traços, géneros e signos se articulam em conjunto, mas, sobretudo, que consideremos o contexto em que o texto foi desenvolvido, factor decisivo para o processo de análise do discurso. Para tal, Fairclough nos chama a atenção para dois aspectos importantes: a “linguística” que, como define, é “descritiva por natureza” (1995: 61), e “intertextual”, que, como o próprio nome sugere, é tida como mais interpretativa. Como a própria autora elucida, a análise linguística se incumbe de “dissecar” o que o texto diz. É o mais próximo do que a matéria traz, aborda; sempre envolvendo mais elementos extra-linguísticos. Já a análise interpretativa permite que o texto dialogue, estabeleça uma relação mais próxima com seu leitor e com os factos, assumindo-se como “prática de um repertório social do discurso” (1995: 62).

Esta análise torna-se igualmente importante, pois mostra de que modo os factos descrevem determinada situação e, paralelamente, o modo como actuam em conjunto para enriquecer a interpretação como um todo. No entendimento de Fairclough (1995), cruzar estes dois tipos, tão distintos de análise, permite um entendimento mais amplo, diminui a lacuna entre texto e linguagem e converge ao objectivo do autor.

Na análise intertextual de uma reportagem acerca da crise financeira no mercado mundial, quem a analisa precisa de dispor de um conjunto de dispositivos, além dos linguísticos que citamos anteriormente, que possibilite o entendimento mais amplo acerca do tema. O entendimento cultural e social da crise financeira mundial, como, por exemplo, o facto de que tal recessão se deveu, em parte, à má gestão de accionistas em Wall Street, e que a queda sucessiva nas bolsas de valores tem interferência directa nos seus investimentos, representam alguns dos pontos decisivos para o receptor “abrir terreno” na compreensão

do tema. De facto, o conjunto de experiências e saberes anteriormente acumulados, bem como a contextualização do acontecimento em si, tornam-se grandes aliados na construção do quadro enunciativo de um discurso mediático.

Não nos resta qualquer dúvida de que o entendimento claro acerca do contexto em que surge e ganha relevo na Agenda Mediática e Política, o tema da actual crise financeira mundial é condição indispensável para se poder fazer uma adequada análise pragmático-argumentativa do discurso mediático sobre a crise. Para os semiolinguistas Charaudeau, Maingueneau e Ricoeur, bem como para Fairclough, importa não deixar de lado a força que o contexto do acontecimento traz, como os seus traços e características sócio-culturais, assumindo o contexto como uma espécie de regra intrínseca, indissociável da análise do discurso, que nos ajuda a compreender o processo de percepção de um evento qualquer em particular.

Seja qual for a prática discursiva, seja qual for o formato de produção e apresentação da notícia, analisar um discurso mediático exigirá, da parte de quem se coloca tal tarefa, que atenda as relações, interacções e cumplicidades entre as instituições e seus discursos. Exigir-se-lhe-á que esteja atento(a) não apenas aos elementos sócio-linguísticos, mas também à essência dos discursos, como aos objectivos do autor, à identificação das fontes de informação, bem como ao papel que desempenham os *media* na sua estratégia da credibilização e de legitimidade. É nesta legitimidade da praxis jornalística que nos ancoraremos a partir de agora.

1.4. O jornalismo como forma social de conhecimento

A informação jornalística, entendida como processo completo e não meramente como produto ou resultado, atinge a sua finalidade quando se materializa como a realização de um saber prático que sintetiza outros saberes e se faz com a intenção de servir o público. O jornalista Eduardo Medistch (1992), ao teorizar o fazer discursivo jornalístico lecionado nas principais escolas brasileiras de comunicação, com base no trabalho do também jornalista Adelmo Genro Filho, enaltece a relevância do jornalismo como uma forma social de conhecimento que prima, acima de tudo, pela singularidade (acto em que o enunciador particulariza a informação, projectando-a de uma forma que atenda o perfil de quem a recebe).

Tal função seria cumprida com mestria pelo jornalista se, ao atender tal singularidade, primasse por um texto claro e objectivo, a fim de confrontar as informações que o receptor já possui, instigando o raciocínio e, assim, alimentando “uma certa semelhança” (1992: 31) com a percepção imediata do receptor. Já Jean-Pierre Meunier reconhece a comunicação mediática como uma “função geral de comunicação dos saberes” (1995: 223).

Pelo ângulo da retórica, primar pela singularidade também significa, munido de instrumentos argumentativos, elaborar um texto tendo como critérios básicos o rigor e a qualidade, mesmo que atenda às tendências do mercado ou à função mercantil e ideológica, como prefere argumentar Ayala (1984).

Essa contribuição preciosa de auxílio na construção do cenário, da história, do contexto, bem como do quadro enunciativo, para particularizar a informação, traz à tona as informações que o receptor já interiorizou ao longo de sua Experiência Individual e Colectiva. Este confronto com o conteúdo (novo), quando tratado de forma singular (enquadramento que permite particularizar a informação, projectando os factos de forma que o leitor realize uma inserção num domínio particular), torna-o diferenciado dos demais, numa tentativa de fuga da representação do senso comum. Como sustenta Medistch: “A grandeza e a força do jornalismo decorrem do facto de ele reproduzir coisas distantes pelo ângulo do fenómeno, ou seja, pelo ângulo da singularidade” (1992: 31). Como se o texto fosse escrito especialmente para aquele leitor.

Ao defender o jornalismo como uma forma social de conhecimento, que prima pela singularidade, Medistch nos auxilia a traçar paralelos com o que já abordamos em tópicos anteriores acerca da análise do discurso mediático. Trabalhar a singularidade na praxis jornalística, em suas mais diversas concepções, mais do que gerar e produzir um texto “particularizado”, certo, significa também abrir campo para que o receptor resgate seus conhecimentos acerca do assunto apresentado. Estabelecer um diálogo entre receptor e produtor do conteúdo noticioso provoca um embate com os valores e fortalece, inclusive, o *Contrat de Parole*, de Charaudeau (1983).

Assimilar o (novo) conteúdo, confrontar com os valores previamente construídos ao longo da vida, através desta forma social de conhecimento engendrada pelo jornalista, acaba por receber uma “inflexão ideológica segundo a visão dos intermediários” (1992: 31), como relembra Medistch. O jornalismo é uma forma de conhecimento que, por retratar os factos, está em constante alteração, em contínua evolução. Ou, como complementa Medistch, um jornalismo em “processo de construção” (1992: 32). Neste contexto, partindo do

pressuposto de que o jornalismo seja uma forma social de conhecimento, convergimos para a ideia de que a realidade que reflecte (os acontecimentos sociais), no quotidiano de sua praxis, ajuda a legitimar os domínios e instituições reguladoras e, neste âmbito, a escrever história.

A caracterização do jornalismo como uma forma social de conhecimento marcada pelas observações de Medistch (1992) nos permite novamente fortalecer o processo de consolidação do *Contrat de Parole*, de Charaudeau (1983), na construção do discurso mediático, uma vez que o jornalismo, assim como qualquer outra forma de conhecimento, traz, em seu *modus operandi*, uma visão ideológica, um posicionamento ético e político acerca da realidade (do sujeito diante do objecto), num primeiro contacto com os factos que serão reportados pelo jornalista, “a expectativa que o leitor tem é de uma compreensão dos fenómenos tal qual eles ocorrem” (1992: 32).

Na “Sociedade em Rede” de Castells (2007) ou no pequeno vilarejo de um simples camponês ao norte de Portugal, o jornalismo acaba por representar uma forma de comunicação que busca a integração e adaptação do homem ao seu mundo, ao seu quotidiano, assumindo então o papel de um agente social transformador. “Todos os *media* e todas as mensagens têm algo a ver com o saber” (Meunier, 1995: 223). A partir desta máxima, Jean-Pierre Meunier evidencia os *media* como uma fonte inesgotável de conhecimento e informação, bem como de inserção social.

Tanto Meunier (1995) como Medistch (1992) trabalham a ideia do jornalismo representar uma forma social de conhecimento, um coadjuvante na construção da história no momento em que a informação é transmitida e assimilada pelo seu receptor. Indo mais além, Meunier explica que o jornalismo, em seu acto de informar, representa a veiculação de “conhecimentos ou representações dos domínios de referência dos eventos em causa” (1995: 223) através dos acontecimentos abordados. Acontecimentos estes que fazem parte da dinâmica e do *modus operandi* que são próprios de um determinado campo, como acontece, por exemplo, no campo político, no judiciário e, no caso desta pesquisa, no campo económico.

Os autores acima mencionados convergem para um mesmo ponto de vista acerca do jornalismo: informar também significa educar, no sentido de transmitir conhecimento, de estimular o raciocínio, de aprimorar o senso crítico e as faculdades intelectuais. Portanto, faz todo o sentido pensar que o papel dos *media* é fundamental na oferta de conhecimentos indispensáveis à vida quotidiana de todos os sectores da sociedade.

Partindo do ponto de vista de Meunier (1995), de que os *media* são uma referência para a construção do saber, de que maneira eles actuam num processo de edificação de sentidos e solidificação do conhecimento? Meunier é quem responde a esta nossa questão. Para o autor, cada tipo de manifestação mediática detém dispositivos e instrumentos semióticos e narrativos que permitem trabalhar com operações cognitivas específicas em seus receptores – como, por exemplo, o layout de uma página de jornal impresso. Petter Garret e Alan Bell (1998) defendem que esta estrutura acaba por configurar um sistema de significação que determina a relevância da notícia.

Cada *medium* à sua maneira, com seu próprio auditório e com seu conteúdo, é capaz de trabalhar a linguagem para se encaixar ao *frame*, vender a notícia e cumprir a “função mercantil e ideológica” defendida por Ayala (1984). Tudo depende da maneira como o texto é desenvolvido para seu público e como o convence, persuade. E é justamente no cerne desta produção que evidenciamos a linha editorial, os objectivos e a representatividade que o veículo de comunicação possui na sociedade em que actua, bem como a configuração e o tratamento estético que a notícia adquire no layout.

Entram em cena os dispositivos de “enunciação do conteúdo”, bem como a “eficácia performativa” do discurso de que nos fala John Austin e que tem na “Racionalidade Argumentativa” (Perelman-Tyteca, 1988) um instrumento de eleição, na medida em que agindo sobre a razão, no acto de convencer, ou sobre a emoção, no acto de persuadir, transforma o auditório em termos de compreensão do mundo e de disposição para a acção. Meunier complementa:

“Uma série de outras questões diz respeito às relações que podem existir entre a maneira de apresentar os conteúdos e a informação – numa linguagem mais técnica: os dispositivos de enunciação – e o modo como os destinatários vão integrar e dominar, utilizar esses conteúdos” (Meunier, 1995: 225).

Quando atende a tal questão, quando um bom texto mediático se ancora numa linguagem directa (e até mesmo particularizada), bem delineada, altera o “estado de espírito” e a disposição (*diathesis*) de quem o interpreta, estabelece um confronto entre a informação recém-adquirida e o conhecimento já assimilado ao longo da construção de sua experiência tradicional e coloca em prática uma das mais ricas funções do jornalismo, como sustenta Meunier: “aumentar a capacidade dos indivíduos para adquirir o domínio e traçar uma via

no seu meio natural, social e político” (1995: 226). Ou, como complementa Magalhães (2000), que motive para a acção.

Capítulo II

A retórica enquanto alicerce na estruturação do discurso jornalístico

2.1. Retórica e linguagem

A retórica, enquanto discursividade técnica adequada ao exercício público e alargado da razão, encontra no exercício responsável do jornalismo, comprometido com a função democrática de informar, a sua mais apurada expressão. Por meio do discurso, o orador busca convencer, persuadir seu auditório (seja ele Universal ou composto por um “público de profanos”) a fim de motivá-los à acção, ou como Perelman-Tyteca (1988) preferem dizer: “uma acção eficaz sobre os espíritos”. Cabe ao orador o papel de destaque na “conquista da adesão, função primeira da retórica”, conforme destaca Aristóteles (1998: 33). É significativo que diversos discursos, de natureza política ou mesmo religiosa, bem como textos e produções mediáticas entrem para a História como paradigmas de eloquência e de persuasão, pela capacidade que tiveram e ainda têm de intervir nas transformações sociais ocorridas.

A clareza das palavras, a busca pela contextualização e identificação com seu público, entre outros instrumentos comunicacionais, facilitam o acesso do receptor ao conteúdo da mensagem e a sua compreensão. Pensar essa relação de persuasão significa, como destaca Magalhães (2000: 111), pensar em linguagens que convençam os indivíduos da veracidade de certas visões de mundo e os motivem para a acção, através da eficácia persuasiva do discurso.

A retórica, como destaca Aristóteles (1998), é o estudo reflexivo dos meios de persuasão implicados em cada caso. Ela é usada para provocar um juízo, pois não há necessidade de discursos persuasivos para os pontos que conhecemos e sobre os quais já temos juízos formados. “Nós propomos chamar persuasiva uma argumentação que só pretende valer para um auditório particular e chamar convincente a que é suposto obter a adesão de todo o ser de razão” (Perelman-Tyteca, 1988: 36).

Para além dessa função primeira de intervir persuasivamente sobre um dado auditório, a retórica desempenha o importante papel na interlocução pessoal do nosso quotidiano. Pura e simplesmente porque, conforme explica De Man (1989), a natureza da linguagem é

retórica, uma vez que se respalda na utilização recorrente de símbolos para gerar um intercâmbio comunicativo contínuo, natural e compreensível de sua realidade.

Gerber (1820-1921) revisitou os conceitos e a aplicabilidade da retórica como instrumento recorrente e concluiu que a linguagem ultrapassa os limites de dominação social e acaba por ser essencial e inconscientemente metafórica, justamente porque o homem se ancora no sentido metafórico para explicar a sua realidade e a natureza figurativa das palavras.

A partir de Gerber, a linguagem deixou de ser vista não apenas como instrumento de adequação ao contexto ou à realidade de um dado auditório, mas também ela própria receptora e geradora de recursos intra-linguísticos retóricos, como os símbolos e as figuras. De algum modo, o ponto de vista de Gerber não é muito distinto daquele que é expresso por Eire nestes termos:

“A linguagem é retórica porque cumpre sua função político-social fundamental com base em signos, os símbolos que se movem com enorme liberdade e independência em relação à presumida realidade a que presumidamente apontam, já que são muito mais fáceis de redigir, uma vez que (...) são auto-referenciais ou reflexivos” (2009: 32)

Vimos, ao longo de capítulos anteriores, que a linguagem utilizada para construir determinado discurso acaba por ser pensada e produzida especificamente com um determinado conteúdo e para um determinado tipo de interlocutor. E a retórica não foge a esta regra. Configuração da língua por natureza, as figuras retóricas, designadamente as metáforas e metonímias, também são construídas para cada tipo de auditório, adaptadas de acordo com o objectivo do enunciador. Como argumenta Eire (2009): “mediante meras metáforas e metonímias, que nascem de meras observações da realidade, fabricamos ideias verdadeiras da essência das coisas” (2009: 31).

Não seria ilógico, portanto, defendermos que a retórica, com a utilização contínua de signos e figuras para “dar nome às coisas”, seja a representação máxima da realidade. E sem a “retoricidade da linguagem” (Eire, 2009: 33) não haveria hipótese de nós, agentes sócio-comunicacionais que somos, realizarmos qualquer acto que se escorasse nesta comunicação.

A Teoria Aristotélica tem a linguagem como o elemento básico de comunicação. A retórica, portanto, é apresentada como uma forma de racionalidade prática capaz de descrever a realidade, sobretudo com o respaldo de símbolos e signos.

Nesse sentido, o discurso dos *media* ganha uma especial relevância pelo papel que lhe cabe na construção dos acontecimentos com que se tece a “realidade mediática”. Longe de eufemismos ou frases de efeito, o conteúdo mediático acerca da crise é um exemplo de um discurso que busca a adesão de seu auditório⁴. Abstracto e complexo por natureza, o tema da actual crise financeira mundial demanda um *modus operandi* diferenciado no fazer jornalístico, que facilite a assimilação/compreensão da informação, servindo-se, para o efeito, de recursos linguísticos como a metáfora, bem como de outros recursos jornalísticos, como gráficos e ilustrações, que configuram e dão o adequado relevo à notícia.

A retórica, enquanto titular do estatuto epistemológico de “techné” (que lhe foi conferido por Aristóteles), tem como primeira e primordial função outorgar um critério de racionalidade prática à “efectividade argumentativa corrente”, de que fala Toulmin, na sua obra *The Uses of Argument*⁵. A partir de um discurso racional e do uso de bons argumentos, o auditório é, consoante os casos, convencido ou persuadido por boas razões. Todavia, muitas vezes o auditório é fortemente condicionado por artifícios retóricos de sedução muito presentes no marketing publicitário e político. Neste contexto, determinar os símbolos e suas combinações torna-se condição *sine qua non* para o sucesso do discurso. Esta talvez seja uma das tarefas mais árduas e, por sua vez, um dos pressupostos mais importantes para que o orador ou, para usarmos a própria designação de Perelman-Tyteca (1988), o “constructor da argumentação”, obtenha a adesão de seu auditório e, eventualmente, consiga estabelecer uma relação de sintonia e profunda comunhão de ideias.

2.2 “Comunhão com o auditório”

Tão importante quanto a edificação de símbolos e a construção clara de um texto que convença seu público, para que uma argumentação se desenvolva é preciso que aqueles a quem ela é destinada lhe concedam alguma atenção. E como fazer isso? Perelman e Tyteca

⁴ Torna-se importante elucidarmos o significado, de acordo com o *Tratado da Argumentação*, de uma expressão que será recorrente ao longo deste trabalho, especialmente neste capítulo. Para os autores, a palavra auditório significa o “conjunto daqueles sobre quem o orador quer influir através da sua argumentação” (Perelman-Tyteca, 1988: 27). O auditório universal, do qual partimos do pressuposto de que o discurso tecno-científico como o económico é destinado, para aquele que argumenta, é sempre uma construção mais ou menos sistematizada, o que permite, por sua vez, argumentar o discurso de forma mais compreensível.

⁵ TOULMIN, Stephen. *The Uses of Argument*. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.

aconselham que é preciso possuir alguma qualidade para tomar a palavra e ser ouvido e, sobretudo, estabelecer uma relação de proximidade com seu auditório.

“Esse contacto entre o orador e o seu auditório não diz respeito unicamente às condições prévias à argumentação: é também essencial para todo o desenvolvimento desta. Com efeito, como a argumentação visa obter a adesão daqueles a quem se dirige, é, toda ela, relativa ao auditório que procura influenciar” (1988: 27)

Importa que o orador esteja previamente informado sobre os conhecimentos admitidos pelo seu auditório, bem como sobre os valores em que acredita a maioria das pessoas que dele fazem parte. Só assim pode fazer uma boa escolha das premissas em que assenta o seu discurso, de modo a ser bem compreendido e a não cometer “petição de princípio”. Tal cuidado prévio abre caminho para que através da comunhão com este auditório sejam capazes de movê-los para a acção.

Aristóteles, ao refundar a retórica sobre bases consistentes, confere-lhe o estatuto epistemológico de uma racionalidade intermédia de valor certo e faz da retórica uma arte da prova, alicerçada na regra do melhor argumento. Segundo o nosso autor, existem apenas três tipos de provas técnicas (as únicas que podem ser admitidas num contexto argumentativo sério), a saber: *ethos*, *pathos* e *logos*.

O *ethos* pode ser definido como o conjunto de traços de carácter que o orador mostra ao auditório para causar uma boa impressão, os ares que assume ao se apresentar. O *ethos* manifesta-se não pelas afirmações elogiosas que o enunciador faz sobre si, mas pela aparência que lhe confere o ritmo, a entonação, a escolha das palavras, dos argumentos (Ducrot, 1984: 201). A complementar o *ethos*, referimo-nos ao *pathos* quanto à disposição (uso da emoção, paixão) que o orador coloca, desencadeia no auditório. A *diathesis* do auditório será diferente consoante sinta as emoções vinculadas pelo discurso do orador. Por fim, o *logos* representa a prova técnica que convence através do raciocínio, da razão, operando através de raciocínios que se encarregam de provar, demonstrar a verdade que se quer transmitir através do discurso.

Aplicar tais conceitos retóricos na práxis jornalística, por mais singelo que aparente ser, quando inteligentemente utilizados, auxiliam na criação de um discurso jornalístico eficaz, capaz de cumprir com os dois objectivos antinómicos do jornalismo enunciados por

Patrick Charaudeau (1983): “informar” (que compromete o jornalista com um “fazer-saber austero”) e “captar” (relacionado à sedução e captação de audiências).

O discurso mediático não poderia deixar de se tornar um exemplo rico para os estudos de Perelman e Tyteca (1988). Para os autores, uma condição de base para fortalecer a relação de confiança e comunhão entre o orador e o seu auditório reside na preocupação que o orador deve ter no sentido de desenvolver uma argumentação efetiva, buscando levar o auditório presumido tão perto da realidade quanto possível. Conhecer o auditório e a sua realidade, bem como suas crenças e opiniões, é, na fundamentada opinião de Perelman e Tyteca, condição prévia para um discurso eficaz. Todavia, esta tarefa não se revela fácil, na medida em que, como dizem nossos autores: “Mais do que seu próprio caráter, as opiniões de um homem dependem do seu meio social, das pessoas que o rodeiam, daqueles com quem se dá e entre os quais vive” (1988: 28).

Para Perelman e Tyteca, todo orador que queira persuadir seu auditório não pode deixar de se adaptar a este seu público, buscando, caso seja possível, situá-lo no interior dos seus quadros sociais. Logo, por sua vez, a cultura própria de cada auditório transparece através dos discursos que lhe são destinados. Dirigir-se à realidade de seu auditório é fundamental. Perelman e Tyteca vêm também sublinhar a importância decisiva da adequação do discurso às especificidades do auditório e do contexto em que o discurso tenha lugar.

Daí a importância de o comunicador saber previamente a quem se destina a sua informação. Conhecer seu auditório, segundo Perelman e Tyteca, é também saber como se pode ficar seguro de seu condicionamento e, por outro lado, qual é “em cada instante do discurso, o condicionamento que já foi realizado” (1988: 31). Neste processo de adaptação contínua do orador ao seu auditório, Perelman e Tyteca (1988) sustentam que considerar a opinião de seu auditório e extrair o que nela há de mais positivo abre caminho para uma melhor construção do discurso. Para os autores, é ao auditório que cabe o papel mais importante de determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores. A primeira pergunta que o orador se faz a si mesmo é: “Qual é a opinião do meu público sobre o tema que me proponho abordar?”.

Nesse âmbito, para que haja entendimento e “comunhão” com seu auditório, o orador deve estar sempre a reciclar-se, adaptar-se à realidade e ao contexto de seu público, entre inúmeros outros “deveres”. Partindo do pressuposto de que haja um “contrato” implícito estabelecido por parte de ambos (o enunciador produz a informação na expectativa de que seu público a assimile e, do outro lado, o público espera suprir a expectativa de

compreender o que foi retratado), saber o que o público espera de tal discurso é vital para a compreensão da informação.

O profissional da comunicação, tal como atrás se disse para o orador, deve ter em consideração as particularidades do auditório a quem se dirige. E essa circunstância não influencia apenas o seu comportamento, mas também a argumentação por ele produzida. Isso mesmo é sublinhado por Perelman e Tyteca quando dizem: “É a natureza do auditório a que os argumentos podem ser submetidos com sucesso que determina em grande medida tanto o aspecto que as argumentações tomarão como o carácter, o alcance, que lhes será atribuído” (Perelman-Tyteca, 1988: 38). Importa, todavia, que não se confunda o respeito e consideração que são devidos ao auditório, constituído pelos nossos potenciais leitores, com a dócil submissão à ditadura das audiências.

Capítulo III

Interpretação metafórica

3.1 A metáfora como coadjuvante na produção do discurso mediático

Seria ilógico imaginar um discurso, qualquer que fosse a circunstância, o contexto ou as personagens envolvidas, que não se escorasse numa figura de estilo que contribui, significativamente, para a consolidação do entendimento lógico de uma informação: a metáfora. Celebrada como figura de estilo pela arte oratória, a metáfora pode também cumprir, segundo Perelman, uma importante função argumentativa, além de actuar como fundamental operação cognitiva.

Figura importante da retórica, a metáfora desempenha um relevante papel na dimensão cognitiva, sobretudo na interpretação de um texto jornalístico, uma vez que, como defende Meunier, os processos de raciocínio humano “são em grande parte metafóricos” (1995: 226). Augusto Soares da Silva (2009), num estudo especialmente dedicado ao mapeamento metafórico da crise financeira na imprensa portuguesa, defende que, quotidiana e naturalmente, tendemos a incorporar conceitos e expressões mais abstractas e “intangíveis” (2009: 01) através do recurso metafórico da similaridade, buscando referências cognitivas de “domínios mais concretos” (2009: 01) que foram incorporadas e aprimoradas ao longo do tempo pela experiência tradicional de cada um e em aspectos gerais da experiência colectiva.

De ornamento e adereço linguístico, de fenómeno de linguagem habitual e corriqueiro em textos poéticos a um fenómeno central na linguagem e no pensamento, a metáfora hoje adquiriu o *status* de operação cognitiva fundamental, inclusive na narrativa jornalística. A mudança de paradigma data nos anos 80, tendo como “divisor de águas” a obra pioneira *Metaphors We Live By*, de Lakoff e Johnson. À luz destes autores está a concepção da metáfora como um conjunto cognitivo (correlações) entre os “domínios-fonte” (referência experiencial que já possuímos) e “domínios-alvo” (termo, normalmente de carácter abstracto, que pretendemos conceptualizar).

Sendo uma forma inconsciente e convencional de conceptualizar e interiorizar um domínio de experiência em termos do outro, a metáfora suscita uma grande variedade de aplicações no dia-a-dia. Diante de sua inegável relevância no mapeamento cognitivo das informações e, por sua vez, de sua vasta utilização na comunicação quotidiana, alguns autores sistematizaram uma “divisão de tarefas” e funções da metáfora, classificando-a em “conceptual” e “sistemática”. A primeira, como uma espécie de “matriz geradora”, licencia as expressões metafóricas e, ao mesmo tempo, acaba por ser universal e cultural, generalizada e singular, reflectindo os valores, a ideologia e a relação com o mundo por parte de uma comunidade.

No que diz respeito à concepção sistemática, é apenas no final dos anos 90 que esta perspectiva ganha seu devido destaque e importância. Esse discurso permeou os trabalhos de Sardinha (2007), que estabelece um novo foco para a metáfora sistemática, através de abordagens discursivas. Compreendemos na nova teoria do autor, que o conteúdo de uma metáfora não é produzido ou processado à margem da sua manifestação linguística; ambos são pensados e pautados juntos, captados e assimilados juntos. O que nos permitiria concluir, assim como é suscitado em Cameron-Deignan (2006), que pensamento e linguagem metafórica são interdependentes, um auxiliando e complementando o outro nos dinâmicos processos de pensar-e-falar.

Além das dimensões conceptuais e sistemáticas, postuladas por Lakoff e Johnson, Sardinha e Cameron-Deignan, há uma dimensão de que não podemos deixar de parte nos estudos que envolvem a relevância desta figura: a dimensão sócio-cultural. A importância desta terceira dimensão justifica-se no facto de toda e qualquer metáfora, no acto particular de filtrar o conhecimento cultural e, assim, reflectir a ideologia e concepção de mundo de determinados grupos sócio-culturais, acaba por carregar consigo uma dimensão valorativa e afectiva. De forma convergente, Cameron-Deignan (2006) ampliam esta perspectiva e

ressaltam que o uso reiterado de metáforas leva à convencionalização, natural e inconsciente, de julgamentos de atitude anexados a essas metáforas.

Nesse âmbito sócio-cultural das metáforas, estas figuras de linguagem podem ainda variar, à luz de Kövecses (2005), de acordo com nossas inúmeras e diversificadas experiências, preferências e percepções cognitivas; em constante processo de mutação e adaptação. Ou seja: de um lado, muitas de nossas concepções e interpretações metafóricas variam porque nossas experiências como seres humanos também se modificam; de outro as conceptualizações metafóricas se modificam porque as preferências cognitivas que usamos para gerar pensamento abstracto também variam.

Surge ainda, neste contexto, além da dimensão linguística e cognitiva que observamos nas questões suscitadas por Kövecses (2005), a dimensão comunicativa. Postulada por Steen (2008) como um modelo tridimensional da metáfora, esta importante classificação trabalha sempre em conjunto com duas metáforas: ora a intencional, ora a não-intencional.

O autor refere-se à intencional, como a própria etimologia da palavra sugere, quando esta tensiona mudar a perspectiva do intérprete sobre o tópico que constitui o domínio-alvo. No mapeamento cognitivo estabelecido, verificamos uma mudança na perspectiva do intérprete acerca do tópico em questão. Amplamente difundida pelos *media*, a metáfora intencional passa a actuar como estratégia de discurso, trazendo à tona, no acto de assimilação da informação, efeitos retóricos particulares e com considerável força persuasiva. No que diz respeito à metáfora não-intencional, do ponto de vista da função comunicativa, não desperta a atenção consciente do intérprete para outro domínio conceptual.

Percebemos então, diante do potencial linguístico e conceptual do mapeamento metafórico, que a função comunicativa indispensável da metáfora é uma questão que envolve intencionalidade ou não-intencionalidade. Em outras palavras, representa (ou não) um convite, um atractivo para o intérprete mudar sua perspectiva sobre um domínio-alvo.

3.2 A metáfora no quotidiano: similaridade e operação cognitiva

Ao longo deste capítulo, temos suscitado as mais diferentes concepções, interpretações e manifestações do recurso metafórico na linguagem corrente. Que a metáfora desempenha uma relevante função na linguagem e no pensamento não há que questionar. No entanto, ela ultrapassa a simples relação de similaridade ou mapeamento cognitivo. Sua força

persuasiva é tamanha que já faz parte, inconscientemente, do processo pensar-e-falar de todos os indivíduos que compartilham a mesma língua-materna, adquirindo o *status* de uma figura de linguagem popular e amplamente difundida.

Sendo a metáfora um “recorte linguístico”, sua recorrente utilização contribui para a construção de um desenho de mundo característico de determinado grupo social. O que nos ajudaria a explicar, por exemplo, o facto de gírias e expressões locais serem percebidas por quem vivencia o contexto e a essência da língua-materna (nome composto que também pode e deve ser caracterizado como sendo uma expressão metafórica).

Em termos gerais, a assimilação/compreensão de uma nova informação dá-se através de um “mapeamento metafórico” (Silva, 2009: 01) que inconscientemente realizamos – e de que muitas vezes não nos damos conta. Para que possamos compreender fenómenos novos e complexos, acionamos, de forma inconsciente, uma espécie de referência base que construímos ao longo da nossa experiência individual, lapidada pela experiência colectiva convencionalmente denominada como “experiência tradicional”.

Neste fio conductor da conceptualização metafórica, automaticamente colocamos em prática o exercício da similaridade e envolvemos “um conjunto sistemático de correspondências ontológicas e epistémicas entre os respectivos domínios conceptuais” (Silva, 2009: 01) para assimilar a nova informação. Os estudos acerca das conceptualizações metafóricas ganham forma e amplitude nos trabalhos de Lakoff e Johnson (1980), como vimos anteriormente, consolidando o que hoje estudamos em “Teoria da Metáfora Conceptual”. Silva (2009) sublinhou tal conceito,

“tomamos uma realidade que conhecemos (ou pensamos que conhecemos) melhor como ponto de referência, como modelo para compreendermos fenómenos complexos. O mapeamento é sistemático, parcial, unidirecional e geralmente torna-se automático e inconsciente. Diferentes metáforas conceptuais combinam-se em redes e hierarquias” (2009: 01)

Muito mais do que um simples jogo de palavras, as metáforas permitem ligar uma nova informação a um conceito pré-existente. Auxiliam-nos a “organizar mentalmente a estrutura e o funcionamento de fenómenos complexos” (Silva, 2009: 02). A partir de uma semelhança, as metáforas criativas e bem sucedidas substituem significados e abrem

caminho para a solidificação de algo novo, que se somará à experiência tradicional e fortalecerá a identidade da língua.

E todos que compartilham da mesma cultura, da mesma língua-materna, procurarão compreender, conotativamente, o significado da metáfora utilizada. É em Meunier que sustentamos tal argumento quando o autor nos prova que: “as metaforizações modulam evidentemente o nosso conhecimento dos acontecimentos” (1995: 228).

Tudo isso porque, como sustentam Lakoff e Johnson (1983), a metáfora, ao estabelecer uma certa comunicação e comunhão de pensamento entre seus interlocutores, liga-se ao pensamento das mais diversas maneiras, constituindo-se, na opinião de Silva (2009), como um “conjunto aberto de expressões diferentes e envolvendo um conjunto sistemático de correspondências ontológicas e epistémicas entre os respectivos domínios conceptuais” (2009: 01). Tudo o que se disse suscita as mais diversas interpretações e, portanto, legitima a “parceria” entre metáfora e “estruturação da experiência”.

De facto, estamos diante de um elo social construído pela língua que possibilita o fortalecimento do raciocínio lógico, a filtragem da pluralidade de significados, bem como a legitimação da comunicação nas suas mais diversas formas, aproximando o locutor de seu auditório universal. Ou, como no-lo faz notas Meunier, referindo-se à metáfora no contexto da produção mediática: “procura atrair a atenção do leitor e estabelecer, deste modo, uma relação de cumplicidade” (Meunier, 1995: 229). É a partir desta relação mais próxima que se estabelece com o auditório que as metáforas, amplamente utilizadas, se tornam relevantes para este estudo.

3.3 Conceptualização metafórica da crise

“A metáfora proporciona sentido a um fenómeno tão abstracto, complexo e difícil de entender como é a actual crise mundial. As principais metáforas conceptuais da crise utilizadas na imprensa portuguesa (e noutras imprensas ocidentais) são as metáforas da doença, da catástrofe natural e do inimigo. Entender a crise nestes termos tão humanos e experienciais tem o enorme poder explicativo de fazer sentido para toda a gente” (Silva, 2009: 17)

Na produção mediática acerca da crise, damos-nos conta de que os textos produzidos utilizam amplamente o recurso à metáfora conceptual, termo que ganhou notoriedade nos postulados de Lakoff e Johnson (1980). A razão não poderia ser muito diferente desta: complexos e abstractos como são, os temas (económicos) exigem do receptor da informação um esforço cognitivo ainda maior para assimilarem e compreenderem a notícia e, desta forma, garantirem a compreensão.

Para uma estruturação eficaz e compreensível do discurso mediático, os profissionais normalmente escoram-se em alguns referenciais ou experiências básicas do ser humano. Ou seja, correspondências ontológicas e analogias que facilitam o mapeamento conceptual do domínio abstracto da crise a partir de vários modelos cognitivos.

Todo este trabalho se dá a partir do processo de similaridade com questões que fazem parte de nosso quotidiano, tais como o modelo cognitivo bélico (vide em Meunier, 1995), da patologia/doença, dos fenómenos naturais. O processo se dá, basicamente, a partir de uma sequência lógica de ações. Primeiro categorizam o acontecimento, depois nomeiam e, posteriormente, trabalham a similaridade com as experiências quotidianas do ser humano. Ainda em Silva (2009) vemos justificado este argumento deste modo: “Quando nos surgem entidades abstractas, queremos interagir da mesma forma. Esta visão do mundo, habitado por objectos, organismos e pessoas, facilita o manuseamento e manipulação cognitivos da categoria abstracta da crise económica e financeira” (2009: 14).

Do ponto de vista de Silva (2009), os modelos cognitivos para perceber a crise confirmam um processo amplamente trabalhado pela linguística cognitiva: a “corporização” dos acontecimentos e, mais especificamente, “a incorporização da mente, cognição e linguagem, no sentido de que estes fenómenos se fundamentam no corpo, na experiência sensório-motora” (Silva, 2009: 13) dos participantes envolvidos.

A linguística convencionou chamar a esta categoria metafórica de “esquemas imagéticos”, que representam “padrões corporizados pré-conceptuais que emergem dos nossos movimentos no espaço, das nossas interacções perceptivas e dos modelos de manipulação dos objectos” (Silva, 2009: 14). Uma das categorias mais produtivas da metáfora conceptual, os esquemas imagéticos, dá-nos a ideia, por exemplo, de movimento, percurso, contentor (ideia de colocar um objecto numa área delimitada por um espaço e, posteriormente, retirá-lo), da verticalidade, etc. Tudo se passa como se no *Contrat de Parole* (Charaudeau, 1983) estabelecido no discurso mediático, o enunciador fundamentasse o seu

texto em recursos metafóricos que possibilitassem ao receptor um conjunto amplo de entendimentos e, assim, compreender as causas da crise.

Cientes da força das metáforas e da capacidade de “suscitar a reflexão” (Meunier, 1995: 228) e interpretação nos seus intérpretes, os comunicadores fazem uso de estilos próprios para promover a identificação do leitor com o texto. Há metáforas, por exemplo, que fazem parte de grupos específicos. Para despertar o interesse de um público peculiar, os *media* utilizam expressões características desse grupo, o que dá a sensação de proximidade e cumplicidade do leitor com o autor do texto. As gírias são disso um bom exemplo.

Para cada framing, para cada enfoque dado à narrativa jornalística, há um discurso próprio, há uma abordagem especialmente direccionada. Este contínuo processo de adaptação do conteúdo é que acaba por dar dinâmica aos textos publicados pelos *mass media*. A cumprir a “função ideológica e mercantil” a que nos faz referência Ayala (1984), o processo de selecção, criação e reprodução desses discursos tem em conta o contexto histórico-político-social, bem como o ideológico, de seu público. Essa sobreposição do quotidiano por metáforas impõe-nos uma interpretação conotativa dos factos, produzindo, em cada telespectador, leitor ou ouvinte uma espécie de “efeito de real” análogo ao que é defendido por Roland Barthes.

Perante a ampla variedade de usos e de efeitos das metáforas utilizadas pelos *media*, muitos autores, entre os quais Meunier, consideram que em vez de enriquecerem o texto, os veículos de comunicação acabam por “simplesmente renovar as metáforas da cultura circundante” (1995: 230), subestimando os intérpretes e propagando um conteúdo escasso.

Neste contexto, Meunier nos alerta para os efeitos nocivos da utilização cada vez mais recorrente das metáforas pelos *media*. A linha que separa um texto de qualidade de um texto que a não tem e se escora no uso recorrente (e, por vezes, empobrecido) de metáforas é ténue. Simplesmente porque o emprego de sistemas metafóricos para atrair/persuadir seu auditório, como seja o uso de textos e imagens (sobretudo os canais televisivos, que exploram o icónico e o visual), também abre caminho para que muitos comunicadores reproduzam os acontecimentos com um tom de exagero e com dramatização excessiva. Ao fim e ao cabo, desenvolver um texto demasiadamente escorado nesta figura de estilo pode provocar um efeito inverso e desqualificar o conteúdo. O autor, ao referir-se a este tipo de utilização das metáforas e das metonímias, faz-nos notar que esta função performativa incita a reduzir o conhecimento dos problemas discutidos e a capacidade de acção do público, restringindo-o ao mero papel de espectador da *mise-en-scène* publicada.

É o que observamos, por exemplo, na produção do *Correio da Manhã*. Nesta publicação, um dos objectos de nosso estudo, os textos passam por um processo de metaforização (com perda da qualidade e empobrecimento do conteúdo) para conferir ao assunto o recorte atrativo que é próprio do espectáculo. Para este auditório particular, a forma como é abordado um acontecimento situado no campo económico, como é o caso das notícias acerca da crise financeira mundial, é a todos os títulos pouco estimulante e convidativa à reflexão. Meunier (1995) alerta, deste modo, para esta realidade: “pode-se ver este sistema em funcionamento numa boa parte da informação política, com graus variáveis de relevo, é certo, em função de diferentes factores, como seja, o grau de sensacionalismo” (1995: 232).

Vale a pena sublinhar que, no âmbito da mediatização das relações económicas, a metáfora está consolidada. Tornar narrável e compreensível um quotidiano e um discurso tecnocientífico como o económico, através de um texto de qualidade, sem que se caia nas amarras do sensacionalismo, é uma tarefa hercúlea. Até os jornais mais tradicionais como o *Público*, nosso outro objecto de estudo, ou o *Diário Económico* e o *Expresso* (referências neste campo) escoram-se demasiadamente nesta figura da retórica.

Ainda a propósito do excessivo uso pelos *media* de um sistema metafórico, em que esta prática constante pode causar um certo empobrecimento do conteúdo, Meunier explica que o uso contínuo ainda pode gerar outro desconforto interpretativo: a acção redutora. O autor se ancora nesta ideia a partir das evidências dos factos. Sob o ângulo da “metáfora da guerra”, por exemplo, o jornalista estabelece uma verdadeira batalha entre suas personagens e desenvolve “tudo o que comporta um aspecto espectacular capaz de prender a atenção e reter a respiração” (Meunier, 1995: 233).

A partir de tais evidências, deparamo-nos com a produção de um discurso mediático que parece subestimar o auditório, condicionando-o a “reduzir na mesma proporção o conhecimento dos problemas discutidos e a capacidade de acção do público, confinando-o a um papel de espectador das personagens em cena” (Meunier, 1995: 233). A função redutora da metáfora dá-se justamente pelo facto de, no seu poder de persuasão, limitar o auditório a ter uma simples postura de recebimento passivo da narrativização dos factos. Nesse âmbito, em que o jornalismo contribui para o processo de reflexão sobre a informação difundida e para a consolidação do conhecimento dos seus destinatários, através da utilização de importantes instrumentos linguísticos, como as metáforas, torna-se fundamental pôr em causa a relação do jornalista com a sociedade e reclamar a necessária prudência para não reduzir a transmissão dos factos a uma simples representação metafórica.

À semelhança de Meunier, que põe em causa um dos aspectos “nocivos” do uso da metáfora, a actuar como agente redutor da informação, Silva (2009) retrata outro aspecto importante da metáfora na produção mediática. Justamente por ser uma ferramenta de forte aproximação ao auditório universal, por auxiliar na organização mental de fenómenos tão complexos, o discurso jornalístico utiliza largamente esta vertente da metáfora como uma forte ferramenta de manipulação ideológica, emocional e política.

A responsabilidade de actuar na linha de frente desta forma social de conhecimento, como sustenta Medistch (1992), transcende os limites de um mero reproduzidor da realidade. O jornalismo não apenas reproduz ou reflecte o desenrolar dos factos. Seu papel não se restringe única e exclusivamente a isso. Sua atuação e relevância, num cenário construído pela “Sociedade em Rede” (Castells, 2007), pela informação em tempo real, é tamanha que podemos qualificar o jornalismo como coadjuvante na construção dos factos históricos. A sociedade e os *media* actuam conjuntamente, num processo de troca ininterrupta. Meunier defende esta ideia:

“(…) os acontecimentos e a sua narração, as relações sociais e a sua representação na imprensa, em resumo, os *media* e a sociedade, estão numa relação de determinação recíproca, ou, melhor dizendo, de co-produção. Nesta óptica, deve-se compreender que os sistemas semióticos dos *media* (linguagens, formas de enunciação, formas de narração...) co-produzem as realidades que reproduzem. Estes sistemas são ao mesmo tempo as estruturas de acolhimento e de configuração da realidade” (1995: 234)

É justamente nesta linha de produção da informação, com o auxílio dos recursos linguísticos e dos sistemas semióticos, que a metáfora se inscreve frequentemente, implícita, oculta ou a saltar aos olhos. Como este recurso retórico desempenha um importante papel cognitivo, acaba por auxiliar os profissionais mediáticos num trabalho de sobreposição do quotidiano, configurando as representações e dando forma, característica, à realidade.

Se a representação da realidade é feita por meio de recursos semiolinguísticos, se esta prática já está inscrita nos textos mediáticos, cabe ao jornalista o cuidado de não limitar a “função social de conhecimento” (Medistsch, 1992) a uma simples reprodução do real, voltando à cena um jornalismo que, munido deste recurso, valoriza o conteúdo noticiado, sobrestima o poder de interpretação dos seus receptores e, especialmente, “desencadeia a reflexão sobre os aspectos ignorados das coisas” (Meunier, 1995: 235).

Capítulo IV

Análise Empírica

4.1 *Modus operandi* da análise

Para proceder a análise, foram seleccionadas as reportagens, notas, editoriais e artigos, que tinham como foco aspectos relacionados à temática da crise financeira. Tanto no *Público* como no *Correio da Manhã*, todo e qualquer conteúdo que fizesse menção à crise financeira, desde os primeiros indícios nas principais bolsas de valores em todo o mundo aos efeitos desta recessão no quotidiano do consumidor português, tornaram-se objecto de análise, não sendo excluída nenhuma matéria com referência a tal assunto.

Dessa forma, de Agosto de 2007 a Dezembro de 2007 e Agosto de 2008 a Dezembro deste mesmo ano, foram encontradas, no *Correio da Manhã*, 120 notas, 36 editoriais, 16 artigos e 78 reportagens (quatro delas com chamadas de capa); já no *Público*, foram evidenciados 83 notas, 4 editoriais, 33 artigos e 267 reportagens (quatro delas com chamadas de capa). Destas, por razões metodológicas que se fundem com a análise de conteúdo, 22 compuseram o corpus desta análise por tratarem da temática específica à qual este estudo se propôs investigar. Vale a pena aqui referir, a título de contextualização, que o recorte temporal feito se baseia em referências económicas, uma vez que foi nestes dois semestres que a crise financeira se fortaleceu no mercado e, nesse âmbito, ganhou a atenção da opinião pública. O cruzamento dos dados (número de aparições da temática “crise”) na análise quantitativa, pode ser acompanhado nas tabelas que seguidamente apresentamos:

Público – Análise quantitativa (Tabela 1)

Público / Análise quantitativa					
2007		Matérias	Notas	Artigos	Editoriais
	Agosto	16	6	1	0
	Setembro	-	-	-	-
	Outubro	6	0	0	0
	Novembro	20	3	1	0
	Dezembro	17	0	1	0
2008		Matérias	Notas	Artigos	Editoriais
	Agosto	25	6	0	0
	Setembro	18	4	1	0
	Outubro	73	26	20	4
	Novembro	43	24	6	0
	Dezembro	49	14	3	0

Correio da Manhã – Análise quantitativa (Tabela 2)

CM / Análise quantitativa					
2007		Matérias	Notas	Artigos	Editoriais
	Agosto	6	7	0	2
	Setembro	3	6	0	0
	Outubro	3	9	0	0
	Novembro	0	1	0	0
	Dezembro	0	1	0	0
2008		Matérias	Notas	Artigos	Editoriais
	Agosto	5	9	0	0
	Setembro	12	28	3	9
	Outubro	28	33	7	14
	Novembro	11	17	2	6
	Dezembro	10	7	4	5

Em razão da sua relevância prático-téorica, bem como por representar uma operação cognitiva fundamental para uma melhor compreensão acerca de um discurso fechado como o económico, a conceptualização metafórica da crise representa, neste trabalho, um dos principais instrumentos de análise empírica. A força persuasiva que esta figura de linguagem desempenha na narrativa jornalística permitiu-nos, ao longo do processo de análise, legitimar a teoria de Gerber (1980) acerca da linguagem como essencialmente metafórica, quando nos diz que o homem se ancora no sentido metafórico para explicar a sua realidade e a natureza figurativa das palavras.

No entanto, como a construção do discurso também é baseada em seu contexto, em suas condições enunciativas, a nossa análise não se confinará apenas a figuras de linguagem, como as metáforas e metonímias. A paginação e seu respectivo conteúdo também nos surgem como pontos relevantes para a compreensão acerca do tema. Para este efeito de interpretação do discurso económico, a proposta de Charaudeau em *Le discours d'information médiatique: la construction du miroir social*, lembra-nos que o evento mediático, levando-se em conta que advém de um espaço público, será “seleccionado e construído em função de seu potencial de actualidade, socialidade e imprevisibilidade” (Charaudeau, 1997: 103). Nada mais actual, social e imprevisível do que os desdobramentos da nova política de gestão nos principais mercados financeiros, bem como a sua implicação no quotidiano do consumidor, seja qual for a sua classe social.

A análise de conteúdo (AC) foi a técnica utilizada que permitiu a descrição das mensagens identificadas nas peças jornalísticas dos diários *Público* e *Correio da Manhã*. Por meio de procedimentos sistemáticos e objectivos, foram produzidas inferências de conteúdos

relativos às condições de elaboração, produção e veiculação destas mensagens de acordo com o referencial teórico a partir dos quais chegamos à problematização deste estudo.

Uma ficha de observação (FO) foi elaborada para a sistematização das análises da narrativa jornalística das duas publicações. Esta continha: o título e suas respectivas informações relevantes; a linha fina; o lead e a descrição de fotos/ilustrações. Vale destacar que esta documentação na FO facilita a identificação das reportagens uma vez que elas são de acesso público em edições impressas e, mais recentemente, seu conteúdo encontra-se em acervo digital (de acesso gratuito) no site de ambos os jornais.

Ainda acerca da AC, torna-se importante destacar que duas linhas de abordagem foram colocadas em prática: a quantitativa e a qualitativa. A primeira, um indicador genérico que define o corpus, busca estabelecer uma frequência das palavras ou dos léxicos que fazem referência à temática da crise no conteúdo das publicações (de acordo com objectivo da pesquisa). Já a qualitativa considera a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento de mensagem e atenta, portanto, ao seu componente retórico (Minayo; Neto; Deslandes, 2003). Este estudo delinea-se a partir da abordagem qualitativa da AC e da fundamentação retórica, com base, sobretudo, nos conceitos de Perelman-Tyteca (1988), em *Tratado da Argumentação*.

4.2 A conceptualização metafórica como instrumento de análise

“Com a metáfora, transporta-se, por assim dizer, a significação própria de um nome para outra significação, que apenas lhe convém em virtude de uma comparação que está no espírito” (Dumarsais, apud Perelman-Tyteca, 1988: 437)

Se o discurso jornalístico se apresenta fracionado em objectivos antinómicos de “informar” e “capturar audiências” (Charaudeau, 1983), diariamente “costurado” por figuras e actos de linguagem ou por sistemas de significação que interferem na sua produção e força persuasiva (visto, por exemplo, na paginação, que explora imagens e chamadas de capa impactantes), a retórica, enquanto “instrumento logotécnico disponível para a sua construção e desconstrução” (Borges, 2009), nos auxilia no processo de análise de um

discurso que, velado ou standartizado, realiza *um transfert* de juízo de valor e que, ao convencer, motiva para a acção (Magalhães, 2000).

Enquanto teoria geral do discurso persuasivo, coube à retórica esclarecer que os assuntos que norteiam o universo do campo económico são considerados um saber técnico-científico, que se expressa através de uma linguagem mais complexa, normalmente adaptado a um auditório universal, presumindo-se, dentro de um *Contrat de Parole* (Charaudeau, 1983), que seu público tenha um nível de entendimento suficiente para que o assunto em questão seja compreendido. Assim como no campo económico, cada tipo de *medium* trabalha com um determinado tipo de texto, uma determinada linguagem, para um determinado auditório. As diferentes linguagens utilizadas pelos *media* seguem o que Meunier denomina de diferentes “representações mentais e de operação cognitiva” (1995: 226).

E quais seriam as ferramentas cognitivas que nos poderiam auxiliar numa melhor assimilação da informação a ser veiculada? Quem responde a esta questão é Meunier. Para o autor, uma forma simples de se “democratizar” o conteúdo é através da utilização de metáforas. Nos textos jornalísticos, por exemplo, a metáfora desempenha um papel relevante nos títulos e nos leads ao estabelecer uma operação cognitiva fundamental na assimilação de um discurso fechado como o económico, alterando a *diathesis* do leitor para a leitura integral da peça noticiosa e, eventualmente, para a acção.

O uso contínuo de figuras de linguagem para trabalhar o factor identitário da crise muito nos chama atenção, por exemplo, para o discurso sobre o título: **“EUA corrigem excessos e economia mundial treme” – Anexo 1** (*Público*, 12 de Agosto de 2007, p. 34). As colaborações de Perelman e Tyteca (1988: 437) fazem-nos tomar consciência de quão influente o raciocínio pelo uso da metáfora pode ser, no sentido de fortalecer o discurso mediático, estabelecer um novo sentido ao conteúdo e determinar valores ao tema em questão. Citando Quintiliano, Perelman e Tyteca definem a metáfora: “uma feliz alteração de significado de uma palavra ou de uma locução”; nunca uma substituição. Mais que isso: estes discursos que trazem figuras metafóricas potenciam uma “incorporação” mais pessoal do conteúdo do facto noticiado. Dumarsais complementa: “transportamos (...) a significação própria de um nome para outra significação, que apenas lhe convém em virtude de uma comparação que está no espírito” (*Des Tropes*, 103).

A reportagem que se acolhe sob o título **“EUA corrigem excessos e a economia mundial treme”** fará os seus desdobramentos explicativos sobre a crise glosando a

metáfora contida no título; em sentido literal seria claramente impossível que uma economia tremesse, se movimentasse. Aos olhos do grande público, de que modo o orador poderia apresentar o assunto e estabelecer uma adesão, uma vez que o sucesso da “comunhão com o auditório” também depende da maneira como este mesmo auditório concebe e interpreta o facto? A metáfora seria um relevante instrumento. Perelman e Tyteca (1988) sustentam esta acção: “nenhuma concepção que não lance luz sobre a importância da metáfora na argumentação nos pode satisfazer” (1988: 437).

A narrativa apresenta então o conteúdo o mais próximo possível da realidade de seu leitor. Evidenciamos, na mesma reportagem, que o lead também trabalha esta tentativa de aproximação ao seu público. No propósito de explicar a recessão económica de forma mais didática, o orador recorreu às “premissas da argumentação” para propor ao auditório um acordo que, sendo ponto de partida, pretende que se mantenha e se reforce com o desenrolar da narrativa dos factos.

A mesma conceptualização metafórica da crise pode ser vista também em inúmeras outras reportagens tanto do jornal *Público* como do jornal *Correio da Manhã*. É neste aspecto que identificamos as metáforas conceptuais (ou “esquemas imagéticos”) que fazem referência à “corporização” dos acontecimentos, no sentido em que tais “fenómenos se fundamentam no corpo, na experiência sensório-motora” (Silva, 2009: 13) dos agentes envolvidos na enunciação. A partir desta categoria metafórica, de padrões corporizados, podemos dar-nos conta de como a temática da crise ganha a ideia de movimento, de mobilidade.

São questões que podem ser vistas, por exemplo, nas seguintes reportagens, todas veiculadas pelo jornal *Correio da Manhã*:

- 1) **“Poupanças fogem dos depósitos” – Anexo 2** (dia 15 de Novembro de 2008; p. 28);
- 2) **“Mil milhões fogem dos fundos” – Anexo 3** (dia 09 de Outubro de 2007; p. 21);
- 3) **“Por onde anda a crise?” – Anexo 4** (editorial do dia 26 de Setembro de 2008).

Ainda sob o conceito de “corporização dos acontecimentos”, o esquema imagético que nos dá a ideia de movimento também foi recorrente, muito embora de forma menos standartizada, no jornal *Público*. A referente metáfora pôde ser vista, por exemplo, na chamada de uma matéria (“Europa discute amanhã plano comum para **segurar** mercados”): **“Mercados continuam a afundar-se” – Anexo 5** (dia 11 de Outubro de 2008; p. 02).

“Fugir”, “andar”, “segurar”, “afundar-se”. A presença da metáfora para fornecer outro sentido a estes verbos, um sentido metafórico que explique uma realidade abstracta como a do campo económico, bem como a natureza figurativa das palavras, fornece um sentido próximo ao que utilizamos no discurso comum, do dia-a-dia. Converge para este sentido o que Austin (1970) aborda em *Quand dire c'est faire*, ao elucidar que a melhor forma de abordar os factos, a realidade, é lançar mão de uma linguagem comum.

É justamente na tentativa de interiorizar novos conceitos a partir de expressões e palavras que usamos frequentemente em nosso quotidiano que reside a actuação desta figura ilustre da retórica. Ao falarmos em fugir, correr, andar, damos a ideia de movimento, mobilidade, sair de um ponto para outro. Mas, ao transportarmos tais itens lexicais para a narrativa jornalística, transporta-se também a natureza figurativa destas palavras e os verbos “fugir”, “andar” e “afundar-se” acabam por fundamentar-se no corpo, na experiência sensório-motora - este *transfert* de valor será atribuído a inúmeros outros verbos e expressões que veremos mais adiante.

Partindo-se do pressuposto de que as notícias, como narrativas jornalísticas que são, se constroem à volta da realidade circundante, as metáforas acabam por desempenhar um papel de coadjuvante na construção do mapeamento cognitivo, tão importante quanto o de desempenhar uma função de “transferência” de valores de um dado abstracto, como a temática crise, para algo real, imerso em situações quotidianas, a fim de esclarecer aspectos da vida social.

Narrativas como as que citamos acima, acerca da tendência de corporizarmos os acontecimentos, representam mais um instrumento eficaz de fundamentar o texto em recursos metafóricos, para diminuir a pluralidade de significados de um discurso técnico e fechado como o económico, bem como para contextualizar o tema, criar cumplicidade com o leitor e compreender as causas da crise. É neste aspecto que notamos como a metáfora, enquanto figura de linguagem recorrente no processo de operação cognitiva, se consagrou na prática jornalística e acaba por intervir no sentido do discurso a fim de gerar a “comunhão” com seu auditório.

Este tipo de abordagem, frequente sobretudo nas páginas do *Correio da Manhã*, denota a ideia de que a construção da metáfora na narrativa jornalística contribui para uma compreensão da realidade cujas raízes não podem ser encontradas exclusivamente em explicações racionais. De facto, há um contexto propício para que a metáfora seja uma coadjuvante no processo de construção do quadro enunciativo, já que “a maioria dos

indivíduos não consegue formar uma representação de noções (...) a não ser através da massa de informações difundidas diariamente pelos *media*” (Meunier, 1995: 224).

Subjacente a esta realidade, pode-se dizer que a temática da crise ganhou uma abordagem “apocalíptica”, reafirmada e reiterada pela veiculação de títulos fortes e imagens que destacavam o clima de medo e tensão nos principais mercados mundiais. Como se o objectivo fosse a manutenção do estado latente de crise. O emprego frequente de metáforas e outras figuras de linguagem confirmam esta constatação.

O uso recorrente de termos e expressões como “a segunda-feira mais negra da história” e/ou “caos” nas primeiras páginas dos jornais, ou ainda artigos opinativos que ilustravam especialistas a sentenciar comentários pessimistas, como o “fim da era capitalista”, deixa clara a vinculação de uma intencionalidade alarmista e amedrontadora; termos que buscam conceptualizar a recessão económica, associados a valores negativos, gerando, por sua vez, expectativas trágicas, catastróficas, na economia mundial em tempos de globalização. Essa dimensão valorativa tende a fixar-se, desse modo, a expressões metafóricas como “caos” e “fim dos tempos” que, por sua vez, tendem a ser activadas em contextos negativos, criando um espaço de identidade e afectividade, de grande importância na construção metafórica.

Logo, as significações simbólicas que percebemos neste tipo de discurso criam um modelo de comportamento e, porque são suficientemente convincentes, “motivam para a acção” (Magalhães, 2000: 11) seu auditório.

Esses factores somados atribuem um sentido simbólico de geração e manutenção do estado de medo e pânico na economia mundial, já que, como afirmam Perelman e Tyteca, “toda argumentação visa a adesão dos espíritos” (1998: 18). O sentimento de perigo iminente, de que a recessão económica se tornou um grande vilão/inimigo (dimensão valorativa atribuída pela metáfora da guerra, constatada por Meunier) dos consumidores, mas, sobretudo, de que o discurso traz um teor “apocalíptico” (como os economistas mais céticos preferem dizer) estão muito presentes em itens lexicais como “caos”, “pânico”, “dia negro” ou, ainda, “depressão”. Confirmamos a força e o impacto que tais significações simbólicas trazem nos seguintes exemplos:

- 1) Título: **“Bolsas instáveis e sem sinais do fim da crise do crédito à vista” – Anexo 6.** Linha fina: **“Desapareceu o pânico, mas continua o risco e o ritmo de montanha russa. As autoridades estão preocupadas e há bancos a fechar e despedir”** (*Público*, 22 de Agosto de 2007; p. 28);

- 2) **“Pânico na Bolsa custa 4,8 mil milhões” – Anexo 7** (*Correio da Manhã*, 17 de Agosto de 2007; p. 20);
- 3) **“Bancos Centrais da Europa e dos EUA enfrentam de novo o fantasma da estagflação (sic)” – Anexo 8** (*Público*, dia 03 de Dezembro de 2007; p. 38);
- 4) **“A semana mais negra de sempre” – Anexo 9** (*Correio da Manhã*, 11 de Outubro de 2008; p. 04);
- 5) **“Chumbo causa pânico na bolsa” – Anexo 10** (*Correio da Manhã*, 30 de Setembro de 2008; p. 25);
- 6) **“Crise dá depressão” – Anexo 11** (*Correio da Manhã*, 29 de Dezembro de 2008; p. 15).

No âmbito quotidiano, o uso recorrente de expressões como “caos”, “depressão” e “pânico” é feito em circunstâncias pouco favoráveis aos interlocutores, que não auguram perspectivas muito animadoras. Reportam, por sua vez, uma ideia negativa e pouco esperançosa acerca do assunto tratado – o mesmo aspecto pode ser também observado na própria etimologia da palavra “crise”⁶. Notamos então que “metaforizar” tais palavras, significa atribuir uma dimensão valorativa aos termos e, diante da perspectiva negativa que as palavras carregam, estabelecer a conexão da realidade com a essência da palavra “crise” e, assim, gerar a força persuasiva no discurso.

A difusão recorrente de um discurso do perigo iminente, como exemplificamos acima, acaba por legitimar, em muitos casos, outra metáfora conceptual amplamente utilizada pelos jornalistas, sobretudo os que primam pela psicagogia e demagogia, pelo uso constante de metáforas e pela “contiguidade das formas de ficção e não-ficção” (Mesquita: 113) e que acabam, por conseguinte, por reduzir, contaminar e empobrecer o conteúdo do discurso jornalístico.

Nos referimos aqui a modelos cognitivos que realizam analogias estruturais a fim de facilitar o mapeamento conceptual deste domínio tão abstracto como o da temática da crise. São vários os modelos cognitivos que poderiam auxiliar-nos neste trabalho, mas tomaremos como base os que mais se aproximam dos aspectos de nossa vida social, como o modelo cognitivo da guerra, da doença e dos fenómenos naturais, como defendem Meunier (1995) e Silva (2009).

⁶ A palavra “crise” tem raiz etimológica na palavra grega “krisis” que reporta à acção de “separar” e “decidir”. Estar em crise significa motivar à acção transformadora a partir da tomada de escolhas/decisões.

Nestes autores, vemos justificado o argumento de que a operação cognitiva de uma metáfora (e que pode envolver um alto nível de intencionalidade) acaba por aproximar conceitos e entidades abstractas de nosso quotidiano. Embora o corpus examinado não permita nenhuma conclusão generalizante, é possível identificar alguma regularidade nas diferentes ocorrências de itens lexicais, como, por exemplo, “vítimas”, “planos de salvação”, “estancar a hemorragia”, “contra a depressão”; sempre articulados com outros artifícios retóricos que, em sua força persuasiva, criam a *mise-en-scène* propícia ao processo de captação de audiência e ao condicionamento da opinião pública sobre o tema.

Tal discurso permeia as páginas dos nossos dois objectos de análise. Vejamos nos exemplos seguintes:

- 1) Na reportagem intitulada “**Quebra de lucros no Bank of America**”– **Anexo 12** (*Público*, 19 de Outubro de 2007; p. 44), o lead traz o item lexical “vítimas”: “**A crise do crédito hipotecário volta a fazer vítimas**”;
- 2) No editorial intitulado “**Nacionalização na América**” – **Anexo 13** (*Correio da Manhã*, 08 de Setembro de 2008; última página), parte do texto traz a expressão “estancar a hemorragia”: “(...) **Não se sabe se esta intervenção será suficiente para estancar a hemorragia da crise de crédito**”;
- 3) Na reportagem intitulada “**Mercados aprovam ‘nacionalização’ nos EUA de gigantes bancários**” – **Anexo 14** (*Público*, 09 de Setembro de 2008; p. 02), a linha fina traz o item lexical “estancar”: “**Medida foi bem recebida, mas é preciso esperar que ver (sic) se a maior operação de resgate financeiro dos Estados Unidos vai coneguir estancar a crise hipotecária**”;
- 4) “**América com plano de salvação aprovado**” – **Anexo 15** (*Correio da Manhã*, 04 de Outubro de 2008; p. 30);
- 5) “**Contra a depressão**” – **Anexo 16** (*Correio da Manhã*, 06 de Novembro de 2008; última página);
- 6) “**À espera que a tempestade passe**” – **Anexo 17** (*Público*, 24 de Outubro de 2008; p. 06).

Numa função performativa de “associar ideias ou efectuar comparações”, o uso da metáfora no fazer discursivo do jornalismo, como temos estudado ao longo deste trabalho, estabelece um sentido particular à natureza figurativa das palavras. Associar a crise à ideia

de “hemorragia”, “plano de salvação” ou a um fenómeno da natureza tão comum como a tempestade cria uma dimensão conflitual, um sentimento de pandemia instaurada, em que os planos emergenciais de auxílio económico surgem como “planos de salvação” a “estancar uma hemorragia” que não dá sinais de cessar. Logo, a narrativa apresenta-se subordinada a uma dimensão valorativa atribuída a expressões corriqueiras de nosso quotidiano, tão “pesadas” em sua essência como a da própria palavra crise.

As palavras “hemorragia”, “depressão”, “combate” ou “vítimas”, isoladamente, mantêm, por si só, um sentido denso. Mas basta que sejam empregadas com um sentido metafórico para ir além da função de atribuir novos significados. Nesta rica operação cognitiva, como sublinha Perelman, acaba por colocar em prática “a capacidade de fundir domínios (...) que transcendem as classificações tradicionais” (1988).

Das páginas dos jornais para o nosso dia-a-dia, as metáforas actuam como um agente facilitador, a fim de democratizar o conteúdo veiculado pelos *media* em questão, convidando o leitor para conceptualizar a temática da crise. Num processo de análise de conteúdo, inúmeras são as possibilidades de se compreender como as figuras de linguagem, sobretudo as metáforas, desempenham as importantes funções de argumentação e comunicação. Perelman-Tyteca (1988: 439) sustentam mesmo a tese de que a metáfora é “uma expressão que se basta a si mesma”. Pela nossa parte parece-nos claro que, na narrativa jornalística, ela contribui para uma compreensão da realidade cujas raízes não podem ser encontradas exclusivamente em explicações racionais.

São inúmeros os instrumentos de produção textual que conferem ao orador o importante papel de “constructor da argumentação” (Perelman-Tyteca, 1988). No entanto, na análise inicial, restringimo-nos apenas à conceptualização metafórica da crise. Já na segunda parte da análise empírica, nos focalizaremos na análise de conteúdo que converge para uma observação mais global (layout, configuração da página, distribuição do conteúdo, bem como pequenas unidades do discurso que dão sentido ao texto) das peças jornalísticas escolhidas.

4.3 Análise de conteúdo

Ao longo deste trabalho de análise, constatamos que as narrativas das publicações diárias *Público* e *Correio da Manhã*, na criação de um discurso jornalístico, balançam entre os dois objectivos antinómicos do jornalismo enunciados por Patrick Charaudeau (1983): “informar”, em que o jornalista se compromete com um “fazer-saber austero”, e “captar”

audiências. Conciliar estes dois objectivos, isto é, ser convincente e obter a adesão de seu auditório, poderá ser o melhor caminho para a consecução de um jornalismo sério e auto-sustentável.

Para a retórica, é facto notório que o homem se ancora no sentido metafórico para explicar sua realidade e a natureza figurativa das palavras. Por sua vez, assim como destaca De Man (1989), pensar na persuasão do auditório também significa pensar e gerar símbolos que possibilitem um intercâmbio comunicativo contínuo, natural e compreensível da realidade.

Neste processo de “retoricidade da linguagem” (Eire, 2009: 33), a linguagem utilizada para construir determinado discurso (*logos*) acaba por ser pensada e produzida especificamente com um determinado conteúdo e para um determinado tipo de receptor. De facto, como sustenta Maingueneau (2004), cada categoria de discurso permite aos seus locutores disporem de uma série de possibilidades de comunicarem entre si, de levarem informações. E é justamente a partir de cada género de discurso que o locutor constrói seu texto, seguindo formatos, critérios e “léxicos correntes” (2004: 59) particulares de sua profissão, despertando o interesse e criando identidade com o auditório. “Tais categorias correspondem às necessidades da vida quotidiana” (Maingueneau, 2004: 59).

Os conceitos de Maingueneau convergem para a praxis jornalística. Toda a linha de produção do discurso mediático, seja qual for sua “tipologia comunicacional” (Maingueneau, 2004: 61) – polémico, informativo, político, económico, jurídico, etc - apresenta traços que intervêm na construção do sentido jornalístico. Neste processo de construção narrativa, são produzidos recursos estilísticos, elementos icónicos e para-icónicos, além de outros recursos, que conferem aos textos jornalísticos “um cunho ficcional” (Mesquita, 2003) e constroem um quadro enunciativo que reforça a adesão e seduz o auditório.

São símbolos e recursos que, em conjunto com o texto, não apenas dão sentido ao discurso, mas também interferem na significação e na força persuasiva. Tais questões ganham particular relevo no trabalho de Petter Garret e Alan Bell (1998) ao defenderem que o layout da primeira página de jornal ou revista impressa (actualmente, podemos também considerar uma webpage), por exemplo, segue “três sistemas de significação” em sua estrutura, configurando e conjugando imagens, títulos, boxes, linha fina e citações a fim de gerar uma lauda coerente e informativa. São recursos que produzem sentidos e seduzem o leitor, que designam a relevância dos factos.

Garret e Bell (1998) denominam o primeiro sistema de significação como “Valor da Informação”, o que equivale dizer que cada zona do espaço visual da página traz um valor específico de informação (inclusive em termos financeiros). Trabalhar uma matéria logo a partir da primeira página significa dizer que seu valor e sentido são diferenciados em relação aos demais.

Este efeito de valorização hierárquica de determinadas informações converge para o segundo sistema de significação de Garret e Bell: “Saliência”. Configurar uma página, destacando determinada imagem ou informação em primeiro ou segundo plano, bem como suas dimensões e a fotografia principal, constitui, para os autores, um dispositivo jornalístico muito importante para atrair cognitivamente a atenção do leitor e produzir uma gama de sentidos.

Aspecto semelhante pode ser visualizado no terceiro sistema de significação: a “Framing”. Na construção de uma narrativa jornalística, os elementos do segundo sistema de significação acabam por respeitar uma espécie de esboço, em que linhas separatórias, margens e boxes de leitura indicam o modo como a notícia deve ser lida, bem como o facto de uma informação complementar a outra.

Este princípio organizacional que valoriza a estrutura de apresentação de determinada informação num corpus jornalístico, identificado por Garret e Bell (1998), suscita o debate de como a informação pode ser representada em suas mais diversas dimensões e intenções no espaço visual de um jornal. No processo de narrativização dos factos, o jornalista acaba por configurar a página para criar uma atmosfera envolvente e de proximidade com o seu auditório.

No caso da construção de um texto económico, a organização de um layout prima pela inserção de recursos gráficos e ilustrativos, em conjunto com os textos, a fim de tornar conceitos tão abstractos em “comunicativamente eficazes” (Silva, 2009). Tais aspectos são evidenciados, por exemplo, em três reportagens do jornal *Público*: “**O nevoeiro das finanças**” – Anexo 18 (07 de Dezembro de 2007; p. 19), “**Sobreviver ao ‘dilúvio’ de capital**” – Anexo 19 (02 de Novembro de 2007; p. 19/Caderno Especial) e “**Esperar para ver**” – Anexo 20 (07 de Dezembro de 2007; p. 08).

Tivemos a oportunidade de sustentar, nas páginas anteriores, de que modo a utilização de determinadas figuras de linguagem possibilita a criação de uma atmosfera envolvente e sedutora ao auditório. São traços distintivos da retórica do jornalismo que, através da

função referencial, colocam em prática sua força persuasiva. Os mesmos aspectos são identificados nos três títulos acima citados e respectivas imagens.

O papel das imagens, dos gráficos ou de qualquer outro recurso visual permite ao jornalista dar um valor ideológico à respectiva informação, fortalecendo a referência cognitiva criada e ampliando as possibilidades de compreensão do texto. Assim como as figuras de linguagem, as imagens desempenham um importante papel na dimensão cognitiva, auxiliando o receptor a identificar-se com o assunto, a estabelecer um novo sentido e a diminuir a pluralidade de significados e conceitos particulares de um discurso fechado como o económico. A representação icónica da informação, no caso desta pesquisa, na narrativa jornalística sobre a crise, seja através de imagens, gráficos ou ilustrações, acaba por atribuir ao assunto uma dimensão valorativa, sendo que seu uso recorrente, como numa espécie de transferência de valores, leva à convencionalização de interpretações, julgamentos e atitudes.

De algum modo, o recurso à “ilustração” através de imagens icónicas cumpre no jornalismo uma função análoga à dos argumentos pelo “exemplo”, “ilustração” e “modelo” na sustentação do discurso persuasivo, em Perelman e Tyché. Para os autores, a ilustração reforça a adesão à uma regra, já conhecida e admitida, fornecendo casos particulares que esclarecem o enunciado geral aumentando a sua presença na consciência. Também o uso recorrente da ilustração através de imagens icónicas confirma e reforça, por sua vez, a adesão do leitor a uma dada realidade.

Neste intercâmbio comunicativo contínuo, os símbolos e as figuras ilustrativas vão desenhando a realidade e a conjuntura da crise financeira para os leitores nas páginas dos principais jornais. Visualizar logo na primeira página do jornal *Público* um destacado box informativo com o fundo negro, uma flecha em contínua queda a simbolizar um índice económico a cair, a dizer “**A segunda-feira mais negra desde 1987**” – Anexo 21 (*Público*, 07 de Outubro de 2008, 1ª página) ou a imagem desoladora do governador do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet, que ganhou notoriedade na imprensa internacional por personificar um momento de grande fragilidade e vulnerabilidade do sistema económico (vide “**O nevoeiro das finanças**” – Anexo 18, *Público*, 07 de Dezembro de 2007; p. 19) ou ainda a fotografia de um corretor da Bolsa de Frankfurt a revelar a baixa tendência das cotações ao simbolizá-la com os dedos virados para baixo (“**Descida de taxas vista como ‘uma gota num mar de necessidades’**” – Anexo 22; *Público*, 09 de Outubro de 2008; p. 04) tem um propósito fundamental: persuadir o auditório e motivá-lo

para a acção, para a leitura das informações ali projectadas. Imagem que reforça, por conseguinte, uma dada realidade.

Cada sistema de significação adoptado pelo jornalista, na sua função integradora de configurar os textos com suas respectivas figuras ilustrativas, contribui para a edificação de sentidos, para a contextualização do tema e de um determinado tipo de discurso para um determinado tipo de público. E como nos dá conta Mesquita (1995), estes actos performativos na imprensa, pela sua força persuasiva, transformam a percepção do leitor em relação à sua realidade circundante.

Em jeito de conclusão deste tópico sobre a “conceptualização metafórica da crise económica global”, importa referir que o jornalismo se faz do (no) confronto dialéctico de ideias e de visões do mundo. Daí que, sobre o mesmo tema, nos tenhamos deparado, no discurso mediático, com diferentes representações e interpretações dos sinais da crise financeira mundial.

Na abordagem de um tema desta complexidade e na preocupação de o tornar inteligível para o universo dos seus leitores, o “jornalismo económico” valeu-se de todo o manancial de recursos retóricos. Todavia, é justo reconhecer que a metáfora e a metonímia, na sua dúplice função de “categorias argumentativas” e de “figuras de contágio” (a que se refere Mário Mesquita apud Meunier) foram, de facto, os dispositivos retóricos mais eficazes (mesmo que demasiado redutores em alguns casos) na explicação do fenómeno da crise ao grande público.

Considerações finais

Ao longo desta pesquisa, fundamentámos a discussão de como os *mass media* se constituem numa indústria que produz e veicula símbolos e significados que têm implícito um conjunto de elementos que interfere na estruturação e (re)organização da realidade em que o receptor está inserido, uma vez que o discurso mediático influencia na produção da informação e/ou o conhecimento que se tem a respeito de um facto, bem como nos padrões de linguística, nas acções sociais, nas atitudes e nas emoções.

A discussão da crise financeira mundial mediante este processo de mediatização, seus significados e símbolos, a função comunicativa/cognitiva/sócio-cultural da metáfora como instrumento de compreensão da informação, bem como os dispositivos utilizados na construção do quadro enunciativo foram nosso objecto de estudo enquanto instrumentos

de lapidação e veiculação da informação acerca da recessão económica em questão.

Tivemos a oportunidade de observar que conteúdos relativamente complexos e/ou abstractos por natureza, como os que retratam os desdobramentos do campo económico, precisam ser comunicados de modo a possibilitar que o leitor a eles tenha acesso, actuando como uma espécie de “agente democratizador” do conteúdo. De forma não muito distinta dos outros campos, no económico, cada tipo de *medium* trabalha com um determinado tipo de texto, uma determinada linguagem, para um determinado auditório. As diferentes linguagens utilizadas pelos *media* seguem o que Meunier denomina de diferentes “representações mentais e de operação cognitiva” (1995: 226).

Como bem vimos em Fairclough (1995), cada tipo de manifestação mediática detém dispositivos e instrumentos semióticos e narrativos que permitem trabalhar com operações cognitivas específicas em seus receptores – como, por exemplo, o layout de uma página de jornal impresso. Petter Garret e Alan Bell (1998) complementam esta ideia ao elucidar que esta estrutura acaba por configurar um sistema de significação que determina a relevância da notícia.

No contexto desta pesquisa, a produção e veiculação de discursos mediáticos, que faziam referência à temática da recessão económica em questão, sugerem, suscitam e demandam a presença de modelos cognitivos que realizam analogias estruturais, a fim de facilitar o mapeamento conceptual deste domínio tão abstracto como se apresenta a crise. Para tal, observamos que um dos instrumentos semióticos mais recorrentes e difundidos na prática jornalística é o recurso às figuras de linguagem, sobretudo às metáforas muito utilizadas no contexto específico da crise económica. Por estabelecer uma operação cognitiva fundamental na assimilação de um discurso tecno-científico como o económico, esta figura ilustre da retórica “democratiza” o conteúdo dos textos jornalísticos, simplesmente porque ao fazer parte de nosso modo humano de pensar e falar, auxilia no acto de interpretar a informação ou o “domínio-alvo” (Lakoff e Johnson: 1980), correlacionando com os saberes e o conhecimento cultural já apreendido e filtrado. Desta forma, a força persuasiva que esta figura de linguagem desempenha na narrativa jornalística é significativa e acaba por disponibilizar ao leitor um novo sentido para o tema, fortalecendo, assim, a narrativa jornalística.

De facto, no contexto da persuasão e manipulação retóricas do discurso económico-político dos *media* sobre a actual crise, o uso de metáforas assume uma importante função ideológica, ao mesmo tempo que conjuga efeitos de uma dimensão ilocutória de explicação

simples dos fenómenos, com os efeitos de manipulação emocional e cognitiva, bem mais próxima de exprimir a dimensão persuasiva do discurso (Austin, 1970). Como nos lembra Meunier (1995), o uso das metáforas pelo discurso jornalístico tem muitas vezes como único efeito reduzir a realidade, em si mesma complexa, a uma explicação sumária e redutora dessa mesma realidade. É o que acontece quando se faz uso da “metáfora de guerra” para explicar, como é o caso desta pesquisa, a dinâmica própria de uma crise financeira de proporções mundiais.

A análise dos dados aponta uma regularidade no uso das mais diferentes metáforas para exprimir a crise, que assumem nuances de significado e representações quando se considera a relação sintagmática (relação associativa) e a natureza da entidade que desempenha o papel temático de domínio-alvo na expressão metafórica. Tais significados e representações permeiam o imaginário social e dão-nos conta de que, advindo do cenário económico, o discurso metaforizado contribui para a mensagem ganhar forma no tempo e no modo como é contada, contribui para a criação do contexto situacional, indispensável no fazer jornalístico, mas, acima de tudo, simboliza, (re)produz e legitima um discurso, bem como um modelo de comportamento, que, por vezes, condiciona o seu auditório a acções transformadoras.

As diferentes manifestações da crise económica assumiram diferentes nuances de significado. Num processo de mapeamento cognitivo deste fenómeno, que se exprime cabalmente pela sua força persuasiva, as metáforas buscavam atrair a atenção do intérprete e fortalecer relações sintagmáticas com o conteúdo através de um vínculo com situações da vida quotidiana, seja através da metáfora da guerra, da doença ou das catástrofes ambientais. E sua função primordial como figura de linguagem acaba por convergir neste ponto: uma sobreposição dos factos quotidianos. Tal como argumenta Silva (2009: 17): “entender a crise em termos tão humanos e experienciais tem o enorme poder explicativo”. Se a linguagem é essencialmente metafórica, como nos faz lembrar Nietzsche (1995), o discurso jornalístico é pensado, nesta arquitectura engendrada pela metáfora, seja para um auditório universal, seja para um “público de profanos”.

Pelo ângulo de Fairclough (1995), analisar um discurso mediático é também observar atentamente como os traços, géneros e signos se articulam em conjunto. Tal acção possibilita-nos, por sua vez, compreender como os factos descrevem determinada situação e, paralelamente, o modo como actuam em conjunto para enriquecer a interpretação como um todo.

Se a interpretação, além de se buscar em elementos extra-linguísticos, se baseia também no contexto em que a informação decorre, podemos partir do pressuposto de que a manifestação metafórica resulta e desenha o contexto que a envolve. No contexto de uma economia globalizada, com severas políticas de controle monetário, de gestões fraudulentas no mercado acionário, de lideranças que fomentam conflitos bélicos, de uma sociedade de incertezas, de desigualdades sociais, de pandemias generalizadas e de desastres ambientais, não seria ilógico levantar a hipótese de que a metáfora torna esta realidade que conhecemos como “ponto de referência, como modelos para compreendermos fenómenos complexos” (Silva, 2009: 01).

Por esta razão, a conceptualização metafórica da crise é cognitivamente tão bem sucedida. Nesta sobreposição de um quotidiano recortado por questões bélicas, por patologias graves e muitas vezes irreversíveis, a identificação de um domínio-alvo por parte de seu intérprete é certa. Para cada emprego de uma expressão metafórica e seu respectivo contexto há uma interpretação. E, para cada leitor, há sua interpretação particular, fruto da nossa experiência individual e colectiva, fruto de construções metafóricas que retratam experiências comunicacionais e sócio-culturais, como elucidam Steen (2008) e Kövecses (2005).

Portanto, podemos partir da hipótese de que o discurso mediático e a metáfora actuam, indissociavelmente ligados, numa “função social de conhecimento”, como postula Medistch (1992). A narrativa jornalística escora-se no sentido metafórico para explicar a sua realidade e a natureza figurativa das palavras; pelo seu lado, as metáforas cumprem cabalmente as funções de persuadir, convencer e alterar a *diathesis* quando aliadas ao contexto jornalístico. Indo além, podemos convergir para a ideia de que um auxilia o outro, no quotidiano da sua prática, na tarefa de legitimar os domínios e instituições reguladoras, escrevendo, assim, a história. Como nos relembra Meunier:

“(…) os acontecimentos e a sua narração, as relações sociais e a sua representação na imprensa, em resumo, os *media* e a sociedade, estão numa relação de determinação recíproca, ou, melhor dizendo, de co-produção. Nesta óptica, deve-se compreender que os sistemas semióticos dos *media* (linguagens, formas de enunciação, formas de narração...) co-produzem as realidades que reproduzem. Estes sistemas são, ao mesmo tempo, as estruturas de acolhimento e de configuração da realidade” (1995: 234)

Se o homem se socorre do sentido metafórico para explicar a sua realidade e a natureza figurativa das palavras (Gerber, 1980), para cada aspecto da vida há uma metáfora apropriada. Ora variam porque nossas experiências como seres humanos também variam; ora porque as preferências cognitivas que usamos para criar pensamento abstrato também variam. Cientes de que o raciocínio pelo uso da metáfora consiste numa operação altamente eficaz, os *media* acabaram por incorporá-la de forma recorrente.

Os títulos, linhas finas, leads e imagens a que acima fizemos referência, aludem a um período de grande turbulência na economia mundial, que foi explorado de forma recorrente pelos *media* portugueses, o que acaba por caracterizar um momento discursivo. O levantamento dos dados ao longo deste trabalho possibilitou-nos por em evidência que ocorreu um uso maciço de termos e frases de impacto acerca da conjuntura económica mundial, sobretudo quando analisamos o discurso cético e apocalíptico de algumas linhas editoriais, como é o caso, por exemplo, do *Correio da Manhã*.

Durante a demarcação temporal aplicada na narrativa jornalística dos jornais *Público* e *Correio da Manhã*, veículos de linhas editoriais distintas, evidenciou-se que a temática da crise é tratada de maneira diferente por cada uma das publicações, quando comparadas. Para ilustrar como este tema é retratado nas suas mais diversas facetas, identificamos, por exemplo, que no jornal *Público*, a crise, no momento em que deixava de fazer parte (única e exclusivamente) dos corredores de Wall Street e ganhava o quotidiano e a realidade dos consumidores portugueses, o assunto era apresentado de maneira bem elucidativa e fortemente persuasiva. Gráficos, imagens e conteúdos que se esforçavam por ser acessíveis, tudo convergia para traçar um mapeamento conceptual do domínio abstracto da crise. E esse processo apresentava-se de forma recorrente na publicação em questão. Com o auxílio de recursos linguísticos e retóricos, o discurso do *Público* fazia a leitura da crise para a realidade de seu leitor com rigor retórico no desenvolvimento de sua narrativa, não obstante o grau de exigência que um discurso tecno-científico como este apresenta.

Notou-se que a temática da crise económica nos textos jornalísticos analisados ganha o seu devido destaque à medida que o processo de recessão se fortalece nas principais economias em todo o mundo e ganha destaque na opinião pública. Os gráficos A e B comprovam esta constatação. No entanto, diferentemente do que se esperava, a abordagem da crise apresenta-se de forma “pulverizada”, não havendo uma linha cronológica dos factos. Passam-se dias e dias em que não há referência alguma à crise e, de um momento para o outro, o leitor é surpreendido com um grande destaque, na primeira página, de que a

economia mundial está em processo de recessão. No caso do *Correio da Manhã*, a temática crise é ampla e largamente explorada através do recurso jornalístico das “notas”. Em consonância com o que é postulado por Garret e Bell (1998), o tímido espaço gráfico de uma nota evidencia o valor e a relevância da informação. Pouco espaço delimitado, pequena relevância dada aos factos.

Gráfico A

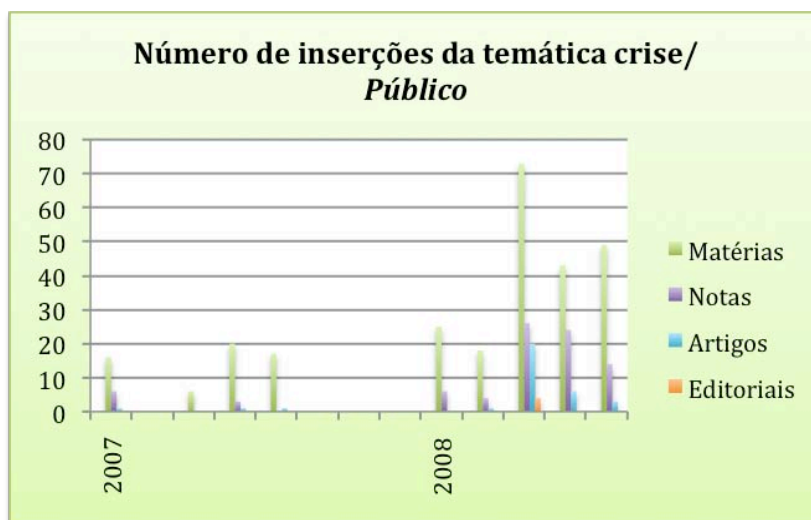
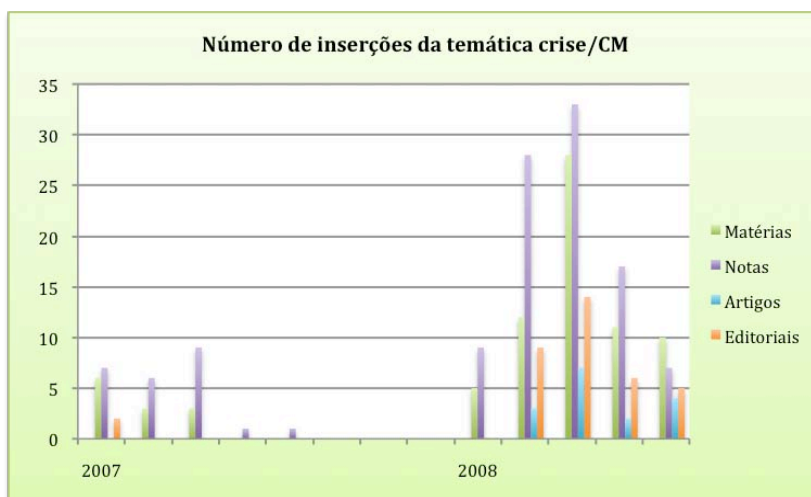


Gráfico B



No que concerne a este tipo de abordagem, pouco clara à interpretação do leitor comum, destacamos que esta narrativa permite interpretações que parecem convergir para um ponto comum: falta de clareza no conteúdo dos textos no diário *Correio da Manhã*. Situação recorrente quando nos referimos a um discurso fechado como o económico, o grande público acaba por desconhecer o que se passa de facto na economia mundial. Sabe-se que

há uma recessão financeira e que é preciso cautela. Diante deste cenário, o comércio em geral, temeroso, deixa de investir. E as consequências, a partir deste “efeito dominó”, são incalculáveis. Instala-se, portanto, o discurso da crise. Revelam-se os factos de forma velada e não há a preocupação em melhor architectar os signos para uma interpretação mais holística dos factos. O resultado é um “público de profanos” à margem da essência da informação transmitida – e ainda a desconhecer o que significa esta crise, bem como a sua repercussão.

Não nos compete aqui traçar um panorama mais aprofundado acerca do discurso mediático sobre crise financeira mundial. Em função do espaço delimitado deste corpus empírico, bem como da amplitude que o tema carrega, limitámo-nos a tentar desvendar as nuances, particularidades e desdobramentos da narrativa jornalística sobre um tema tão contemporâneo como a recessão económica globalizada (tema que despertou um especial interesse e que, por sorte, darei continuidade nos estudos de Doutoramento). Como nos provou Eire, com base em observações da realidade que nos circunda, os *media* fabricam, a partir de metáforas e metonímias, “ideias verdadeiras da essência das coisas” (2009: 11) e cumprem com uma força indiscutível os seus dois objectivos antinómicos postulados por Charaudeau (1983): o de informar e capturar audiências, situando-os no interior dos seus quadros sociais. Por esta razão, a meu ver, o jornalismo representa uma fonte inesgotável de pesquisa, conhecimento e evolução intelectual.

Bibliografia fundamental

AUSTIN, R. *How to do things with words*, ed. Ut: *Quand dire c'est faire*. Paris: Éditions du Seuil, 1970.

AYALA, Francisco. *La Retorica del Periodismo*. Madrid: Espasa-Calpe, S.A., 1984.

BAKHTIN, M. M. (1952-53). *The Problem of Speech Genres*. In C. Emerson & M. Holquist (Eds.), *M.M. Bakhtin: Speech Genres and other late* (6^aed., pp. 60-102). Austin: University of Texas Press, 1996.

BAKHTIN, M.M. *The Dialogic Imagination*. Austin: University of Texas Press, 1981.

BENEVISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966.

BORGES, Hermenegildo. (2007) *Espaço Público e “Retórica do Jornalismo”*, disponível em: http://www.ifl.pt/main/Portals/0/ifl/people/pdfs/Hborges_2.pdf

CAMERON, Lynne; DEIGNAN, Alice. *The emergence of Metaphor in discourse*. *Applied Linguistics*, n.27 (4), pp. 671-690, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. *Langage et Discours: Éléments de sémiolinguistique (Théorie et pratique)*. Paris: Hachette: 1983.

CHARAUDEAU, Patrick. *Le discours d'information médiatique: La construction du miroir social*. Paris: Nathan: 1997.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

DE MAN, Paul. *Essays on vico: Heidegger and Rhetoric*. Nova York: Lang, 1989.

EIRE, António L. *Orígenes de la poética*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2009. A primeira edição é de 1980.

FAIRCLOUGH, Norman. *Media Discourse*. London: Edward Arnold, 1995.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2^aed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GARRET, Petter; BELL, Alan. *Approaches to Media Discourse*. Oxford: Blackwell, 1998.

HABERMAS, Jürgen. *Droit e Démocratie. Entre faits et normes*. Paris: Gallimard, 1997.

KÖVECSES, Zoltán. *Metaphor: a practical introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

_____. *Metaphor in culture: universality and variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LAKOFF, George. *The contemporary Theory of Metaphor*. In Ortoni, Andrew (ed.) *Metaphor and Thought*. 2nd ed. Cambridge: University Press, 1993.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002. A primeira edição é de 1980.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de Comunicação*; tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. – 3ªed. – São Paulo: Cortez, 2004.

MAGALHÃES, Raul Francisco. *Racionalidade e retórica: teoria discursiva da ação coletiva*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Iuperj, 2000.

MEDISTCH, Eduardo. *O conhecimento do Jornalismo*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992. □

MESQUITA, Mário. *A Retórica Mediática e os Direitos da Pessoa*, O Quarto Equívoco – O poder dos media na sociedade contemporânea – Coimbra: Edições Minerva Coimbra, pp. 106-122, 1995.

MEUNIER, Jean-Pierre. *Metáforas do Jornalismo Político*, Comunicação Política, RCL n. 21-22, Lisboa: Edições Cosmos, 1995, pp. 223-234. Texto policopiado.

PERELMAN, Chaïm e TYTECA, Lucie Olbrechts. *Traité de L'Argumentation*. Bruxelas: Éditions de L'Université de Bruxelles, 1988.

RICOEUR, Paul. *Teoria da Interpretação: O Discurso e o Excesso de Significação*. Lisboa: Edições 70, 2009.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *A partitura invisível: para uma abordagem interactiva da linguagem*. Lisboa: Cadernos Universitários 13, 2005.

SARDINHA, Tony Berber. *Metáfora*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

SILVA, Augusto Soares. *O que sabemos sobre a crise económica, pela metáfora: conceptualizações metafóricas da crise na imprensa portuguesa*. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2009. Texto policopiado.

STEEN, Gerard. *The paradox of metaphor: why we need a three-dimensional model of metaphor*. *Metaphor and Symbol*, v. 23 (4), pp. 213-241, 2008.

TOLSON, Andrew. *Mediations. Text and Discourse in Media Studies*. London: Arnold, 1996.

VAN Dijk, T.A. *Discourse as Interaction in Society*. In T.A. v. Dijk (Ed.), *Discourse as Social interaction*. London: Sage, pp. 1-37, 1997.

Bibliografia Complementar

BRANDÃO, M.H.H.N. *Subjetividade, Argumentação e Polifonia – A propaganda da Petrobrás*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CHOMSKY, Noam. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1965.

BRIGGS, A.; BURKE, P. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. [Tradução Maria Carmelita Pádua Dias]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

ESCARPIT, Robert. *Théorie générale de l'information et de la Communication*. Paris: Classiques Hachette, 1979.

FISCHER, R. M. B. *Problematizações sobre o exercício de ver: mídia e pesquisa em Educação*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 20, pp. 83-94, 2002.

GALBRAITH, John Kenneth. *The Great Crash*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1954.

GENETIE, Gérard. *Seuils*. Paris: Éditions du Seuil, 1987.

KOLLER, Veronika. *Metaphor and Gender in Business Media Discourse: A Critical Cognitive Study*. Basingstoke/New York: Palgrave, 2004.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias da Comunicação: Questões Comunicacionais e Formas de Sociabilidade*. Lisboa: Presença, 1990.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. Trad. A. Chelini et al. São Paulo: Cultrix, 1974.

SOROS, George. *O novo paradigma dos Mercados Financeiros: A Crise Financeira de 2008 e seu significado*. Coimbra: Almedina, 2009.

STATTER, Guilherme da Fonseca. *Anatomia da Crise*. Lisboa: Zéfiro, 2009.

WHITE, Michael. *Metaphor and economics: the case of growth*. English for Specific Purposes, pp. 131-151, 2003.

Anexos

Anexo 1

34 • Público • Domingo 12 Agosto 2007

Economia

Estados Unidos Capacidade de consumo dos norte-americanos já não é o que era

EUA corrigem excessos e economia mundial treme

O mundo receia que a economia norte-americana entre em recessão. Se acontecer, a recente força da Europa e Ásia será posta à prova

Sérgio Aníbal

● Durante mais de uma década, uma coisa nunca falhou na economia mundial: a capacidade de consumo dos norte-americanos. Podia haver crise na Europa, problemas na América Latina ou instabilidade na Ásia, que as compras feitas pelas famílias nos Estados Unidos garantiam, um pouco por todo o globo, que a procura de bens e serviços iria continuar a ser elevada, o que permitia que, rapidamente, se iniciasse uma recuperação. Foi desta forma que, nos últimos anos, a economia mundial conseguiu sempre evitar a entrada numa recessão.

Este conforto, proveniente da economia mais poderosa do planeta, parece, no entanto, estar agora sob ameaça. Já se sabia que o consumo dos norte-americanos se baseava, em larga medida, num elevado nível de endividamento, mas, nos últimos meses, estão a surgir cada vez mais indícios de que esta receita pode ter-se esgotado. O primeiro é que os pre-

ços das casas estão, depois de vários anos de acumulação de uma bolha, a descer. Isto coloca problemas a quem se endividou para adquirir imóveis e também aos bancos que aceitaram as casas como garantia pelos empréstimos concedidos. Num cenário de descida dos preços das casas, tanto os bancos como os potenciais compradores vão passar a actuar com muito mais cuidado.

O segundo indício é o aumento da taxa de incumprimento nos empréstimos de maior risco - o denominado segmento *subprime*. Isto significa que, pelo menos entre as famílias com maiores dificuldades, o limite razoável de endividamento já foi ultrapassado.

Perante estes sinais, as reacções têm sido muito diversas. A dúvida é saber se estamos a assistir ao início de um aperto do crédito generalizado na economia que conduza a uma quebra muito forte do consumo e do investimento, provocando uma recessão, ou se tudo é apenas uma correcção momentânea, localizada e até saudável de alguns excessos do passado.

Das palavras aos actos

Entre os responsáveis políticos e as autoridades monetárias norte-americanas a visão mais optimista é a que impera. George W. Bush, questionado sobre a actual crise, defendeu que não era necessário o governo federal intervir para salvar as firmas do mercado *subprime*. "Os alicerces da nossa economia estão fortes", disse o Presidente dos EUA.

De igual modo, o presidente da Reserva Federal afirmou, na terça-feira, que os riscos de uma subida da inflação ainda são maiores que os do abrandamento económico, dando a entender que não pretendia baixar as taxas de juro, o que poderia facilitar a vida às famílias e às empresas que enfrentam já problemas.

Se nas declarações a ideia principal é a de que se deve deixar o mercado penalizar quem cometeu excessos e que tudo o resto continuará igual, o certo é que, perante os sinais de alerta dados pelos mercados financeiros mundiais nas passadas quinta e sexta-feira, as acções tomadas mostram

A intervenção da Reserva Federal, injectando liquidez nos mercados, teve resultados positivos



a verdadeira preocupação que dão ao problema.

No cenário de quebra generalizada das acções e de procura de liquidez por parte de todas as instituições financeiras, a Fed e, principalmente, o BCE reagiram injectando uma quantidade de dinheiro no mercado que nunca tinha sido vista, nem mesmo após os ataques de 11 de Setembro. O efeito imediato foi positivo, já que a subida abrupta das taxas de juro no mercado interbancário foi invertida, mas a verdade é que a determinação com que os bancos centrais actuaram evidenciou a preocupação que

também eles têm de que a crise do mercado *subprime* possa deixar de ser apenas um fenómeno localizado.

A economia mundial, que, nos últimos dois anos, tem apresentado um dos melhores desempenhos de sempre, está assim dependente da forma como, nos EUA, se vai operar a correcção dos excessos de endividamento. Se o problema ficar limitado ao mercado *subprime* e o abrandamento da economia norte-americana for apenas moderado, o resto do planeta não deverá sentir problemas de maior. Se o cenário mais temido se concretizar e os problemas se alargarem ao resto

do sector bancário e com contágio do sector financeiro europeu, as coisas complicam-se.

Ainda assim, lembram os economistas, as economias europeia e asiática já não estão tão dependentes dos EUA como no passado. "Não se pode esquecer que grande parte da liquidez que tem existido na economia mundial é proveniente da Ásia e não é de esperar que países como a China venham nos próximos tempos a deixar de ter taxas de crescimento significativas", afirma Cristina Casalinho.

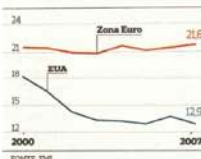
Do lado europeu, a forma como a economia está a crescer durante este ano, com um peso menor das exportações e mesmo num cenário em que o euro está muito forte, mostra que a procura interna do Continente pode desempenhar para o resto do mundo parte daquilo que os EUA têm vindo a fazer.

É, no entanto, importante não esquecer que, mesmo a Europa, em algumas das suas regiões, não está afastada a possibilidade de correcções significativas nos níveis de endividamento e nos preços do mercado imobiliário. A Espanha é, neste aspecto, uma das economias mais frágeis.

Variação do PIB

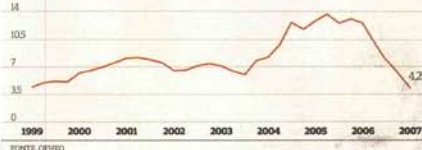


Taxa de poupança nacional



Preço das casas nos EUA

Var. Homóloga trimestral (%)



28 SÁBADO
15 NOVEMBRO 2008

POLÍTICA



MONTEIRO | PODERES DO PR

O líder do PND, Manuel Monteiro, defendeu ontem, após uma audiência com Cavaco Silva, o reforço dos poderes presidenciais para facultar um papel mais interventivo nas regiões autónomas

FINANÇAS ■ CRISE VALORIZA SEGURANÇA DOS CERTIFICADOS

Poupanças fogem dos depósitos

■ Em Outubro, com medo de perder as poupanças depositadas na Banca, os portugueses investiram mais 75 milhões de euros em certificados de aforro

■ ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

As crescentes dificuldades da Banca europeia em Outubro, com vários Estados a impedirem a falência de bancos, criou uma fuga impressionante de capitais dos depósitos a prazo para os Certificados de Aforro (CA): após nove meses de perdas, em Outubro, os CA, mesmo com uma taxa de juro inferior à praticada pela Banca, atraíram 167 milhões de euros, um aumento superior a 80 por cento face a Setembro e Agosto. Por isso, o saldo entre investimento e desinvestimento passou de um valor negativo de 132 milhões de euros, em Setembro, para apenas 14 milhões de euros, em Outubro.

Os dados do Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP) revelam que em Outubro o investimento nos CA foi o mais alto desde Fevereiro, quando entraram em vigor as novas regras para este produto de poupança. Ao todo, no mês passado, entre o aumento do investimento e a redução do ritmo das amortizações, os CA registaram um ganho de 118 milhões de euros. Face a Setembro, a emissão de novos CA subiu 75 milhões de euros.

Com esta tendência de deslocalização das poupanças, torna-se claro que os portugueses, face às crescentes notícias de bancos à beira da falência, tiveram medo de perder os seus depósitos, devido a eventuais problemas em Portugal. E esse receio é também visível na redução do ritmo de fuga das poupanças dos CA para os depósitos a prazo: em Outubro, as amortizações atingiram 181 milhões de euros, menos quase 20 por cento face a Setembro e o segundo valor mais baixo desde Fevereiro.



A instabilidade dos mercados financeiros afectou muitos bancos

Investimento subiu mais de 80% face a dois meses anteriores

Q PORMENORES

TAXA DE JURO

Em Novembro, devido à deslida da Euribor, os CA têm uma taxa de juro de 3,985%, inferior aos 4,011% de Outubro. Como a Euribor tem continuado a descer, em Dezembro a taxa de juro dos CA irá baixar.

INVESTIMENTO TOTAL

Em Outubro, o investimento total em CA atingiu quase 17,2 mil milhões de euros. Em Setembro, era de 17,2 mil milhões de euros e em Agosto de 17,3 mil milhões.

CRIADOS EM 1960

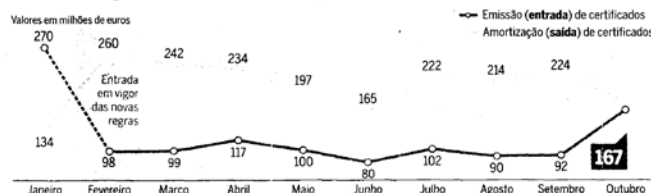
Oliveira Salazar criou os CA em 30 de Dezembro de 1960, para captar a poupança das famílias e financiar o Estado.

VALOR MÁXIMO

O investimento máximo individual em CA é de cem mil euros. Segundo o IGCP, 124 pessoas investiram esse valor.

Evolução dos certificados de aforro

Em Outubro, o investimento em certificados de aforro foi o mais elevado desde Fevereiro. Por isso, o saldo negativo desceu de 132 milhões de euros para 14 milhões de euros



Fonte: Boletins estatísticos do Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP)

CORREIO DA MANHÃ

CORRUPÇÃO

PGR diz que Santana não é suspeito

■ O ex-primeiro-ministro Pedro Santana Lopes foi ontem recebido pelo procurador-geral da República, Pinto Monteiro. O objectivo era perceber se havia alguma suspeita sobre o seu nome, designadamente referente ao seu mandato autárquico em Lisboa. A Procuradoria garantiu-lhe que não é arguido.

Fonte oficial da Procuradoria-Geral da República afirmou ao CM o que foi transmitido a Santana Lopes: "Corre efectivamente um processo para apurar da ilicitude ou não de projectos urbanísticos e que, neste momento, está na fase de levantamento de factos".

A mesma fonte acrescentou ainda que "não existem arguidos, pelo que a indicação de nomes é abusiva".

Perante estas informações, Santana Lopes emitiu um comunicado, destacando que Fernando Pinto Monteiro o informou de que a "investigação não era dirigida" a ele.

Desta forma, Santana Lopes procurou assegurar que nada atrapalha a sua candidatura à Câmara de Lisboa. Desde Setembro que os seus discursos são cautelosos, sem afrontar Manuela Ferreira Leite. Segundo apurou o CM, a estratégia autárquica do PSD passa por anunciar os candidatos por atacado. Neste quadro, a solução para a capital pode ser anunciada nos próximos tempos, dentro de duas semanas ou menos. ■ C.R./E.D.



Pedro Santana Lopes

21 ECONOMIA	PSI 20	IBEX 35	CAC 40	IAEXTRA
TERÇA-FEIRA 9 OUTUBRO 2007	0,08%	0,56%	0,24%	0,35%
	12 647	14 809	5 829	7 974

MERCADO FINANCEIRO ■ CRISE PROVOCA DESINVESTIMENTO

Mil milhões fogem dos fundos

A média mensal de dinheiro aplicado em fundos caiu para os 989,8 milhões

SANDRA RODRIGUES DOS SANTOS

A crise nos mercados financeiros internacionais assustou os investidores portugueses que só no mês de Setembro desinvestiram mais de mil milhões de euros dos fundos de investimento. De acordo com os dados revelados ontem pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP), os investidores resgataram 2 053 milhões de euros dos fundos nacionais e só reinvestiram 989,8 milhões nestes veículos de investimento.

"Verificou-se, no mês em análise, um volume de subscrições de 989,8 milhões de euros, que se compara com a média mensal de 1 475,4 milhões de euros, enquanto o valor dos resgates foi de 2 053,3 milhões de euros", lê-se no relatório relativo a Setembro da APFIPP.

Não só as subscrições líquidas foram negativas em mais de mil milhões de euros, com os fundos de tesouraria e obrigações a serem os mais penalizados, como o volu-

me de resgates é bastante superior à média mensal, de 1 647,7 milhões de euros, nos primeiros nove meses do ano.

Com o elevado volume de resgates registado em Setembro, os montantes sob gestão dos 283 fundos geridos pelas sociedades nacionais desceram para 28, 019 mil milhões de euros,

Investidores ficaram mais críticos face às aplicações

o montante mais baixo deste ano e que traduz um decréscimo de 3,8 por cento relativamente a Agosto.

O presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) reconheceu ontem que a crise nos mercados financeiros acabou por ter uma dimensão maior do que a inicialmente esperada, mas sublinhou que a situação está numa "dimensão controlada". Para Carlos Tavares, os problemas acabaram por funcionar como "um alerta para os investidores que hoje estão mais críticos" em relação às aplicações que fazem.



Carlos Tavares reconheceu que a crise teve uma dimensão maior do que o esperado

10 MAIORES DESCIDAS

ENTIDADE	FUNDO	Valor em Set. 2007	Variação Mensal
Santander Asset Management	Santander Multimodal Premium	811,7	-10,3%
CaixaSegur	CaixaSegur Mirova	807,4	-10,3%
CaixaSegur	CaixaSegur Tesouro	989,9	-7,7%
Santander Asset Management	Santander Multidiversificação	1.290,7	-7,5%
ESAF	Esafundo Santa Monástica	911,6	-3,3%
BPI Gestão de Activos	BPI Global	835,0	-3,0%
CaixaSegur	CaixaSegur Renda Mensal	1.051,5	-2,4%
BPI Gestão de Activos	BPI Liquidez	810,6	-2,2%
CaixaSegur	CaixaSegur Rendimento	914,5	-0,9%
BPI Gestão de Activos	BPI Reforma Investimento PPR	901,9	0,3%

Fonte: CMVM

(Milhões de euros)



José Penedos põe a REN a valorizar na Bolsa nacional

ACÇÕES DA REN DÃO 0,79 EUROS

▶ A partir de hoje os 174 582 pequenos subscritores da REN - Redes Energéticas Nacionais podem vender as acções que adquiriram na Oferta Pública de Venda (OPV), ganhando 0,79 euros por título. São 26,7 milhões de acções, que foram adquiridas a um preço de 2,62 euros por título. O preço reduzido (as restantes acções foram ven-

didas a 2,75 euros) obrigava estes investidores a manterem os títulos durante três meses, o que significa que a partir de hoje poderão vendê-las obtendo mais-valias. As acções da empresa liderada por José Penedos fecharam ontem nos 3,41 euros, pelo que estes investidores poderão encaixar 0,79 euros por cada acção em relação ao preço inicial. Como cada

um dos pequenos subscritores pôde adquirir um lote máximo de 160 acções, num investimento inicial de 417,6 euros, a potencial mais-valia é de quase 133 euros. Ainda assim, o encaixe poderia ser maior não fosse o impacto da turbulência nos mercados financeiros, que fez a empresa desvalorizar 16% desde o máximo histórico de 4,66. - S.R.S.

SAIBA MAIS

24 383 milhões de euros era a importância sob gestão dos organismos de investimento colectivo em valores mobiliários em Setembro último, segundo a CMVM.

63% foi o aumento no número de famílias que recorrem ao Gabinete de Apoio ao Subrendimento da DECO nos primeiros oito meses do ano, face a igual período de 2006.

4% é a actual taxa de juro de referência na Zona Euro após um aumento gradual levado a cabo pelo BCE desde Dezembro de 2005.

FUNDO Um fundo de investimento mobiliário é um conjunto de títulos representativos de dívida e capital de entidades, públicas ou privadas, que constitui um património autónomo, resultante da agregação e da aplicação de poupanças de uma pluralidade de pessoas, sendo por profissionais especializados.

BPI O banco liderado por Fernando Ulrich foi o primeiro a encerrar um fundo - o BPI Renda Global - para evitar que os investidores perdessem as suas aplicações financeiras em virtude da crise nos mercados financeiros.

BANCOS CORTAM NOS EMPRÉSTIMOS

▶ Os bancos portugueses apertaram os critérios de concessão de empréstimos no terceiro trimestre do ano, na sequência das turbulências nos mercados financeiros globais, de acordo com o relatório do Banco de Portugal ontem divulgado. O relatório trimestral sobre os empréstimos da Banca, que foi divulgado um mês mais cedo do que o habitual devido à agitação dos mercados, refere que os bancos limitaram no terceiro trimestre as condições de concessão de empréstimos às empresas e para a compra de habitação por parte das famílias, depois de um longo período em que essas condições se mantiveram inalteradas. O mesmo relatório aponta para que a procura de empréstimos para habitação em Portugal baixe no último trimestre do ano, por efeito do aumento das taxas de juros. Já no crédito ao consumo, a expectativa é de aumento da procura entre Outubro e Dezembro.

A 2 MESES DAS ELEIÇÕES, OS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS DECIDIRAM TRABALHAR EM CONJUNTO PARA A RESOLUÇÃO DA CRISE FINANCEIRA.

QUIOSQUE

Chineses em missão espacial

Os chineses concluíram ontem com sucesso o lançamento da terceira missão espacial tripulada, cujo objectivo é colocar o primeiro astronauta chinês no Espaço. A bordo seguem Liu Boming, Jing Haipeng e Zhai Zhigang - este último terá o privilégio de se tornar no primeiro chinês a passear no Espaço.



DIA A DIA

Por onde anda a crise?

A quase ausência da crise financeira mundial do debate parlamentar de anteontem não é surpreendente, mas é um dos factos mais preocupantes da rentree política. É como se estivessemos perante um tsunami da dimensão do que arrastou o sudeste asiático e metêssemos as mãos nos bolsos e assobiássemos prazenteiramente para o lado. A política nacional raramente se agita com a agenda internacional. Raramente antecipa efeitos de acontecimentos externos na vida doméstica do burgo. Será, porém, uma refinada loucura alguém acreditar que uma crise desta dimensão terá pouco a ver connosco. Para lá do impacto óbvio da depressão profunda que vem do gigante americano, grande parte do que aconteceu nos EUA tem os virus devidamente propagados por cá. Também tivemos o mesmo tipo de facilidades na concessão de crédito, as mesmas operações financeiras de raiz puramente especulativa, o mesmo abuso de posição dominante de parte da Banca, a mesma ausência de regulação e de supervisão, o mesmo olhar complacente perante um crescimento da economia assente na artificialidade da subsídio dependência e da especulação financeira. Alguns destes vícios existem por cá há vinte anos. Outros são mais recentes. O mais bizarro é que parece que ninguém viu nem uns nem outros...

EDUARDO DÂMASO
DIRECTOR ADJUNTO

ACIMA ABAIXO



Ana Jorge

↑ Vai arrancar a campanha nacional de vacinação contra o cancro do colo do útero - plano que custa 2,6 milhões de euros por ano.

PÁG.15



João Vale e Azevedo

↓ Ex-presidente do Benfica continua a dar que falar pelas piores razões. Agora não paga há nove meses a renda da casa de luxo de Londres.

PÁG.8

SUMÁRIO

- 04 **ACTUALIDADE**
Pedofilia. Lei para impedir pedófilos de trabalharem com crianças está há um ano na gaveta.
- 13 **PORTUGAL**
Crime. Quatro assaltam ourivesaria em Lisboa e são perseguidos até à Cova da Moura, onde foram presos.
- 15 **SOCIEDADE**
Vacina. Raparigas de 13 anos começam a ser vacinadas em Outubro contra o cancro do colo do útero.
- 22 **ECONOMIA**
Fisco. Universidade Internacional deu acções do BCP para pagamento de uma dívida às Finanças.
- 26 **DESPORTO**
Derbi. Nuno Gomes diz que os leões têm "fragilidades". Soares Franco frisa que o Sporting tem "espírito de ganhar".
- 35 **POLÍTICA**
Açores. Estatuto Político que dividiu o Governo e o Presidente da República foi aprovado por unanimidade.
- 38 **MUNDO**
EUA. Democratas e republicanos chegaram a acordo sobre plano de emergência contra a crise financeira.
- 42 **CULTURA & ESPECTÁCULOS**
Ligação. Apenas duas deputadas foram ouvir promotores de petição contra o Acordo Ortográfico assinada por 95 mil.
- 46 **TV & MÍDIA**
Benfica TV. Zon critica emissão experimental do Canal da Luz, que exibe no dia 2 no Meo (PT) o Benfica-Nápoles.

ETAMBÉM...
Passatempos 40 • Farmácias 41 • Meteorologia 41
Efemérides 43 • Cartaz 44 • Televisão 50

O CALCANHAR DE AQUILES

E do céu desceu a crise

João Marques dos Santos
Advogado

Marques Mendes, o mal-amado, reapareceu. Sem descobrir a pólvora, mas com as permanentes preocupações de ética na política. Saudemo-lo, pois é aqui que tudo começa e acaba. Quando a ética não está presente, a política é o pior frequentador dos bordéis. Mendes, amadurecido, faz o que a direcção do partido não quis fazer. E merece ser ouvido. Tem uma dolorosa experiência. Tem uma aura de seriedade. Livrou o PSD de Isaltino e de Loureiro e pôs os seus clones em guarda. Não é um trauiteiro. Não transporta consigo os despojos de um tonto D. Juan. Não é um ex-menino da Goldman Sachs com enjoo matinal devido à crise financeira americana. Não tem medo de se misturar com os militantes. Não é Sá Carneiro, mas muito menos é Santana, Menezes ou Ferreira Leite. Para ser ouvido (e temido) faltou-lhe apenas perder aquele ar de quem parece estar sempre a pedir desculpa por existir.

Foi uma reaparição muito terapêutica. O PSD, herdeiro do PPD, Sá Carneirista, popular, heterogéneo, vigoroso e democrático, após uma interminável série de equívocos, agoniza. Popular já não é. O elitismo reductionista e vazio da corte da actual líder é incompatível com as raízes populares. Democrático? Só por graça. Um partido com dedi-

cação exclusiva à estratégia "eleioeira" da emboscada silenciosa e cobarde, e que nisso esgota o seu programa de (in)acção, é, apenas, uma daquelas fraudes democráticas que só as democracias consentem. E, por vezes, premeiam.

Malgrado as sondagens que, por inércia, lhe parecem conferir ainda prova de vida, o velho, esperançoso e efervescente PPD-PSD está reduzido a um núcleo tão centralista e senhor da verdade quanto os directórios dos mais arcaicos partidos comunistas.

De tal modo que até o regresso do rejeitado Marques Mendes parece uma esperança ressurreição.

Com a alta do preço do petróleo e a crise financeira nos EUA a ameaça globalizar-se e destruir-nos, Sócrates parece um arcaísmo. Teve, de borla, a confirmação de que os seus inimigos eram um tigre de papel. E

saboreia a oferta dos deuses. Da casa-mãe, os EUA, veio a confirmação de que os seus principais opositores tinham, afinal, muito mais professores e se preparavam, à nossa escala, para nos brindar com idêntico drama. Com, ou sem, crise internacional. Pobrezinhos. Estão tão órfãos quanto ficaram os partidos comunistas ocidentais com a desagregação e falência do bloco soviético. É no que dá não ter ideias próprias. Bem aparecido Marques Mendes.

Crédito Bancos contribuem para o excessivo endividamento das famílias? PÁG. 51

sim

Embora a responsabilidade principal seja de quem não tem a menor cautela antes de assumir compromissos de longo prazo, as campanhas publicitárias e a agressividade com que os bancos disputam clientes contribuíram para a perda de muitas famílias.

LEONARDO RALHA EDITOR DE CULTURA & MULTIMÉDIA

não

As pessoas contratam crédito com base numa expectativa de emprego e remuneração. Não há família que resista ao flagelo do desemprego ou da doença prolongada. A conjuntura económica deteriorou-se muito atraindo os aforadores para o desespero.

MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO EDITOR EXECUTIVO

SEGURANÇA Polícias estão a fazer tudo para travar onda de crimes?



VOTO ON-LINE E SMS

Envie um SMS com a sua resposta para o número 4010 com o texto: CM (espaço) número da opção pretendida. Marque 1 para Sim e 2 para Não

Destaque

Crise financeira Mercados continuam a afundar-se

Europa discute amanhã plano comum para segurar mercados

Com o sistema financeiro a ameaçar o colapso, as maiores potências parecem finalmente dispostas a acertar um plano de acção comum. Depois da reunião do G7 ontem à noite, agora é a vez dos Quinze do euro

Isabel Arriaga e Cunha, em Bruxelas

Depois de mais um dia de queda livre nas bolsas, os líderes dos quinze países da zona euro anunciaram ontem que vão reunir-se de emergência amanhã, em Paris, para "definir um plano de acção conjunto da zona euro e do Banco Central Europeu (BCE) face à crise financeira".

O encontro foi convocado ao princípio da noite de ontem por Nicolas Sarkozy, Presidente francês e, actualmente, da União Europeia (UE), três dias antes da cimeira regular dos chefes de Estado ou de governo dos Vinte e Sete, e um dia depois da cimeira franco-alemã que decorre hoje em Colombey-les-Deux-Églises.

A urgência em realizar esta reunião e encontrar um plano de acção está relacionada com o facto de, ontem, mais uma vez, as principais bolsas europeias terem fechado com perdas próximas de sete por cento, concluindo uma das semanas mais negras da história dos mercados mundiais.

Tudo indica que os Quinze do euro, em conjunto com os presidentes da Comissão Europeia e do BCE, Durão Barroso e Jean-Claude Trichet, deverão debruçar-se sobre a possibilidade de lançamento de uma acção conjunta nos moldes do plano de socorro ao sistema financeiro adoptado na quarta-feira pelo Governo britânico: Londres decidiu proceder à nacionalização parcial de oito bancos e garantir os empréstimos no mercado interbancário.

Alemanha recua?

De acordo com um responsável europeu, a presidência está a trabalhar numa proposta de solução que poderá ser inspirada nestas ideias. A questão que se coloca é saber se a Alemanha poderá apoiar uma acção deste tipo, sabendo-se que a chanceler Angela Merkel tem defendido firmemente que as soluções para a

crise terão de ser nacionais e decididas caso a caso.

De acordo com o jornal alemão *Die Welt*, Berlim, que se opunha mesmo à definição de um plano comum para a totalidade do sector bancário nacional, estará agora a trabalhar numa possibilidade inspirada na iniciativa britânica. Peer Steinbrück, ministro alemão das Finanças, deixou implícita esta mudança ao afirmar ontem em Washington que "é preciso acabar com as soluções caso a caso" e "estabilizar o sector financeiro na sua globalidade".

Alistair Darling, o seu homólogo britânico, disse igualmente em Washington que a crise poderá melhorar "quando as pessoas perceberem que o conjunto dos créditos interbancários, que atingem montantes astronómicos, é apoiado pelos bancos centrais e governos do mundo inteiro". Gordon Brown, primeiro-ministro britânico, lançou por seu lado, num artigo publicado no *Times* de Londres, um apelo para o resto do mundo seguir os passos do seu plano "revolucionário", considerando que a crise impõe "o abandono de dogmas ultrapassados e a adopção de novas soluções".

A ideia de uma cimeira dos países da eurolândia começou por ser ontem ventilada pelo primeiro-ministro espanhol, Rodríguez Zapatero, depois de um almoço com Sarkozy, em Paris. "Pedi ao Presidente Sarkozy para convocar uma reunião de urgência dos chefes de Estado ou de governo do Eurogrupo para definir em conjunto uma acção coordenada e forte de todos os países da zona euro", explicou à imprensa. Sarkozy classificou a proposta de "interessante, pertinente e útil", mas considerou necessário fazer "alguns contactos" antes de tomar a decisão que anunciaria horas depois.

A Espanha tinha sido um dos países da UE mais críticos da minimeira realizada sábado passado, em Paris, e limitada aos quatro maiores Estados da UE (França, Alemanha, Itália e Reino

Unido), que não produziu muito mais do que a promessa de não deixar faltar nenhum banco solvente.

Também ontem, em Washington, no final de um encontro entre os líderes das sete maiores economias mundiais (G7) foi emitido um comunicado onde, mais uma vez, se assegurava que tudo será feito para garantir a estabilidade dos mercados. No documento sublinham-se os compromissos assumidos pelos vários signatários: serão usados todos os instrumentos disponíveis para suportar as instituições financeiras em dificuldades; serão tomados todos os passos para descongelar o mercado de crédito; assegura-se que todas as instituições financeiras poderão aceder ao capital de que necessitam de forma a restabelecer a confiança; e garante-se que os fundos de garantia de depósitos garantem as poupanças dos cidadãos.

O comunicado termina salientando que todas as acções serão tomadas de forma a proteger os contribuintes e de forma a evitar danos cola-

terais noutros países. As constantes movimentações dos vários líderes mundiais resultam do facto de esta semana ter sido marcada pelo pânico generalizado nos mercados accionistas. "Pode ser que o fim-de-semana traga novidades que ajudem a acalmar a abertura das bolsas na segunda-feira", admitia ao PÚBLICO um operador, para quem o mercado "está numa situação muito frágil".

Semana fecha em pânico

Numa voracidade em que já não se olha a sectores nem a indicadores fundamentais das empresas, as bolsas europeias voltaram ontem a encerrar com perdas entre os cinco e os nove por cento. Por pouco tempo, alguns índices chegaram a apresentar uma queda acima dos 10 por cento, acompanhando um agravamento das quedas do norte-americano Dow Jones, que num curto espaço de tempo passou de uma queda de cinco para quase nove por cento.

A "montanha russa" não escapou a bolsa de Lisboa (PSI 20), que chegou ontem a perder mais de sete por cento, encerrando a cair 5,94 por cento. O PSI 20 acumulou na semana uma perda superior a 14 por cento.

Na Europa, a maior queda do dia foi em Madrid, com o IBEX 35 a perder 9,14 por cento, a pior queda desde que existe o índice. Esta perda agravou o saldo negativo da semana para mais de 20 por cento. Seguiu-se Londres, a perder 8,85 por cento, Paris, a perder 7,73 por cento, e Frankfurt, que chegou a perder mais de 10 por cento e terminou a recuar 7,0 por cento.

Mas ainda antes da abertura europeia houve derrocada na Ásia, onde o Nikkei (Japão) perdeu 9,62 por cento e o Hang Seng (Hong Kong) deslizou 7,19 por cento. Nos Estados Unidos, escapou-se o índice Nasdaq ao subir 0,24 por cento, mas o Dow Jones voltou a perder mais de um por cento. com Rosa Soares e Sérgio Aníbal

Reunião em Paris



O presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, reúne-se amanhã com os quinze países da zona euro e com o líder do Banco Central Europeu num encontro de emergência que visa estabilizar os mercados



Out/1929

Crise de 1929

Bolsa de Wall Street desmoronou-se em 10 pontos e o índice Dow Jones caiu 28,6 por cento. A crise passou 25 anos e cinco meses



Economia

Crise Mantém-se a preocupação nos mercados

Bolsas instáveis e sem sinais do fim da crise do crédito à vista

Desapareceu o pânico, mas continua o risco e o ritmo de montanha russa. As autoridades estão preocupadas e há bancos a fechar e despedir

Anabela Campos

● O pânico desapareceu do mercado de capitais, mas a instabilidade, o nervosismo e a aversão ao risco veio para ficar, como demonstraram de novo ontem as principais bolsas mundiais, em mais um dia de sobe e desce. As bolsas europeias acabaram por fechar mistas, mas estiveram durante toda a sessão a alternar entre o positivo e o negativo, consoante a tendência das notícias que iam chegando ao mercado.

Na Ásia, onde os mercados encerram antes de abrir a Europa e os EUA, as bolsas viveram o segundo dia consecutivo de ganhos: Tóquio subiu 1,07 por cento e Hong Kong ganhou 0,62 por cento. Lisboa, uma das bolsas que mais valorizaram na Europa este ano, fez o caminho inverso, e fechou com o PSI20 a perder 0,24 por cento, pressionado sobretudo pela PT (-0,62 por cento) e pela Sonae SGPS (-1,61). Não obstante as quebras dos últimos dias, a praça portuguesa acumula um ganho anual de 11 por cento e mantém-se entre as praças europeias que mais têm permitido ganhar aos investidores, apesar de

no último mês, à excepção da PTM (0,08 por cento), não haver uma única empresa com desempenho positivo. A campeã das perdas é a Altri (-18,44 por cento). Onze das desvalorizações são superiores a dois dígitos.

A imprevisibilidade sobre o fim da crise iniciada do crédito de alto risco (*subprime*), profundidade e impacto está a deixar os investidores tensos e cautelosos. Após quatro anos de ganhos, estaremos a assistir apenas a uma correcção saudável ou a uma tendência de descida veio para ficar? Ninguém sabe responder.

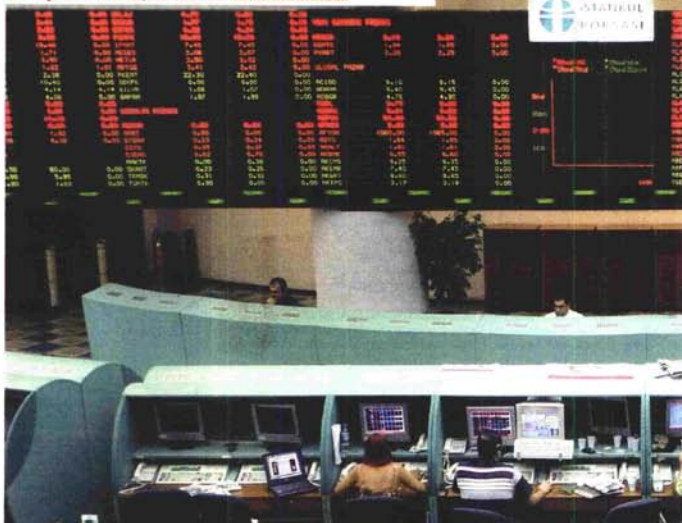
Investimentos milionários

Continuam porém a surgir novos dados. Ontem a Bloomberg, num extenso artigo, admitia que nos EUA um conjunto de fundos com uma carteira de investimentos de 300 mil milhões de dólares investiu em 2007 parte do capital em crédito de alto risco. Trata-se de fundos geridos por reputados bancos, com nomes sonantes, como Credit Suisse, Fidelity Investments, Bank of America e Morgan Stanley. Os dados citados pela Bloomberg, que diz ainda que praticamente metade dos fundos vendidos nos EUA em 2006 têm dívida *subprime*, são fornecidos pelo regulador do mercado de capitais norte-americano. Em Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ainda está a analisar a carteira de investimento dos fundos nacionais. No início da crise disse que a exposição deveria ser "marginal".

As más notícias não se ficam por aqui. Há bancos nos EUA a anunciar o fecho de agências e despedimentos em massa. É o caso do Capital One Financial, que encerrou a sede da divisão de empréstimos na Califórnia, 31 lojas em 19 estados e despediu 1900 pessoas. O Countrywide Financial também anunciou despedimentos e o organismo norte-americano de crédito Thornburg Mortgage comunicou a venda de 20.500 milhões de dólares de títulos endossados de empréstimo, a fim de reduzir o risco neste domínio.

Um claro sinal de que a crise e o impacto desta nos mercados de capitais continua a preocupar as autori-

A Europa fechou mista, mas sem uma tendência definida



Investidos 36,7 milhões de euros

Crise nos EUA afecta bancos e sociedades de investime

A crise do mercado hipotecário norte-americano afecta já 11 fundos de entidades financeiras e sociedades de investimento espanholas. A CNMV (Comissão Nacional do Mercado de Valores), a "polícia das bolsas" espanholas, e o Banco de Espanha estão em alerta.

Ontem, duas entidades financeiras, a Caja Navarra e a Cajamar, comunicaram à CNMV que tinham fundos investidos em produtos cujo reembolso foi suspenso por estarem expostos ao negócio de *subprime*, de hipotecas de alto risco, dos EUA. A Caja Navarra comunicou que um fundo de investimento gerido por uma sua sociedade tinha investido no

Oddo Court Terme Dynamique FCP, cujo reembolso foi suspenso. Do mesmo modo, a Cajamar apostara naquele mesmo fundo, bem como no Oddo Cash Plus. Em ambos os casos, o investido por estas duas Cajas espanholas não superava os cinco por cento do seu património.

Este tipo de comunicação foi recomendado, no final da semana passada, pela CNMV e pelo banco central, depois de ter sido detectado o primeiro caso de envolvimento de uma entidade financeira em fundos afectados pela crise. Na sexta-feira, a banca March, através do seu fundo March Monetária Dinâmica, restringiu as subscrições e

A crise em números

0,24

por cento foi quanto desvalorizou ontem o índice da bolsa portuguesa. O desempenho do PSI20 foi muito influenciado pelas perdas da PT e da Sonae.

300

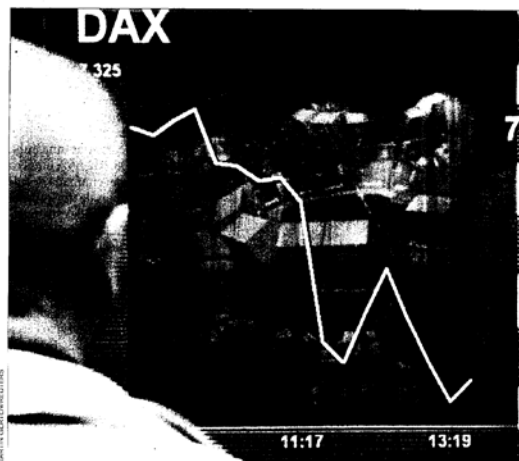
Fundos norte-americanos que representam activos de 300 mil milhões de dólares investiram no mercado de alto risco.

1900

A Capital One Financial decidiu fechar a sua filial de empréstimos na Califórnia. Um total de 1900 trabalhadores perderam o seu emprego com este encerramento.

20	ECONOMIA	PSI 20	IBEX 35	CAC 40	DAX XETRA
Sexta-feira 17 AGOSTO 2007		4,53%	3,72%	3,26%	2,36%
		12 154	13 979	5265	7270

ACÇÕES ■ LISBOA FOI A PRAÇA COM MAIORES PERDAS NA EUROPA



▲ DA EUROPA À ÁSIA, PASSANDO PELA AMÉRICA, OS MERCADOS DE CAPITAIS VIVERAM UM DIA "NEGRO", COM PERDAS DE MILHÕES



CONSTRUÇÃO CIVIL

As empresas de construção civil cotadas na Euronext Lisboa foram altamente penalizadas na sessão de ontem, com os investidores a ligarem o sector da construção à crise imobiliária nos Estados Unidos.

► TEIXEIRA DUARTE

▼ 16,2%

As acções da Teixeira Duarte desceram para 2,58 euros e negociou-se mais de 1,33 milhões.

► MOTA-ENGIL

▼ 9,9%

Os títulos da Mota-Engil desvalorizaram-se para 5,60 euros e mudaram de mãos 871 331.

► SOARES DA COSTA

▼ 8,4%

As acções da Soares da Costa fecharam a valor 2,05 euros e mais de 3,3 milhões foram negociadas.

Pânico na Bolsa custa 4,8 mil milhões

Receios de o crédito hipotecário malparado alastrar às economias

■ AYALA MONTEIRO

As praças financeiras registaram quebras elevadas na sessão de ontem, em que muitos investidores tomaram posições vendedoras. Assim aconteceu devido ao sentimento de incerteza originado pela crise do crédito hipotecário nos Estados Unidos da América.

Dos principais índices bolsistas europeus, a maior queda foi do Footsie 100, o mais importante da praça londrina: 4,1 por cento. O português PSI 20 também perdeu mais de quatro por cento. As empresas cotadas no PSI 20 perderam 4,8 mil milhões de euros ontem; na última semana, mais de 13 mil milhões de euros (cerca de nove por cento da riqueza gerada anualmente no nosso país).

PERDAS POTENCIAIS EM APENAS UM DIA



Américo Amorim, que detém mais de 276 milhões de títulos da Galp Energia, representativas de 33,34 por cento do respectivo capital, teve uma quebra potencial de 293,16 milhões de euros. As acções da petrolífera desvalorizaram-se 10,14 por cento, para 9,39 euros, e foram negociados mais de 2,2 milhões.



Belmiro de Azevedo perderia 137,174 milhões de euros se tivesse vendido 658,8 milhões de papéis da Sonae SGPS e 12,844 milhões da Sonae. As acções da Sonae SGPS caíram 10,25 por cento, para 1,75 euros, e mudaram de mãos mais de 27 milhões. A Sonae fechou a perder 9,76 por cento, para 3,88 euros.



Joe Berardo, que detém mais de 245 milhões de títulos do BCP, representativos de 6,8 por cento do capital social da instituição financeira, teve ontem uma quebra potencial de 46,7 milhões de euros. As acções do BCP terminaram a sessão a valer 3,24 euros, com uma descida de 5,53 por cento.

Conforme explicou ao nosso jornal o presidente da SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, José Santos Teixeira, muitas famílias norte-americanas vivem do crédito hipotecário. Trata-se de um único crédito, determinado pelo valor da casa, e que é utilizado na compra de bens de consumo, entre os quais o automóvel. Segundo o responsável da SGF, cerca de 20 por cento das pessoas que contraíram esses créditos numa instituição financeira norte-americana não pagaram a prestação no mês passado.

Vasco Esaguy Balixa, da Ok2deal - Sociedade Corretora, disse ao **Correio da Manhã** que "a crise de liquidez, apesar das injeções de capitais por parte do Banco Central Europeu e da Reserva Federal dos EUA, é motivada por ninguém conseguir avaliar a carteira da qualidade de crédito" das instituições financeiras. Por esta razão, a taxa de juro Euribor a seis meses atingiu ontem um novo máximo: 4,613 por cento.

Segundo Vasco Esaguy Balixa, "receia-se que a crise alastre e tenha impacto nas economias, sobretudo, ao nível do consumo".

CONSELHOS ÚTEIS A QUEM TEM ACÇÕES

- 1º O investimento em empresas cotadas deve render ao longo do tempo o suficiente para pagar o custo do dinheiro disponível. A restante percentagem deve ser aplicada em produtos defensivos.
- 2º As aplicações na Bolsa têm de ser feitas a longo prazo, pelo que os investidores não devem agir em função das oscilações diárias, semanais e mensais.
- 3º As melhores empresas cotadas, que podem dar maiores ganhos, são aquelas que geram mais capital, pagam dividendos sustentados e têm negócios diversificados.
- 4º O investimento bolsista deverá ser feito de acordo com a análise rigorosa das empresas e dos respectivos sectores de actividade em que estão inseridas.
- 5º As quebras de ontem não devem assustar, porque fizeram alguns títulos cotarem-se a níveis com um forte potencial de valorização. Ou seja: bons para comprar.

Economia

Peso & Medida é o site da alimentação saudável www.publico.pt/pesoemedida

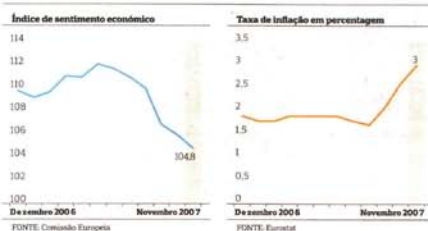
Bancos centrais da Europa e dos EUA enfrentam de novo o fantasma da “estagflação”

Sérgio Anibal

Inflação a subir e economia a abrandar: a Europa e os EUA correm o risco de cair numa situação semelhante à dos choques petrolíferos dos anos setenta

● Passadas mais de três décadas, a ameaça da “estagflação” – recessão económica com inflação elevada – parece pairar de novo sobre as economias europeias e norte-americanas. Os últimos indicadores económicos, tanto na zona euro como nos EUA, revelam que, por um lado, as economias estão a abrandar, com o aperto nas condições de crédito e a quebra da confiança dos consumidores e das empresas a travarem consumo e investimento. Por outro lado, as pressões inflacionistas acentuam-se (a taxa de inflação na zona euro chegou aos três por cento em Novembro), com a subida dos preços do petróleo nos mercados internacionais a ser a principal explicação. O cenário actual traz de volta, na

Economia da Zona Euro



cabecinha de muitos economistas, as memórias da crise económica dos anos 70, altura em que, devido à ocorrência de choques petrolíferos, as maiores potências mundiais caíram numa situação em que a actividade económica ficou estagnada, o desemprego disparou e, para agravar ainda mais as coisas, a taxa de inflação atingiu os dois dígitos.

Actualmente, uma situação desta gravidade ainda está longe. Os res-

ponsáveis pela política monetária têm aliás feito questão de salientar isso, lembrando por exemplo que em 2007 a taxa de crescimento mundial ainda é das mais altas dos últimos anos e que, se os EUA efectivamente abrandarem, a diminuição da procura de energia pode limitar a subida dos preços do petróleo.

Ainda assim, só o facto de existir uma ameaça de “estagflação” constitui já um dilema muito sério para

qualquer banco central resolver. É que, nas suas decisões de política monetária, podem ficar divididos entre o desejo de controlar a inflação e o receio de não o conseguirem fazer sem prejudicar o crescimento.

Até ao momento, a reacção tem sido diferente nos EUA e na zona euro por força, principalmente, da conjuntura económica que cada bloco atravessa. O Banco Central Europeu (BCE) tem optado por uma estratégia de “esperar para ver”. Adiou as subidas das taxas de juro planeadas devido aos efeitos que poderiam ter no ambiente turbulento dos mercados financeiros, mas evita diminuir o preço do dinheiro com receio de dar um estímulo à inflação. A esperança do BCE é a de que a actual subida da inflação seja temporária e que não existam efeitos de segunda ordem, como aumentos salariais elevados.

Nos EUA, a Reserva Federal, preocupada com a crise no mercado imobiliário, já decidiu arriscar e baixou as taxas. Muitos economistas recordam, no entanto, que desta vez, com o dólar fraco e o preço do petróleo alto, a inflação constitui uma ameaça mais séria do que no passado.



Teixeira dos Santos

UE tenta acordo no IVA dos serviços de comunicações

● A presidência portuguesa da União Europeia vai tentar amanhã, em Bruxelas, que os ministros das Finanças dos 27 cheguem a acordo sobre as regras de cobrança do IVA nos serviços de telecomunicações, ultrapassando o actual bloqueio do Luxemburgo.

Lisboa apresentou uma proposta de compromisso e o ministro Fernando Teixeira dos Santos, que preside à reunião, espera conseguir o “acordo político”, segundo fonte diplomática. Em Junho, os 27 chegaram a um “acordo parcial” sobre o chamado “pacote do IVA”, deixando para a presidência portuguesa a resolução definitiva da questão, nomeadamente as alterações das regras de cobrança do IVA na prestação de serviços de telecomunicações e Internet na UE.

O Luxemburgo tem sido o principal opositor ao projecto, visto ter instalado no seu território várias empresas importantes do sector das telecomunicações. A maioria dos 27 defende que o IVA sobre serviços (telecomunicações e Internet) seja cobrado no país de consumo e não onde a empresa está instalada, considerando que o sistema actual distorce as condições normais de concorrência.

Para ultrapassar as reservas luxemburguesas num domínio em que as decisões são tomadas por unanimidade, a presidência portuguesa propõe que a aplicação das novas regras seja adiada para 2015, cinco anos mais tarde do que o projecto actual. Por outro lado, o estado-membro onde uma determinada empresa de telecomunicações está instalada ficaria com 20 por cento da receita de IVA da venda de serviços à taxa do país de consumo. O Luxemburgo defendeu anteriormente que essa percentagem fosse de 25 por cento (para pagar despesas administrativas e outras), mas, segundo fontes comunitárias, um acordo parece ser agora possível depois de intensas conversações.

O encontro dos ministros das Finanças dos 27 é antecedido hoje ao fim do dia, também em Bruxelas, por um outro, mas apenas dos 13 responsáveis pelas Finanças da zona euro. Lusa

Cidade de Berna encomenda metro ligeiro à Siemens

● A autoridade de transportes de Berna (Suíça) acaba de comprar à Siemens 21 veículos Combino para o metro ligeiro daquela cidade. O negócio ascende a 65 milhões de euros e as primeiras unidades começarão a ser entregues no final de 2010.

O Combino é um eléctrico rápido que tanto circula em via própria como inserido no trânsito na malha urbana das cidades. Desde 2004 a Siemens já vendeu 475 destes veículos.

A cidade de Berna já contava com 15 Combinos de primeira geração, mas os novos eléctricos já incorporam soluções novas, como o piso cem por cento rebaixado, sem degraus e sem rampas interiores, que permite viajar praticamente ao nível do solo e facilitar as entradas e saídas a idosos, pessoas portadoras de deficiência e cadeiras de rodas e de bebés. Este eléctrico tem ainda ar condicionado e um design inovador, sobretudo na frente da composição.

O veículo adquirido por Berna tem 2,3 metros de largura e 42 metros de comprimento, ou seja, mais 11 metros do que o da geração anterior, o que permite aumentar a capacidade de passageiros em cerca de um terço.

Para Hans Schabert, presidente da Transportation Systems (unidade de negócios da marca dedicada aos transportes urbanos), esta encomenda suíça “é uma demonstração clara da confiança dos clientes nas competências da Siemens para fornecer sistemas de metro ligeiro”. C.C.

CP garante que participará sozinha ou em parceria no negócio da alta velocidade

Carlos Cipriano

● “Não me passa pela cabeça ir a um concurso público para a alta velocidade e perder.” Cardoso dos Reis, presidente da CP, está convicto que a experiência da transportadora pública será determinante para que seja esta a explorar os comboios de alta velocidade quando em 2015 for inaugurada a linha Lisboa-Porto.

Com ou sem parceiro? É irrelevante, responde o gestor. A CP estará de certeza nesse negócio, sozinha ou associada a outra entidade. Para isso, a empresa possui já uma unidade autónoma designada CP-Alta Velocidade que tem como missão “garantir o negócio para a CP, através da tecnologia e da qualidade do serviço”, de acordo com um documento interno.

A experiência do Alfa Pendular como produto de gama é uma mais-valia para preparar o terreno para a alta velocidade. Cardoso dos Reis diz que este comboio e os Intercidades são já a primeira opção dos portugueses na deslocação entre as principais cidades com conforto e segurança. Para a alta velocidade, explica, basta “completar os atributos do Alfa Pendular, reforçando os elementos de prestígio, eficiência e requinte”.

O TGV português terá, assim, uma vocação especial para as viagens de negócios, captando “clientes com grandes exigências de tempo e de conforto”, uma vez que nessa altura, ao demorar uma hora e 15 minutos entre Lisboa e Porto, o comboio será o modo de transportes preferido por esse segmento de mercado.

A CP prevê ter carruagens com áreas de negócio e trabalho, compartimentos para reuniões, cobertura total das redes de telemóvel (que, hoje, nem mesmo no Alfa Pendular acontece) e Internet Wi-Fi, e serviço de venda a bordo de bilhetes de metro e reservas de táxis. Haverá aluguer de DVD e de leitores portáteis de DVD. Está ainda previsto o lançamento de um programa de fidelização idêntico aos das companhias aéreas.

Exemplos europeus

O optimismo do presidente advém também da constatação de que neste mercado são quase sempre as empresas de bandeira que operam os comboios de alta velocidade nos respectivos países. O AVE é uma uni-

dade de negócios da Renfe, o TGV é cem por cento SNCF, o ICE é da alemã DB (Die Bahn) e o Eurostar italiano é explorado pela Trenitalia. E mesmo o outro Eurostar (o TGV que atravessa o túnel sob a mancha) e o Thalys (TGV que faz Paris-Bruxelas-Colónia-Amsterdão) são operados por sociedades privadas constituídas pelos caminhos-de-ferro estatais.

Há, contudo, excepções: em Itália o milionário Luca Montezemolo (que é também o presidente da confederação da indústria italiana) anunciou que vai criar o NTV - Nuovo Trasporto Viaggiatori para fazer concorrência directa à Trenitalia. E se se considerarem os 200 km/hora como alta velocidade, a privada Virgin é quase um monopólio na Inglaterra.



O Alfa Pendular ajuda a CP a preparar-se para a alta velocidade

MERCADOS ■ PSI 20 PERDE QUASE UM TERÇO DO PIB

A semana mais negra de sempre

■ Empresas cotadas no principal índice de Lisboa valem menos 50 mil milhões de euros desde o início do ano

● AYALA MONTEIRO

O PSI 20, o índice mais importante da praça financeira portuguesa, perde 50 mil milhões de euros neste ano. Tal verba representa quase um terço da riqueza produzida em Portugal no ano passado.

A capitalização bolsista do PSI 20 totalizava 100 912 milhões de euros no fim de Dezembro de 2007. Ontem, mais uma sexta-feira negra para os mercados accionistas, o principal índice da Bolsa portuguesa valia 51 440 milhões de euros. O PSI 20 cotava-se nos 13 019 pontos na última sessão do ano passado. Fechou ontem nos 6281 pontos (descida de quase 52 por cento no corrente ano).

Apesar de mais uma injeção de capital pelo Banco Central Europeu, as praças financeiras voltaram a registar perdas elevadas. O pânico dos investidores aumentou e a forte pressão vendedora fez cair a maioria dos títulos cotados. Devido às elevadas perdas, a negociação foi suspensa nas bolsas da Rússia, Roménia, Ucrânia, Tailândia, Indonésia e Islândia.

Dos principais índices europeus, a maior desvalorização (9,14 por cento) de ontem foi do espanhol Ibex 35. Seguiu-se o britânico Footsie 100, com a perda de 8,85 por cento. O francês CAC 40 e o alemão DAX 30 caíram, respectivamente, 7,73 e 7,01 por cento.

Nos últimos dias, as quedas



Centenas manifestaram-se à porta do edifício da Bolsa londrina

Baixa do preço do petróleo para 73 dólares é a boa notícia da crise

missário europeu dos Assuntos Económicos, Joaquim Almunia, o petróleo voltou a cair ontem. Na praça londrina, o barril cotava-se a 73 dólares, menos 11 por cento. (Mais informação na pág. 51) ■

acentuadas dos índices bolsistas significam a antecipação de uma recessão económica causada pela crise financeira.

Devido à esperada recessão europeia e norte-americana, já admitida pelo co-

APONTAMENTOS

DOW JONES
O índice bolsista perdeu mais de 20 por cento nesta semana.

NIKKEI 225
O índice bolsista japonês caiu mais de 30 por cento nas últimas cinco sessões.

CRISE
O actual momento é o pior desde o colapso de Wall Street a 29 de Outubro de 1929.

PERIGO
Um analista prevê que a General Motors, Ford e Chrysler vão à falência.



Bolsas

O fantasma de Outubro volta a atormentar os investidores. A 29 de Outubro de 1929, o Dow Jones caiu 12 por cento. A 19 de Outubro de 1987, o Dow Jones perdeu 23 por cento.

PERDAS POTENCIAIS NESTE ANO

2,931 mil milhões €

AMÉRICO AMORIM



Participações na Galp Energia e na Corticeira Amorim

1,145 mil milhões €

BELMIRO DE AZEVEDO



Participações na Sonae, Sonae Indústria e Sonae com

577,3 mil milhões €

JOE BERARDO

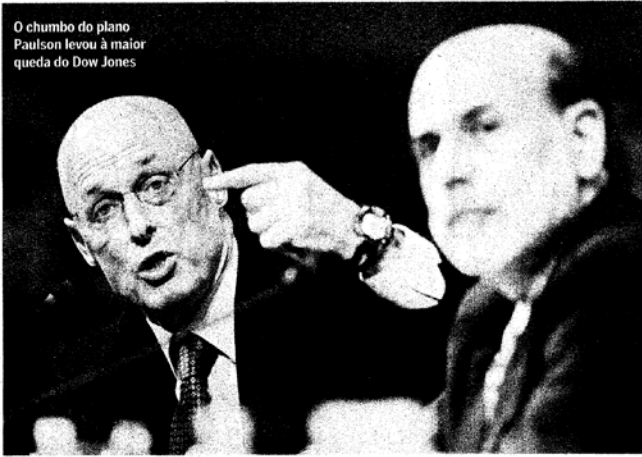


Participação de 6,18 por cento no capital do Millennium BCP

Abramovich vê fortuna a voar

O multimilionário Abramovich, que é o patrão do clube de futebol inglês Chelsea, perde mais de 20 mil milhões de dólares nos últimos cinco meses. Abramovich era o 15º homem mais rico do Mundo em Março de 2008, segundo a revista 'Forbes'. Então, a fortuna de Abramovich estava avaliada em 23,5 mil milhões de USD. ■

O chumbo do plano Paulson levou à maior queda do Dow Jones



Chumbo causa pânico na Bolsa

■ O chumbo da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos ao plano de emergência elaborado pelo secretário do Tesouro, Henry Paulson, lançou o pânico nos mercados financeiros. Logo após ser conhecido o resultado da votação (o plano foi rejeitado por 228 votos contra 205 a favor), todos os índices bolsistas caíram a pique. O S&P 500 encerrou a sessão a perder 7,5%, o Dow Jones caiu 5,89% e o Nasdaq 9,14%.

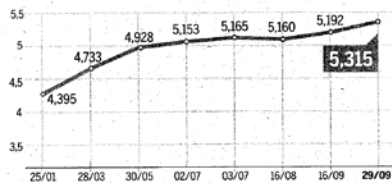
Avaliado em 700 mil milhões de dólares (cerca de 477 mil milhões de euros), o plano encontrou reticências entre os democratas, mas acabou por merecer o "chumbo" da

Negociações no Congresso mantinham-se para procurar solução

maioria dos republicanos - o partido de George W. Bush. Com efeito, 133 republicanos juntaram-se aos 95 democratas para derrotar o plano Paulson. As negociações para tentar fazer aprovar o plano prosseguiram até ao fechamento desta edição.

O plano previa, entre outras medidas, que as empresas cujos executivos tivessem remunerações superiores a 500 mil dólares (347 mil euros) anuais pagassem mais impostos. Em Portugal, os gestores das principais empresas têm salários que rondam os 500 mil euros anuais e no caso dos banqueiros as remunerações ascendem mesmo a um milhão de euros. ■ S.R.S.

Evolução da Euribor a 6 meses em 2008



Fonte: Jornal de Negócios/Elaboração própria

CORREIO DA MANHÃ

Sócrates com ministro

■ O primeiro-ministro, José Sócrates, está a acompanhar de perto o desenrolar da crise económica e tem uma "linha directa" com o ministro das Finanças. Teixeira dos Santos participou ontem numa reunião do Conselho Nacional dos Supervisores Financeiros (Banco de Portugal, CMVM, Instituto de Seguros de Portugal). O ministro recusou atribuir carácter de emergência às medidas para reforçar em Portugal a transparência dos mer-

cados e salientou a capacidade de resistência das instituições nacionais no âmbito da crise financeira internacional. "Estas medidas visam prevenir dificuldades que possam surgir", disse. ■



Sócrates e Teixeira dos Santos

CAMPO PEQUENO

19º Espectáculo Temporada de 2008

ESTACIONE NO PARQUE E JANTE NA PRAÇA

2 de Outubro

22H15 CORRIDA DE TOIROS DE GALA À ANTIGA PORTUGUESA

CORRIDA DOS TRIUNFADORES

ANTÓNIO R. TELLES
RUI SALVADOR
LUÍS ROUXINOL
A. BRITO PAES
MARCOS BASTINHAS
FRANCISCO PALHA

FORCADOS DE LISBOA E VILA FRANCA

6 TOIROS 6 GANADARIAS

HERDEIROS DE CONDE DE CABRAL RIO FRIO.
ORTIGÃO COSTA, PASSANHA, LUÍS ROCHA E PEGORAS

SAGRES ATP VIP 24 horas OJE COMBO

CORREIO da manhã

Preço do ticket: 4,50 euros. Para mais informações, consulte o site www.campospequeno.pt ou o telefone 21 300 00 00. A entrada é gratuita para crianças até aos 10 anos. A entrada é gratuita para idosos com mais de 65 anos. A entrada é gratuita para pessoas com deficiência. A entrada é gratuita para pessoas com deficiência. A entrada é gratuita para pessoas com deficiência.

15 ■ SEGUNDA-FEIRA
29 DE ZEMBRO 2008

SOCIEDADE

ÉVORA | ORÇAMENTO



O orçamento da Câmara de Évora foi aprovado e prevê a construção de duas escolas básicas, o Parque das Indústrias Aeronáuticas e novas acessibilidades ao Hospital Regional

SAÚDE ■ AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES ECONÓMICAS DISPARA NÚMERO DE SUICÍDIOS



Há cada vez mais pessoas a sofrer de depressão devido às dificuldades económicas com que se deparam

500 mil deprimidos são medicados

■ O número de portugueses que ao longo da sua vida desenvolvem depressão – uma ou mais vezes – ascende a um milhão, correspondendo a dez por cento da população portuguesa, uma extrapolação feita comparativamente com outros países. Cerca de 500 mil (metade daquele número) são indivíduos que necessitam de medicamentos antidepressivos, os quais são vendidos sob prescrição médica e têm participação de 70 por cento do Serviço Nacional de Saúde (SNS). O coordenador da Comissão Nacional de Saúde Mental, Caldas de Almeida, admite ao CM que o número de portugueses com depressão pode ainda ser maior. “Há depressões com gravidade variável e certamente que há casos de portugueses com depressão que não é diagnosticada.” ■

Crise dá depressão

■ Psiquiatras preocupados com o aumento do número de portugueses deprimidos, uma doença mental que está a afectar cada vez mais pessoas, especialmente nas camadas mais jovens

● CRISTINA SERRA

A crise económica, com a falência de empresas, o desemprego e a falta de dinheiro, é um dos factores sociais que contribui para o aumento de pessoas deprimidas. O número de portugueses com depressão e os que tentam o suicídio tem vindo a aumentar, especialmente entre os jovens e indivíduos de meia idade (20-45 anos), invertendo a tendência habitual dos idosos, em particular dos que vivem no Alentejo, cuja taxa de suicídio é das mais elevadas do País.

O director de Serviço de Psiquiatria do Hospital Júlio de Matos, José Manuel Jara, confirma ao CM o aumento dos casos de depressão e suicídio e a relação com a crise eco-

Desemprego desencadeia estados depressivos graves

nómica que o País atravessa. “As causas sociais favorecem a depressão e vemos as gerações mais novas no desemprego ou com vínculo precário e jovens a serem mantidos em casa pelos pais. Essa situação faz com que se assista nos últimos tempos a um aumento significativo de suicídios em indivíduos dos 20 aos 45 anos.”

A maioria (70 por cento) dos doentes assistidos por José Manuel Jara no Hospital Júlio de Matos, em Lisboa, sofre de depressão grave.

O especialista exemplifica com o caso de um doente que tentou o suicídio depois de ter desenvolvido um quadro depressivo provocado pelo autodespedimento. “Com a depressão não teve a noção de que assinou um documento a autodespedir-se. Tentou suicidar-se.” ■

SAIBA MAIS

SINTOMAS SÃO VARIADOS

Sintomas da depressão são vários: tristeza, desmotivação, perda de energia, apetite, libido, alterações do sono (insónia) e baixa auto-estima.

36%

Percentagem de indivíduos em sofrimento psicológico que consomem remédios para a depressão.

38,2%

Percentagem do aumento do consumo de antidepressivos em Portugal entre os anos 2002 e 2006.

HOMENS SUICIDAM-SE

As mulheres procuram mais ajuda clínica e a taxa de suicídio nos homens é quatro vezes maior.



As dependências do álcool e de substâncias desencadeiam a doença

Álcool e drogas ‘ajudam’

■ A depressão pode levar uma pessoa a procurar refúgio no consumo excessivo do álcool e drogas e o inverso também ocorre, ou seja, o alcoolismo e a toxicod dependência podem desencadear quadros depressivos graves numa pessoa. “Estas dependências acompanham a depressão, que é a doença psiquiá-

trica mais frequente”, sublinha ao CM o director de Serviço de Psiquiatria do Hospital Júlio de Matos, José Manuel Jara. Aquele especialista referiu que a depressão pode ser ainda desencadeada e acompanhada por outras doenças, como a bipolar, oncológica, reumática e neurológica (Alzheimer e Parkinson). ■

Economia

As notícias de Economia a toda a hora economia.publico.pt

Centros de formação da área têxtil vão fundir-se no início de 2008

Natália Faria

A proposta já foi oficializada junto do secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional e visa racionalizar recursos entre o Cítec e o Civec

● É um "dois em um": os dois centros que actualmente dão formação na área têxtil em Portugal vão fundir-se numa entidade única, a partir do primeiro trimestre de 2008. A proposta já seguiu para o gabinete do secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, Fernando Medina, e prevê que o Centro Profissional da Indústria Têxtil (Cítec), com sede no Porto, e o Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário (Civec), sediado em Lisboa, passem a ter uma gestão conjunta.

Em comunicado, a Associação Nacional das Indústrias de Vestuário

rio e Confecção (Anivec/Apiv) e a Associação Têxtil e de Vestuário de Portugal (ATP) falam a uma só voz para sublinhar que "esta iniciativa vai de encontro ao desejo do Governo de repensar e reorganizar a rede de centros protocolares de formação profissional, aproximando-os cada vez mais das realidades sectoriais que servem e das empresas que as compõem".

"Esta fusão vai permitir fazer mais e melhor e com menos dinheiro", enfatizou ao PÚBLICO o presidente da ATP, Paulo Nunes de Almeida, sustentando que a fusão dos dois centros dará origem a "um centro de formação mais forte e capaz de, através de protocolos com o Ministério do Trabalho, avançar com acções de forma-

ção e reconversão profissional".

Questionado sobre a possibilidade de fusão das duas associações que representam a têxtil portuguesa, o presidente da ATP reiterou que encara com "bons olhos" essa hipótese, tanto mais porque, conforme referiu, "o poder político já deu sinais de que apoia esta tentativa de poupar nos recursos".

Nos próximos meses, as duas associações propõem-se incumbir um "encarregado de missão independente" de estudar o modelo de gestão mais conveniente para o novo centro, sempre com o fim de "criar uma entidade única mais racional e mais adequada às necessidades da empresa e do sector".

O sector têxtil e do vestuário soma cerca de 3000 empresas em Portugal. O volume de negócios ascende aos 6200 milhões, dos quais cerca de 4100 milhões são exportados. No total, o sector soma 25 por cento do emprego, 10 por cento dos negócios e 12 por cento das exportações da indústria transformadora nacional.

12%

O sector têxtil português representa 12 por cento das exportações da indústria transformadora nacional

Quebra de lucros no Bank of America

José Manuel Rocha

● A crise do crédito hipotecário volta a fazer vítimas. Ontem, o Bank of America, o segundo maior banco comercial dos Estados Unidos da América, anunciou uma quebra de 32 por cento nos lucros do terceiro trimestre.

O problema da instituição foram as perdas que não estavam previstas em produtos de alto risco e os impactos da crise do chamado mercado *subprime*, a totalizarem os quatro mil milhões de dólares (2,8 mil milhões de euros).

Os resultados saíram muito distantes das previsões dos analistas. Um painel consultado pela agência Bloomberg estimava um lucro de 1,06 dólares por acção, mas o apurado fica-se pelos 82 cêntimos por título. Mesmo assim, o banco reporta um lucro de 3,7 mil milhões de dólares.

Este valor não foi suficiente para aplacar a digestão difícil do mercado bolsista de Nova Iorque, onde os títulos da companhia caíram para o valor mais baixo dos últimos oito meses. Uma descida inevitável, particularmente depois de o presidente do banco, Kenneth Lewis, ter afirmado que o desempenho no trimestre foi "inacreditável".

E o futuro próximo, dizem os analistas, não será risonho. "Os dois próximos trimestres vão ser muito complicados", afirmou Andrew Seibert, gestor de fundos numa sociedade de investimento.

Na semana passada, o Citigroup revelou uma quebra de 60 por cento no lucro do mesmo período.

Euronext Lisboa

Nome da Empresa	Var%	Última Sessão					Performance (%)	
		Fecho	Volume	Abertura	Máximo	Mínimo	5 dias 2007	
Pd20								
Altri Sggs Sa	-0,7	5,69	388	5,77	5,78	5,63	0,53 41,13	
Banco BpL Sa	-2,7	6,47	440	6,36	6,52	6,32	-1,3 6,6	
Banqueiro Sento	-0,54	16,5	241	16,59	16,68	16,4	-0,18 31,81	
Bicomp portugues	1,9	3,21	100000	3,24	3,28	3,2	-2,78 12,5	
Brisa priv	-1,99	9,3	500	9,46	9,49	9,29	0,96 0	
Cimpor Sggs	-0,8	6,21	2452	6,24	6,3	6,18	-0,95 -0,48	
Edp	0,7	4,32	563	4,3	4,35	4,3	1,9 11,72	
Galp Energia	-1,39	11,36	1000	11,53	11,66	11,22	0,79 66,99	
Impresa Sggs	-0,38	2,63	596	2,65	2,68	2,58	0 12,82	
J Martins Sggs	1,27	4,76	5000	4,76	4,83	4,71	-4,45 38,82	
Mota Engil	-1,64	5,96	440	6,1	6,17	5,98	-0,33 18,29	
Portugal Telecom	0,58	10,46	263	10,37	10,47	10,37	5,48 56,99	
Portugal	-0,38	2,65	1000	2,67	2,68	2,64	-3,62 10,83	
Pr multimed	-0,49	10,25	624	10,3	10,35	10,25	-0,68 5,53	
Ren	0,57	3,5	591	3,47	3,52	3,47	-1,42 -0,57	
Scout24	-0,44	2,27	2000	2,3	2,3	2,25	1,3 230,43	
Semapa	0,09	11,71	626	11,75	11,94	11,65	-1,02 32,35	
Sonae Sggs	-0,55	3,61	1500	3,65	3,66	3,58	-5,47 -27,69	
Sonae Industria	0,11	8,76	432	8,78	8,82	8,73	-0,23 16,93	
Sonae Sggs	0	1,99	174190	2	2,01	1,98	-1,02 30,79	

Outros

Banif Sggs	1,96	5,19	74	5,15	5,25	5,1	1,8 3,96
Banco Popular	0	12,1	1140	12,1	12,2	12,09	3,47 31,81
Cofina Sggs	0	1,77	2000	1,79	1,79	1,7	7,93 -2,75
Cires	12,14	1,94	400	1,94	1,94	1,94	-6,49 10,31
Compta	-1,41	0,7	234	0,71	0,71	0,7	10,94 -17,44
Corticeira Amorim	0	2,04	400	2,04	2,04	2,04	2 4,08
Esasanto Financia	-0,66	28,7	72	28,84	29	28,5	0,99 15,1
Estoril Sol P	4,53	9	399	9	9	9	-2,16 8,85
Fut clube Porto	0,95	2,13	150	2,11	2,13	2,11	0 16,6
Fimibanco Sggs	0	4,45	1409	4,25	4,45	4,25	3,97 25,45
Fisipe	0	0,17	2678	0,17	0,17	0,17	-5,56 -10,53
Imob Gao Para	0	3,25	12	3,25	3,25	3,25	0 -19,75
Ibersol Sggs	-1,89	11,4	4500	11,51	11,54	11,4	1,04 19,16
Inapac Invest	-1	1,98	2500	2,02	2,02	1,97	-0,99 -25,37
Logica	0	0,13	1000	0,13	0,13	0,13	0 35,71
Litho Formas	-14,69	1,8	30	1,8	1,8	1,8	-15,94 100,95
Martifer	0,21	9,52	228	9,5	9,54	9,5	3,16 9,52
Novabase Sggs	0	4,5	2692	4,5	4,5	4,43	0,67 10,16
Orey Antunes	-0,71	2,28	250	2,8	2,78	2,78	3,7 2,55
Paradeis	0	0,19	90000	0,19	0,2	0,19	-5 17,31
Pineira	0	24,01	21	24,01	24,01	24,01	21,02 21,06
Papeles Y Carton	1,18	9,43	200	9,43	9,43	9,43	1,89 18,58
Reditus Sggs	0	7,59	263	7,6	7,65	7,56	1,2 16,86
Banco Santander	-0,28	14,17	200	14,2	14,33	14,17	4,18 0,07
Schube Braga	2	0,51	10	0,51	0,51	0,51	-1,96 -33,33
Beridica Futebol	-0,74	2,68	40	2,7	2,74	2,68	0 38,51
Sumol	-1	1,98	689	1,99	1,99	1,98	2,56 9,89
Sonag Sggs Sa	0	4,9	130	4,9	4,9	4,9	0 17,22
Sporting	0,87	2,31	22	2,28	2,4	2,28	-3,38 -14,55
Sag Gest	-1,33	2,23	250	2,26	2,28	2,23	3,2 28,41
Teixeira Duarte	0,73	2,75	661	2,8	2,82	2,72	7,06 37,19
Vias Vista Alegre	-5,56	0,17	1000	0,17	0,17	0,17	12,5 20

Mercado Monetário Cambial

Euro à Vista		Um euro igual a		Var. % (a) %
Moeda	Sigla	18.10.07	Anterior	
Dólar dos EUA	USD	1,4286	1,4204	0,5773%
Dólar canadiano	CAD	1,3927	1,3843	0,6068%
Real do Brasil	BRL	2,5737	2,5762	-0,0970%
Libra esterlina	GBP	0,6982	0,6993	0,2729%
Franco suíço	CHF	1,6705	1,6799	-0,5622%
Coroa dinamarquesa	DKK	7,464	7,4539	0,0013%
Coroa norueguesa	NOK	7,6746	7,6693	0,0691%
Coroa sueca	SEK	9,1753	9,1449	0,3324%
Coroa checa	CZK	27,296	27,442	-0,5320%
Zloty polaco	PLN	3,69	3,7064	-0,4425%
Forint húngaro	HUF	250,32	250,99	-0,2669%
Lev búlgaro	BGN	1,9558	1,9558	0,0000%
Coroa da Estónia	EEK	15,645	15,6455	-0,0032%
Libra cipriota	CYP	0,5835	0,5835	0,0000%
Lira turca	TRL	1,766	1,7149	0,3009%
Yen japonês	JPY	165,11	165,6	-0,2838%
Dólar australiano	AUD	1,5964	1,5961	0,0144%
Dólar de Hong Kong	HKD	11,0736	11,0014	0,6563%
Pataca de Macau	MOP	11,4009	11,3331	0,5982%
Rand da África do Sul	ZAR	9,7954	9,7092	0,1058%
Escudo de Cabo Verde	CVE	111,288	110,649	0,5775%

Fonte: Compêndio Estatístico do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). (a) = alteração do euro - depuração de euro

PUBLICIDADE



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Cursos Livres 2007-2008

Língua e Cultura Árabe e Islâmica

Língua e Cultura Checa

Língua e Cultura Eslovena

Língua e Cultura Hebraica

Língua e Cultura Polaca

Língua e Cultura Persa

Língua e Cultura Romena

Língua e Cultura Russa

Língua e Cultura Turca

Língua Gestual Portuguesa

http://www.fl.ul.pt/cursos_livres/index.htm

As informações e inscrições devem ser solicitadas aos Serviços Académicos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa:

Alameda da Universidade 1600-214 Lisboa

Tel. 217 920 000

Fax. 217 960 063

E-mail flul.informacoes@fl.ul.pt

Funchal tem o melhor hotel

A Albergaria Dias, no Funchal, é o melhor hotel do Mundo e o melhor da Europa Ocidental, Mediterrâneo e Canárias em 2008, numa competição com 12 mil unidades hoteleiras. As classificações foram dadas pelos clientes do operador turístico TUI. João Mendes Dias é o dono do hotel premiado.



DIA A DIA

Nacionalização na América

A administração Bush nacionalizou as duas maiores hipotecárias americanas para evitar a falência da Freddie Mae e Fannie Mae. Os contribuintes americanos vão pagar 200 mil milhões de dólares, cerca de 140 mil milhões de euros. É um número gigantesco que equivale à quase totalidade da riqueza produzida em Portugal num ano. A intervenção ontem anunciada pelo secretário do Tesouro passa para a tutela da administração federal as duas hipotecárias, que em conjunto asseguraram quase metade dos créditos hipotecários nos Estados Unidos. Não se sabe se esta intervenção será suficiente para estancar a hemorragia da crise de crédito, que já teve efeitos devastadores em todo o mundo e que em Portugal contribuiu para o arrefecimento da economia e a um aumento brutal dos juros pagos no crédito à habitação. Mas a falência certamente arrastaria os mercados mundiais para uma maior depressão. Os presidentes das duas hipotecárias foram despedidos, mas deste processo resulta uma grande impunidade para a especulação irresponsável. A ganância de pessoas que só pensavam em aumentar os números dos negócios emprestando dinheiro a quem não tinha condições de pagar o crédito foi semelhante a uma gigantesca fraude típica dos jogos em pirâmide. Foi uma espécie de jogo da bolha global, que todos pagamos.

ARMANDO ESTEVES PEREIRA
DIRECTOR ADJUNTO

ACIMA ABAIXO



Rui Rio

Rio prometeu ontem que a prova Red Bull volta ao Porto e Gaia em 2009. Este ano mobilizou um milhão de pessoas. Uma aposta ganha.

PÁGS. 20 E 21



Ana Jorge

Mesmo admitindo o problema das contratações milionárias nas Urgências, o Ministério da Saúde falha em apresentar soluções.

PÁG. 15

SUMÁRIO

- 04 **ACTUALIDADE**
Maddie. Cães sinalizaram vestígios de sangue humano e odor a cadáver por detrás do sofá do apartamento dos McCanns.
- 12 **PORTUGAL**
Acidente. Debré de três meses morre em colisão na AL em Alverca. Pai, mãe e irmão, de 7 anos, ficaram feridos.
- 15 **SOCIEDADE**
Saúde. Há médicos que ganham cem euros à hora para fazer bancos de Urgência nos hospitais públicos.
- 23 **ECONOMIA**
Investimento. Parcerias público-privadas na Saúde vão custar ao Estado 5643 milhões nos próximos 30 anos.
- 26 **ESPECIAL**
Educação. Os manuais escolares vão ter 80 milhões de euros por ano. Este ano houve um aumento de 6 por cento.
- 28 **POLÍTICA**
Felgueiras. Começam hoje as alegações finais do chamado processo do "Saco Azul". Ao todo são 16 arguidos.
- 31 **MUNDO**
Angola. MPLA venceu eleições legislativas com maioria absoluta, mas UNITA vai impugnar votação em Luanda.
- 35 **DESporto**
Seleção nacional. Boa disposição e confiança no arranque da preparação do jogo com a Dinamarca.
- 42 **CULTURA & ESPECTÁCULOS**
Chaves. Cidade transmontana quer ser Património Mundial da Humanidade da UNESCO e mostra os seus triunfos.

ETAMBÉM...
Passatempos 40 • Farmácias 41 • Meteorologia 41 • Efemérides 45 • Cartaz 44 • Televisão 50

ESTADO DO SÍTIO

Silêncio e urdidura

António Ribeiro Ferreira
Jornalista

Pronto. Acabou o silêncio de Manuela Ferreira Leite. A líder do PSD, como tinha prometido, falou ontem à tarde, a uma hora imprópria para directos televisivos e para quem aproveitou a noite de sábado para esquecer as agruras de uma vidinha cada vez mais deprimida. Falou, mas, como seria de esperar, não convenceu os convencidos de que este Governo é o melhor do Mundo, que andam por aí a fazer o que devem e não devem para não serem alvo de alguma medida punitiva dos comissários políticos que estão em todo o lado, tudo ouvem e não perdoam a mínima hesitação. A senhora que lidera o PSD falou duro. A senhora que lidera o PSD falou claro para os indígenas deste sítio pobre, deprimido, manhoso, hipócrita e cada vez mais mal frequentado. Mas a verdade é que as suas palavras vão ser rapidamente levadas pelo vento socialista que vai soprando por esta terrinha. Em qualquer sítio democrático e civilizado as suas palavras dariam por certo um terramoto político. Aqui não. Quando a líder do principal partido da Oposição afirma, sem papas na língua, que o Governo tem uma máquina de comunicação e acção pouco democrática e que procura controlar os cargos públicos, os comentadores e ana-

listas assobiam para o ar e insistem que o discurso foi uma desilusão porque Manuela Ferreira Leite não apresentou alternativas. Quando a líder do segundo partido do sítio afirma que existe uma máquina socialista que controla, persegue, corta apoios, gere favores ou simplesmente demite, os observadores, comentadores e analistas políticos assobiam para o ar, lembram que a senhora é conservadora nos costumes, despreza a modernidade e, claro, não apresentou alternativas. O silêncio, como se vê, não é da líder do PSD. O silêncio é, afinal, o estado a que isto chegou. Um silêncio feito de medos, de favores, de falsas notícias, de propaganda e de muita corrupção, moral e material. O silêncio é, afinal, a imagem dos saltinhos de alegria e dos sorrisos felizes dos responsáveis socialistas pelo estado a que o sítio chegou quando souberam que um tribunal de primeira instância deu uma indemnização de 130 mil euros ao amigo e deputado Paulo Pedrosa. O silêncio, afinal, é a célebre tese da urdidura inventada pelos socialistas para abafar o caso Casa Pia e atirar ainda mais para a valeta as muitas vítimas de abusos sexuais. O silêncio, afinal, é isto tudo. Mentira, cobardia, medo, propaganda e a miséria moral a que tudo isto chegou. Uma completa urdidura.

PSD Discurso de Manuela Ferreira Leite foi eficaz?

PÁGS. 6 E 7

sim Ponto por ponto, sector a sector, sem gritaria ou frases bombásticas, Manuela Ferreira Leite fez o diagnóstico da situação e apontou caminhos. Ou seja, tudo aquilo que se espera de um líder da Oposição, com aspirações de chegar ao poder.

PAULO JOÃO SANTOS EDITOR DE SOCIEDADE

não A presidente do PSD até pode ter razão quando acusa o Governo de ter falhado em vários sectores nos últimos três anos. Mas quem quer ganhar eleições tem de apresentar propostas alternativas, tem de propor soluções. É isso ainda falta no seu discurso.

EDGAR NASCIMENTO EDITOR DE SOCIEDADE

PSD Manuela Ferreira Leite fez bem em manter silêncio?



VOTO ON-LINE E SMS Envia um SMS com a tua resposta para o número 4010 com o texto: CM (espaço) número da opção preferida. Marque 1 para Sim e 2 para Não.

Destaque

Crise financeira Fannie Mae e Freddie Mac salvas por intervenção governamental

Mercados aprovam “nacionalização” nos EUA de gigantes bancários

Medida foi bem recebida, mas é preciso esperar que ver se a maior operação de resgate financeiro dos Estados Unidos vai conseguir estancar a crise hipotecária

Rosa Soares

● O Governo norte-americano decidiu acabar com a agonia financeira da Fannie Mae e da Freddie Mac, assumindo o controlo das duas sociedades hipotecárias. O mundo financeiro respirou de alívio, pelo menos por enquanto, aceitando a justificação do secretário do Tesouro, Henry Paulson, de que a possibilidade de falência das sociedades, dada a sua dimensão, “causaria enorme turbulência nos mercados financeiros, tanto nos Estados Unidos como no estrangeiro”.

Trata-se da maior intervenção de que há registo nos EUA. Poderá envolver mais de 300 mil milhões de dólares (cerca de 210 mil milhões de euros), segundo uma estimativa do ex-presidente da Reserva Federal de St. Louis William Poole, e pretende estancar a crise gerada pela concessão de crédito de alto risco (o chamado *subprime*), que irrompeu no Verão do ano passado, levando a uma forte desvalorização do mercado imobiliário, e transformando-se rapidamente numa crise financeira mundial, com forte subida das taxas de juro.

As primeiras reacções ao que é referido como uma “nacionalização” das

nente, de sofrer um novo abalo. As bolsas reagiram igualmente em forte alta (ver texto nestas páginas).

O plano de salvamento das duas sociedades, desencadeado através da sua tutela, a Federal House Finance Agency (FHFA), pode implicar a aquisição de mais de 100 mil milhões de dólares de ações de cada uma delas. A acção governamental, que implicou a imediata substituição dos presidentes da Fannie Mae e da Freddie Mac

e a suspensão do pagamento de dividendos, envolverá ainda, em articulação com a Reserva Federal norte-americana, ajudas aos bancos de menor dimensão que detêm participações nas duas sociedades.

A decisão de intervenção aconteceu depois do Congresso e do Senado terem dado, em julho passado, poderes a Henry Paulson para comprar ações das sociedades, e ter dado permissão à Fed para lhes conceder crédito directo. Aquelas medidas não foram suficientes, pelo que entrou em acção o plano B, o da intervenção, com o objectivo de evitar o impacto da falência e manter as taxas de juro pagas pelas famílias a um nível mais baixo, evitando o aumento do incumprimento.

Cristina Casalinho, economista-chefe do banco BPI, disse ao PÚBLICO que a intervenção do Tesouro “era uma inevitabilidade”, dado que as duas sociedades são fundamentais para o bom funcionamento do mercado. Salvaguarda, no entanto, que o plano pode não ser suficiente para resolver a crise. Explica que com a intervenção, as duas sociedades vão financiar-se ao nível das taxas do Tesouro, mais baixas do que o nível a que estavam a financiar-se actualmente, mas bem mais altas do que antes do início da crise, até porque as taxas de juro da dívida americana subiram com esta operação. Se o plano não for suficiente, o Governo poderá ter de equacionar outros meios de ajuda às famílias. O perigo do patrocínio de dívida aos mais carenciados tem sido uma das hipóteses colocadas.

O economista António Borges disse também ao PÚBLICO que a intervenção do Tesouro “era já esperada”. Defende que “as autoridades americanas não tinham grande escolha, uma vez que a falência dessas instituições seria devastadora para a economia”. Adianta que “a questão que se levanta nestas situações é a de saber se a intervenção é bem feita e se defende interesses correctos ou se protege interesses ilegítimos”. “Ao exigir a substituição dos executivos e ao montar um sistema que levará os accionistas privados a perder quase integralmente o valor do seu investimento, o Tesouro está a garantir que os responsáveis são sancionados, ao mesmo tempo que defende os interesses mais amplos da estabilidade financeira” conclui.

O economista e antigo ministro da Economia Augusto Mateus também considera “a medida correcta e necessária”, defendendo que “vai criar condições para ajudar a estabelecer expectativas mais positivas aos agentes económicos”.

Uma crise grande, muito grande

Prejuízo conjunto no último ano dos gigantes Fannie Mae e Freddie Mac



Valor dos títulos hipotecários que ambas detêm ou garantem, representando 40 por cento dos empréstimos imobiliários nos EUA



Departamento do Orçamento do Congresso estima que a operação vai custar aos contribuintes



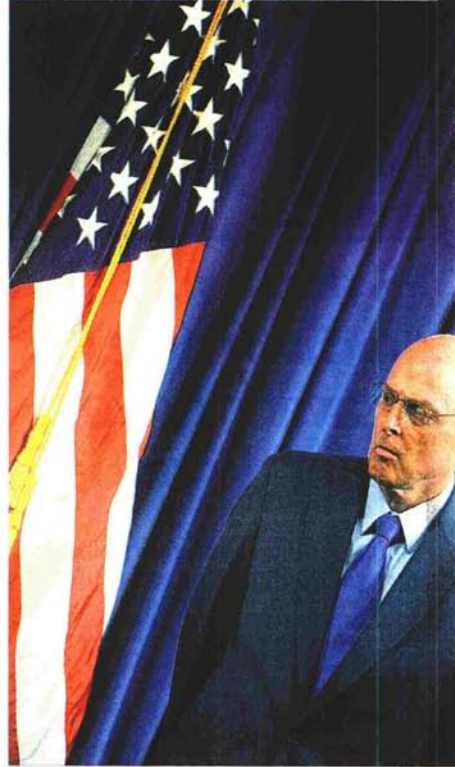
O presidente da Reserva Federal norte-americana, Ben Bernanke, apoia “com firmeza” a intervenção nas duas instituições

duas sociedades privadas - que, no entanto, têm estatuto público e garantem cerca de 50 por cento das hipotecas imobiliárias dos Estados Unidos - não podiam ser mais favoráveis.

O presidente da Reserva Federal norte-americana (Fed), Ben Bernanke, declarou apoiar “com firmeza” a decisão de colocar a Fannie Mae e a Freddie Mac sob tutela legal, bem como as medidas adoptadas para garantir a estabilidade financeira das duas empresas. O presidente do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet, acabou por transmitir a opinião dos 10 grandes bancos centrais mundiais (G10), reunidos na Suíça, referindo que a decisão do Governo norte-americano “foi muito importante e bem-vinda, tendo em conta as circunstâncias”.

Positiva foi também a apreciação do director-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), considerando que, ao assumir, ainda que temporariamente, o controlo das duas sociedades, o Governo norte-americano evita que o sistema financeiro e a economia mundiais corram o risco, que era im-

A justificação do secretário do Tesouro, Henry Paulson, foi bem aceite



Efeito dominó

Outros casos nos Estados Unidos e na Europa

Quando, a 18 de Julho de 2007, o banco de investimento americano Bear Sterns anunciou a falência de dois fundos de alto risco que investiam em produtos relacionados com o *subprime* - a palavra entrou no léxico mundial e refere-se aos empréstimos bancários concedidos a pessoas com menores rendimentos ou registos de problemas nas suas histórias de crédito - muito poucos conseguiram antecipar a dimensão do problema. Mas depois tornou-se evidente que o efeito dominó se iria alastrar por fronteiras inimagináveis. Ainda hoje, mais de um ano depois, não é possível determinar a sua dimensão [o FMI limitou-se a prever perdas, estimando 600 mil milhões de euros], embora se possam contar as “vítimas”.

O Bear Sterns é uma delas. Não só os dois fundos faliram como o próprio banco esteve com a falência iminente, se tal não aconteceu, deveu-se à ajuda pública e à concertação de esforços que levou ao auxílio de financiamento dado pela Reserva Federal Americana para que o

JP Morgan comprasse o até então concorrente. A primeira “vítima” do *subprime* na Europa encontra-se na Alemanha. O Landesbank Sachsen foi o primeiro a receber ajuda pública, com o governo da Saxónia a ceder 2,75 mil milhões de euros para acalmar a venda do banco. Em Fevereiro foi a vez do Governo federal alemão liderar o processo de resgate do IKB, atribuindo um pacote de ajuda no valor de mil milhões de euros.

A intervenção mais mediática ocorreu na Grã-Bretanha, com o Governo a “salvar” uma das suas mais prestigiadas instituições bancárias, o Northern Rock. A falta de liquidez do banco, agravada pelo pânico dos investidores que, precisamente há um ano, faziam filas às portas das dependências para levantar as suas poupanças, bem como a falta de comprador para a instituição, levaram à sua nacionalização em Fevereiro. Na Dinamarca também o Roskilde foi alvo de “socorro” por parte do banco central, depois de não ter aparecido comprador para o resgate da insolvência.

Luísa Pinto

30 SÁBADO
4 OUTUBRO 2008

ECONOMIA

MERCADOS

PSI 20: 7715 IBEX35: 11419 CAC 40: 4081 DAX 30: 5797
 ↓ 1,5% ↑ 3,78% ↑ 2,96% ↑ 2,41%

CRISE ■ EXPECTATIVAS SOBRE RESULTADOS DA PROPOSTA PAULSON SÃO ELEVADAS

América com plano de salvação aprovado

■ Só à segunda tentativa – e com mais de 400 páginas de alterações – o plano foi aprovado na Câmara dos Representantes. São 700 mil milhões de dólares para salvar os bancos

PEDRO H. GONÇALVES

Está em marcha o plano norte-americano para tentar estancar a crise nos mercados financeiros. O plano Paulson foi ontem aprovado na Câmara dos Representantes depois de terem sido introduzidas 400 páginas de alterações para evitar que a Câmara repetisse o chumbo da passada segunda-feira. A Casa Branca aprovou o plano de saneamento financeiro nas horas seguintes.

As expectativas sobre o plano Paulson são elevadas, com George W. Bush, Duílio Barroso e Jean-Claude Trichet, presidente do Banco Central Europeu, a afirmarem que a aprovação desta proposta era fulcral para resolver a turbulência financeira que se alastrou do continente americano para a Europa.

A Câmara dos Representantes votou por larga maioria, 263 votos contra 171, a proposta reformulada que já tinha sido aprovada no Senado. O próximo passo para implementar o plano Paulson passava pela Casa Branca. George W. Bush assinou quase de imediato o plano de saneamento do sistema financeiro, referindo-se à lei como "vital para a economia americana resistir à tempestade financeira".

O plano prevê uma injeção de 700 mil milhões de dólares para comprar os activos de maior risco detidos pelas instituições financeiras dos EUA afectadas por uma onda de clientes que não conseguem pagar as hipotecas, mas também contém 149 mil milhões de dólares em benefícios fiscais, um aumento da garantia federal sobre os depósitos bancários e alterações à legislação dos valores mobiliários. ■

"[Uma lei vital para a economia americana]"

George W. Bush



A Câmara dos Representantes aprovou ontem por larga maioria o reformulado plano Paulson

FMI reduz crescimento português para metade



Dominique Strauss-Kahn, do FMI

O Fundo Monetário Internacional (FMI) cortou a previsão de crescimento para Portugal para 2008 de 1,3%, previsão feita em Abril, para 0,7%, menos de metade. E acredita que a desaceleração vai continuar, devendo a economia nacional crescer somente 0,6% no próximo ano. Segundo a análise do FMI, Portugal

PREVISÕES DO FMI

Abril 2008	1,3%
Outubro 2008	0,7% (redução de 0,6%)
Para 2009	0,6% (redução de 0,8%)

galestá a sofrer as consequências da "turbulência financeira internacional".

O ministro da Economia considerou "natural" a revisão em baixa feita pela instituição liderada por Dominique Strauss-Kahn. "Com a crise financeira internacional vivemos uma conjuntura muito mais difícil", afirmou Manuel Pinho. ■

NA EUROPA

REINO UNIDO

As autoridades monetárias do Reino Unido subiram ontem o seu limite de compensação para depósitos bancários para 63 mil euros por cliente e criaram um grupo para lidar com a crise.

IRLANDA

O Banco Central Irlandês anunciou ontem que a recessão na Irlanda, a pior dos últimos 25 anos, deverá durar dois anos.

ESPANHA

A economia está mais débil devido à incerteza e tensão nos mercados financeiros, segundo o Banco de Espanha.

Juncker sem consideração por banqueiros

O presidente do Eurogrupo e primeiro-ministro do Luxemburgo, Jean-Claude Juncker, disse numa entrevista a publicar hoje no 'La Croix' ter pelos banqueiros consideração "próxima de zero".

"Tenho pela profissão de banqueiro exactamente a mesma consideração que os banqueiros têm pela minha – próximo de zero", afirmou, mostrando-se irritado com o comportamento dos mercados financeiros desde o início da crise. Juncker participa hoje em Paris numa minimeira convocada pelo presidente francês para discutir a crise, em que também estarão presentes os chefes de governo da Alemanha, Itália e da Grã-Bretanha. ■ USA

CORREIO DE HOJE

06.11.08

QUIOSQUE

SÓCRATES DIZ QUE A ELEIÇÃO DE OBAMA É "UMA OPORTUNIDADE DE MUDANÇA PARA OS ESTADOS UNIDOS E PARA O MUNDO".

POIS... E ESSAS OPORTUNIDADES PARA MUDAR ALGUMAS COISINHAS OU SE APROVEITAM OU SE PERDEM, COMO ACONTECEU À ELEIÇÃO DELE PRÓPRIO.



Veículo verifica estradas

A Estradas de Portugal está interessada num veículo designado Argus dotado de câmaras e de lasers que avaliam o estado das estradas sem destruir os pavimentos. Esta viatura não interfere no normal funcionamento do trânsito, uma vez que atinge velocidades entre os oitenta e os cem quilómetros por hora.



DIA A DIA

Contra a depressão

O estado económico natural de Portugal nesta primeira década do século XXI é a estagnação. Até ao ano passado, enquanto o Mundo assistia a uma onda de crescimento ímpar, por cá a curva do PIB praticamente não dava sinais de vida, porque estava submergida pela luta contra o défice. Em 2003, o País esteve mesmo em recessão e desde então a recuperação tem sido muito lenta. Entretanto a tempestade financeira que começou na América arrasou a economia europeia e acabou com o lento processo de crescimento português. O contágio transatlântico começou pelo sector financeiro e rapidamente alastrou para a economia real. As empresas pararam os investimentos, o desemprego disparou, o consumo travou. A confiança entre os bancos desapareceu e criou-se um novo ciclo vicioso de pobreza, diminuindo a facturação das empresas e agravando o desemprego. Neste cenário, o capitalismo de Estado anunciado por Sócrates com os investimentos públicos pode ter um efeito de antídoto contra a depressão e a resignação de "não se pode fazer nada porque não há dinheiro para nada". Os investimentos públicos podem ser o motor da economia. E os projectos em betão também criam emprego nacional, porque Espanha está a despedir milhares de portugueses do sector da construção.

ARMANDO ESTEVES PEREIRA
DIRECTOR ADJUNTO

ACIMA ABAIXO



Barack Obama

Em apenas quatro anos Barack Obama, um desconhecido senador afro-americano, conseguiu conquistar a América - e o Mundo.

PÁGS. 25 A 27



Martins dos Santos

Ex-árbitro foi condenado a 20 meses de prisão por corrupção desportiva passiva, no âmbito do chamado processo 'Apito Dourado'.

PÁG. 34

SUMÁRIO

- 04 **ACTUALIDADE**
Champions. FC Porto vence Dinamo em Kiev e reabre as portas da qualificação para os oitavos-de-final.
- 12 **PORTUGAL**
Julgamento. Inspectores confessam que fizeram colecta para repor dinheiro na PJ, as ordens de Ana Paula Matos.
- 15 **SOCIEDADE**
Justiça. Mapa judicial cria dois novos Departamentos de Investigação e Acção Penal, em Aveiro e em Sintra.
- 22 **ECONOMIA**
BPN. Miguel Cadilhe ganha 700 mil euros brutos por ano e vai perder uma indemnização de 2,2 milhões de euros.
- 25 **ESPECIAL**
EUA. Obama é o presidente eleito e enfrenta já grandes desafios, a começar pela grave crise económico-financeira.
- 28 **POLÍTICA**
Orçamento. José Sócrates ataca Manuela Ferreira Leite no arranque do debate do Orçamento do Estado para 2009.
- 31 **MUNDO**
Rússia. Presidente Dmitry Medvedev avisa os EUA de que vai colocar mísseis na fronteira entre o seu país e a Polónia.
- 42 **CULTURA & ESPECTÁCULOS**
Música. Começam hoje no Teatro Ibérico, em Lisboa, os primeiros concertos da nova formação dos Madredeus.
- 46 **TELEVISÃO & MÍDIA**
CNN. Jornalista da estação de televisão norte-americana apresentou-se em estúdio sob a forma de holograma.

ETAMBÉM. Passatempos: 40 • Farmácias 41 • Meteorologia 41
Eletrodomésticos 43 • Cartaz 44 • Televisão 50

OPINIÃO

Passar à frente

Medeiros Ferreira
Professor universitário

N um instante os EUA passaram para a frente da civilização. Acabam de eleger um afro-americano para a Casa Branca, revalidando o mito do 'Melting pot' com que iniciaram a fusão de populações de vários continentes que emigraram para o Novo Mundo. Há outras sociedades ocidentais com boas intenções sobre a integração racial mas nenhuma elegeu ainda um presidente negro. Lá nas alturas ressoam as orações de Luther King: "Tive um sonho" ou o profético "Subi ao alto da montanha...".

Luther King é um dos maiores vencedores destes novos dias, quarenta anos depois do movimento dos direitos cívicos. A eleição presidencial de Barack Obama não se esgota nessa ilustração excepcional da igualdade de oportunidades. Ela é um indicador de que os EUA querem enterrar a Administração Bush, a Cimeira das Lajes, a guerra no Iraque e as torturas em Guantanamo. Querem reaparecer com a face rejuvenescida de 'potência benevolente' perante um mundo em mudança e a requerer mais cooperação do que guerras. Por isso, nem um moderado como McCain chegou para evitar a derrota dos conservadores nas Presidenciais e nas eleições para o Congresso.

É verdade que Obama teve enormes meios financeiros para levar por diante a campanha,

a mais cara de sempre de um candidato democrata. Mas isso não explica tudo, sobretudo o significado da vitória. Não explica a mobilização dos apoiantes nem a expressiva participação eleitoral. E muito menos o movimento de esperança que, com epicentro em Chicago, se espalhou pela Terra inteira.

São exigentes os desafios que o novo presidente tem pela frente. Em primeiro lugar, organizar a resposta à crise económica e financeira e avançar com um esquema de maior governança mundial da globalização;

depois, responder aos anseios de disciplina ambiental e energética sem diminuir o crescimento sustentável; e ainda contribuir para que os conflitos sejam resolvidos dentro das regras do Direito Internacional e pelo sistema das Nações Unidas, de preferência. No imediato, vamos assistir aos sinais emitidos pela escolha dos mais

directos colaboradores, certamente uma mistura entre antigos conselheiros de Bill Clinton e gente descomprometida com os vícios de Washington. Vícios de Washington que tanto animaram as primárias. Obama bem disse no discurso de vitória que os desafios que tinha pela frente requeriam tempo para serem ultrapassados. Falou mesmo em mais do que um mandato. Ele não quer ficar na História como alguém que foi eleito para desiludir.

"Os EUA querem enterrar a Administração Bush, a Cimeira das Lajes, a guerra no Iraque e Guantanamo"

Futebol Jogadores merecem o que ganham?

PÁG. 38

sim O futebol é um espectáculo e os artistas, quando são bons, devem ser bem pagos. Só assim as pessoas vão ao futebol. Prova disso é o que se passa em Inglaterra. Os verdadeiros craques são pagos a peso de ouro e os estádios estão quase sempre lotados.

OCTÁVIO LOPES EDITOR DE DESPORTO

não Apesar de renderem milhões aos clubes, não é admissível vencimentos de cem mil euros num país onde milhares precisam de trabalhar de sol a sol para ganhar pouco mais de 400 euros. É um escândalo e devia haver mais contenção no mundo do futebol.

EDGAR NASCIMENTO EDITOR DE SOCIEDADE

CHAMPIONS Jesualdo tem condições para ficar se perder (em Kiev)?



VOTO ON-LINE E SMS

Envie um SMS com a sua resposta para o número 4030 com o texto: CM (espaço) número da opção pretendida. Marque 1 para Sim e 2 para Não.

Crise

À espera que a tempestade passe

É tempo de começar a perceber extensão da crise financeira na economia real. Bancos portugueses devem fechar o ano com lucros em queda e o futuro traz menores rentabilidades



Cristina Ferreira

● Resistir. Resistir. E, ainda, resistir. Uma ideia que é hoje acarinhada pelos banqueiros. Depois de terem levado anos a "perseguir" taxas de crescimento com dois dígitos, já não querem saber da evolução dos lucros que, um pouco por todo lado, a crise veio revelar serem do domínio virtual. Nesta fase, as instituições que se têm mantido fora do furacão, como as portuguesas, esperam que a tempestade passe, e que os estilhaços não as atinjam.

Os próximos dias serão essenciais para se começar a perceber a extensão do impacto da crise financeira na economia real, pois em todo o mundo os empresários (não bancários) preparam-se para divulgar as suas contas. Por cá, o BPI arranca hoje a ronda de apresentação dos resultados trimestrais do sector bancário. Os CEO dos quatro maiores bancos, CGD, BCP, BES e BPI, com uma quota de mercado de 80 por cento, deverão procurar passar a mensagem de que fizeram uma gestão prudente, não se metendo em aventuras de risco e que, por essa via, estão mais bem posicionados para atravessar a turbulência. E vão aproveitar para chamar a atenção para o facto de não ser possível fazer generalizações: há bancos atingidos, e cada caso é um caso; não é a banca que está em causa.

Mas o sistema nacional não vai ficar imune à crise. Na actividade doméstica, os bancos queixam-se já de um aperto nas margens. Compensaram a falta de liquidez nos mercados in-

Os próximos dias serão essenciais para se começar a perceber a extensão do impacto da crise financeira na economia real

ternacionais captando depósitos, com aumento das taxas de remuneração. E, por outro lado, restringiram o crédito, mas alegam que como as comissões não subiram os seus custos dispararam. Já as bolsas vivem sem rede, a cair acima dos dois dígitos. Um problema para os accionistas das empresas cotadas, mas também para os bancos, cujos activos em carteira se desvalorizaram, obrigando-os a absorver menos valias.

Os analistas prevêem, ainda assim, que os bancos portugueses cheguem ao final do ano com lucros, mas inferiores aos de 2007, situação que há um ano seria fortemente penalizada quer pelos investidores e analistas, quer pelos "media". Um gestor que não garantisse aos seus accionistas taxas médias de rentabilidade acima de 20 por cento veria o seu posto ameaçado. A conjugação destes factores está já a introduzir grande pressão sobre a lógica económica da vida das instituições.

A economia real portuguesa terá de conviver nos próximos tempos com os efeitos adversos da crise. A contração do crédito às empresas e às famílias pode levar a um período de crescimento económico lento. E haverá ainda o impacto das medidas adoptadas no quadro dos planos Brown e Paulson. Para travar a queda do sistema financeiro global, os países europeus concertaram-se com os parceiros mundiais, avançando com um plano alicerçado em três pilares: injectar liquidez no mercado interbancário; recapitalizar

as instituições fragilizadas; avançar com garantias para os bancos se financiarem nos mercados de emissão de dívida. O objectivo é proteger a economia real. A Organização Internacional do Trabalho alegou que se o sistema financeiro não voltar rapidamente a desempenhar a sua função fundamental, a de "vendedor" crédito, haverá "uma crise social". E estima que, pelo fecho das empresas, em 2009 possam ficar desempregadas mais 20 milhões de pessoas.

O início do fim da crise?

Ao Plano Brown, Portugal foi buscar a última medida avançando com uma garantia do Estado de 20 mil milhões de euros para a banca poder ir buscar dinheiro ao mercado de capitais de médio prazo. Até Julho, antes deste mercado fechar, CGD, BCP, BES, BPI e Totta foram refinanciar-se ao mercado de emissão de dívida em cerca de 10 mil milhões de euros. Em termos de capital, os banqueiros portugueses têm afirmado estar "confortáveis". A CGD, o BCP, o BPI, o Banif e o BPN fizeram este ano operações de aumento de capital, num valor global superior a 2,2 mil milhões de euros. E o Finibanco anunciou há dois dias uma operação de 50 milhões de euros por entrada de dinheiro dos accionistas, enquanto o BES tinha elevado em 2006 o seu capital em 1,4 mil milhões de euros.

Na passada quarta-feira, quando discursava no III Encontro da Associação Portuguesa de Analistas Financeiros (APAF), o presidente do Banco Privado Português, João Rendeiro, lembrou

que se os bancos forem obrigados a apresentar nove por cento do rácio Tier 1, uma possibilidade admitida pelas autoridades europeias, então as suas necessidades de recapitalização para atingir esse patamar são de 4,7 mil milhões de euros, enquanto a banca espanhola necessitará de 30 mil milhões de euros. Hoje, o rácio de solvabilidade recomendado pelo Banco de Portugal é de oito por cento.

No total, a Europa e os EUA avançam já com verbas da ordem dos dois mil milhões de euros para sanear grupos financeiros que construíram os balanços sem suporte de capital ou que foram afectados pelos activos tóxicos e imobiliário (AIG, Barclays, Citi Group, Lehman Brothers, ING, UBS, Merrill Lynch). A consequência provável da emissão de moeda a esta escala, e sem contrapartidas, será o aumento da inflação. Até porque em simultâneo os bancos centrais estão a baixar as taxas de juros indicativas para promover o crescimento económico. O BCE, que vinha actuando em sentido contrário, dá assim sinais de poder seguir uma política monetária expansionista.

Tal como nos restantes países, também Portugal assistirá a um processo de ajustamento forçado, que se reflectirá em mais inflação e menores níveis de crescimento. Países como a Inglaterra, a Alemanha e a Espanha já anunciaram o perigo da recessão. Mas Portugal estava numa situação de fraco crescimento pelo que o impacto da crise para a população pode até ser mitigado. Se o desemprego não aumentar (existe a ameaça de encerramento das indústrias que trabalham para o exterior), a correcção do sistema terá um lado positivo para o cidadão comum pois a cotação do petróleo está em queda (baixou de quase 150 dólares para os actuais 70) e a taxa Euribor desceu à fagulha dos cinco por cento. Em 2009, se tudo correr bem, as famílias poderão pagar menos pela gasolina e pelo crédito.

No fim-de-semana passado, o "Financial Times" alertava para o facto de, com excepção da Grande Depressão de 1929 a 1933, quando o PIB norte-americano caiu 25 por cento, as crises registadas nos EUA suscitaram apenas quedas negligenciáveis na riqueza produzida. Ou seja: os efeitos das crises têm sido menores do que o previsto. Os analistas admitem que se esteja a assistir ao início do fim da crise. Mas no final todos esperam por respostas. Como foi possível chegar até aqui? Uma resposta é que as autoridades acreditaram ser possível controlar os acontecimentos e falharam. O Estado regulador, através dos supervisores, não viu o que estava a acontecer e acreditou que o mercado se auto-regulava. Uma lição a tirar é que no mercado há quem tenha ética, e quem nunca a tenha tido.

Ainda é cedo para perceber o que se vai passar daqui por diante. Porque esta crise não é igual a nenhuma outra, quer na forma como se desenvolveu, quer como se propagou a todo o mundo.

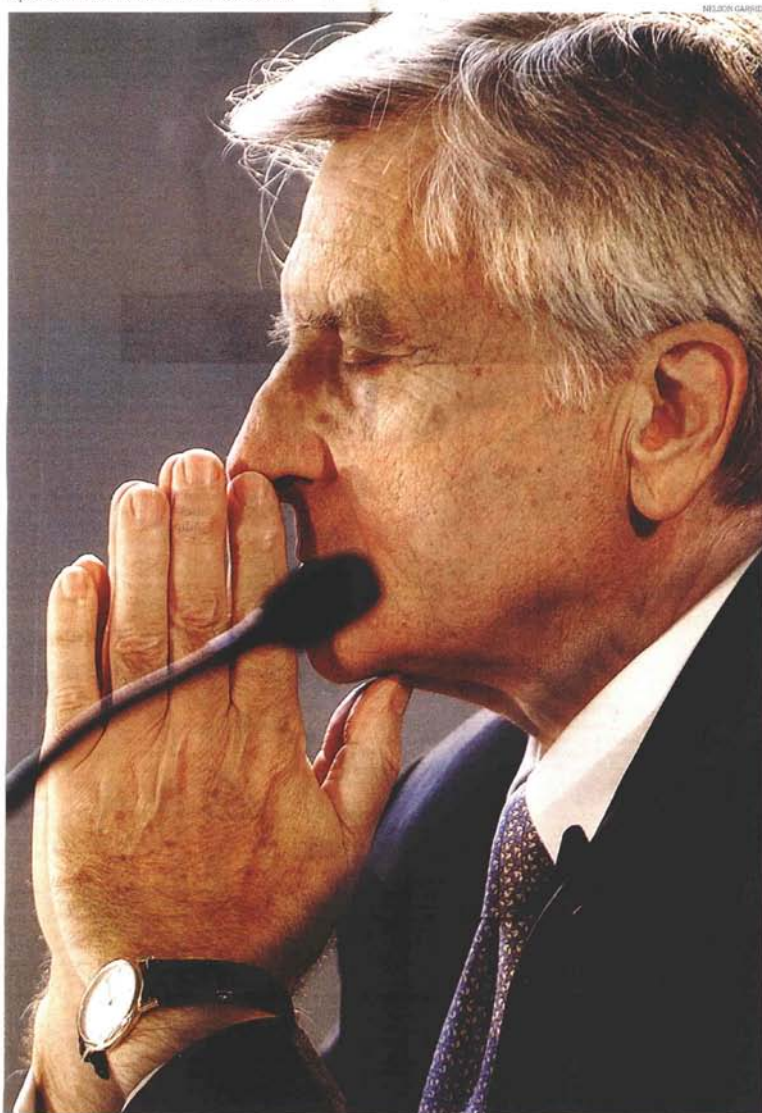
Opinião

O nevoeiro das finanças

Os líderes militares falam sobre o "nevoeiro de guerra" - a condição de profunda incerteza que é própria do combate. A recente crise do crédito e de liquidez fez surgir uma condição semelhante nos mercados financeiros, já que ninguém, nem mesmo os bancos centrais, parecem compreender nem a sua natureza nem a sua dimensão. Ouve-se frequentemente dizer que aquilo a que se chama a crise das "subprime" é o resultado de políticas monetárias frouxas que levaram a uma liquidez excessiva nos mercados financeiros. Mas

Jean-Paul Fitoussi e Éloi Laurent*

Vítima da sua propensão para o conservadorismo, o BCE optou por esperar pelo pior em vez de o tentar evitar. Consequentemente, a inevitável redução das taxas europeias, quando ocorrer, não irá, provavelmente, ter o efeito estabilizador que devia



pode ver-se aqui um paradoxo óbvio: como pode um excesso de liquidez, resultar, no fundo, numa escassez de liquidez que tem de ser criada por bancos centrais? Na verdade, o laxismo monetário poderá ser um sintoma, não de liquidez excessiva, mas de poupança excessiva. Isso reflecte-se no aumento da desigualdade de rendimentos em grande parte do mundo desenvolvido, e nos vertiginosos excedentes dos países produtores de petróleo dos países asiáticos. O aparecimento de fundos patrimoniais dos estados como os da China e os dos Estados do Golfo para investir as poupanças dos excedentes orçamentais destes países é apenas a ponta do icebergue das poupanças globais excessivas.

Enquanto o excesso de liquidez inflacionário exige taxas de juro mais elevadas, o excesso de poupanças é deflacionário e exige taxas mais baixas. Isto conduz-nos ao dilema com que os bancos centrais se deparam. Quando os responsáveis dos bancos centrais não são capazes de evitar uma crise - ou quando contribuem para a sua criação - a sua missão fundamental é fazer tudo o que estiver ao seu alcance para conter o impacto dessa crise.

Todas as suas acções, palavras ou sinais, assumem subitamente uma enorme importância. Um responsável de um banco central não é apenas um empregador de último recurso mas é também um orador de último recurso. Em qualquer dos casos, a Reserva Federal dos Estados Unidos teve um desempenho muito melhor nesta recente crise do que o Banco Central Europeu.

Se o problema é excesso de poupança, e se a incerteza mina a confiança, uma injeção maciça de liquidez como a do BCE como resposta à crise das "subprime" poderá ser necessária, mas não é suficiente. Poderá, também, ser necessária uma redução nas taxas para restaurar a confiança. O Fed percebeu essa mensagem. A Europa precisa de saber por que razão o BCE não percebeu. Além do mais, os esforços do Fed contribuíram para uma estabilização porque declarou claramente quais eram as suas intenções antes de agir. Pelo contrário, em Agosto passado, o governador do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet, referiu a decisão sobre política monetária tomada antes da crise para justificar a possibilidade de um aumento das taxas, e portanto, não lhes mexeu. No dia 6 de Setembro, Trichet disse que o BCE mantivera o "status quo", não esclarecendo o que queria dizer com isso. Na realidade, enquanto o BCE parecia ter implicitamente aceite um objectivo de crescimento económico, manteve a sua linha dura contra a inflação no dia 4 de Outubro.

A razão da inércia, obscurantismo e inflexibilidade do BCE é muito simples: o BCE só incidentalmente é que está encarregado do crescimento económico da zona euro; o seu objectivo principal é a "estabilidade de preços." Todavia, a actual crise, tal como outras que a precederam, mostra que a política monetária, quer isso agrade ou não aos bancos centrais, dita antecipações, não apenas de inflação mas também de crescimento.

Enquanto o BCE não admitir as dúvidas que pairam sobre as economias europeias, mantém-se um risco de colapso. O BCE está convencido de que incutir benigna é a política cambial certa, e que o G7 é o sítio certo para tratar da volatilidade da moeda. Mas o euro é uma questão europeia. Porque é que uma situação em que a Europa suporta o fardo de moedas fracas nos estados Unidos e na Ásia deve ser mediada num fórum global? No meio de uma crise financeira, a única coisa pior do que a dívida é a falsa certeza.

O paradoxo é que o BCE podia ter assegurado a sua independência baixando as taxas de juro no dia 6 de Setembro, e voltando a baixá-las no dia 4 de Outubro. Agora vai ser obrigado a fazê-lo. Vítima da sua propensão para o conservadorismo, o BCE optou por esperar pelo pior em vez de o tentar evitar. Consequentemente, a inevitável redução das taxas europeias, quando ocorrer, não irá, provavelmente, ter o efeito estabilizador que devia.

**Jean-Paul Fitoussi é professor de Economia e da "Sciences-po Center for Economic Research" em Paris. Éloi Laurent investigador sénior associado da "Sciences-po Center for Economic Research"*

Exclusivo PÚBLICO/Project Syndicate

Opinião

Sobreviver ao “dilúvio” de capital



Apesar da recente turbulência nos mercados financeiros, a dinâmica subjacente à economia mundial permanece, grosso modo, inalterada

A grande questão que se coloca não é saber como lidar com o abrandamento e sim como se pode manter o actual “boom” global, assim como os fluxos de capital inerentes. As perspectivas de rápido crescimento podem proporcionar excelentes oportunidades de investimento, mas cujo financiamento só será possível se o capital continuar a entrar nos países que o saibam usar de forma eficaz. Importa sublinhar que alguns países com elevadas poupanças querem investir noutros países e que não adiar a sua estratégia devido aos interesses de curto prazo dos mercados. As nossas projecções mostram, aliás, que a maioria (ou totalidade) do fluxo de capital para as economias emergentes deverão crescer de 400 a 500 mil milhões de dólares - antes da crise asiática de 1997 - para 800 a 900 mil milhões de dólares em 2007 e 2008. Estimamos ainda que estes fluxos possam a ascender a um bilião de dólares num futuro próximo. Os factos permitem-nos dizer que,

Simon Johnson e Jonathan D. Ostry*

em 1997-98, a fraca regulação bancária e o governo das empresas foram responsáveis pelo agravamento da contracção económica após a “súbita suspensão” dos fluxos de capital. Mas que consequências podem daí advir, hoje, para os países com baixo e médio rendimento, e para a estratégia das suas políticas ao nível da balança de capital numa conjuntura de “dilúvio” de capital? Ora, o controlo do capital não é a única variável que determina a abertura financeira de um país ou mercado. Outros factores, como a qualidade das instituições políticas e económicas são igualmente importantes para o cálculo dos fluxos de capital que um dado país pode atrair. Mas como podemos determinar até que ponto cada país beneficia, de facto, da globalização financeira? Um estudo realizado recentemente pelo departamento de pesquisa do Fundo Monetário Internacional (FMI), com base em dados dos últimos 30 anos e com vista a avaliar os efeitos da globalização financeira, veicula duas mensagens. Primeiro,

todos os países devem ter uma abordagem prudente à liberalização financeira externa quando o desenvolvimento do sector financeiro e a qualidade institucional estão abaixo dos limiares exigíveis. Por outras palavras, “não salte para a água se não souber nadar”. Segundo, a prudência tem custos. A abertura dos mercados financeiros pode, só por si, catalizar melhorias e desenvolvimentos nos fundamentais que realçam os benefícios da globalização. O controlo de

O controlo do capital não é a única variável que determina a abertura financeira de um país ou mercado. Outros factores, como a qualidade das instituições políticas e económicas são igualmente importantes para o cálculo dos fluxos de capital que um determinado país pode atrair

capital, quaisquer que sejam os seus benefícios na mitigação dos riscos associados aos fluxos de capital voláteis, pode ser oneroso de múltiplas formas. Ou seja, é importante que todos “aprendam a nadar”.

A primeira mensagem encontrará eco junto daqueles que acreditam que a crise asiática de há dez anos nos ensinou uma importante lição, isto é, que os países se abriram a determinados fluxos - especialmente de dívida em moeda estrangeira - antes de estarem verdadeiramente preparados para o fazer. Motal da história: os países devem, primeiro, fortalecer os sectores financeiros nacionais e o governo das empresas, e só depois abrirem a balança de capital.

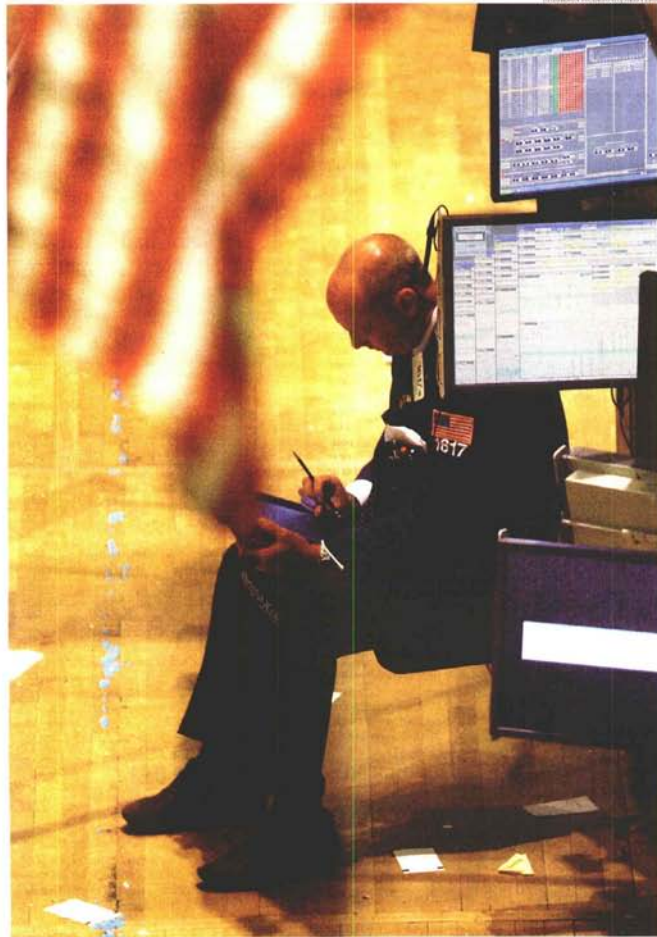
Mas mesmo que o controlo de capital pudesse proteger integralmente um país das forças da globalização financeira, não seria desejável que tal acontecesse. A abertura ao investimento directo estrangeiro e a outros fluxos de capital sem dívida pode servir de estímulo ao crescimento económico, sem que daí resultem efeitos secundários adversos para a volatilidade macroeconómica ou uma eventual crise. É o que acontece com países cujos fundamentais são, simultaneamente, fortes e fracos. O estudo sublinha que os países que ainda não chegaram a um certo patamar de “segurança” devem ser particularmente cautelosos quando da suspensão desses controlos, embora também realce os elevados benefícios líquidos dos países que ultrapassaram esses patamares e que, por isso mesmo, dispõem de fortes incentivos para lidar com as deficiências institucionais para poderem tirar o máximo partido dos potenciais benefícios da liberalização financeira externa. O facto de o capital circular actualmente para muitos países sem que se tenha em consideração se estão, ou não, preparados para o receber é, talvez, a preocupação mais premente. Existem hoje grandes excedentes na balança de pagamentos dos mercados emergentes, quando, em 1997, a maioria registava elevados défices na mesma. Com efeito, estimamos que alguns dos principais exportadores de petróleo e exportadores asiáticos de produtos manufacturados venham a ter elevados excedentes nas próximas décadas. Este capital tem de ser investido nalgum lado. Parece-nos, contudo, que o capital desses países circula cada vez mais para outros mercados emergentes e países pobres em desenvolvimento, e não para os países desenvolvidos, contrariamente ao que aconteceu nos últimos cinco anos. Resta saber se algum país está verdadeiramente preparado para receber tão elevados fluxos de capital e para gerir o seu impacto macroeconómico.

O risco que enfrentamos hoje não é o de uma crise iminente. Corremos, sim, o risco de os fluxos de capitais resultantes do “boom” global serem mal geridos e, consequentemente, se criarem novas vulnerabilidades. Quando a festa acabar - sendo que ninguém pode prevê-lo ao certo -, ainda muito ficará por fazer.

* Jonathan D. Ostry é director geral de investigação do FMI, e Simon Johnson é director de investigação e conselheiro económico do FMI.

PÚBLICO/Project Syndicate

Mercados



Nancy Trejos

● Na segunda-feira da semana passada, o índice Dow Jones Industrial Average caiu mais de 200 pontos, ficando abaixo do limiar de 10 por cento fixado após correção oficial do máximo atingido em Outubro. A palavra "recessão" passou a andar na boca de toda a gente. Mas, dois dias depois, o mercado recuperou, subindo mais de 300 pontos, e arrecadou o maior ganho diário dos últimos quatro anos. Estas bruscas oscilações perturbaram os investidores. Que devem fazer? Vender as suas acções? Investir em obrigações, certificados de depósito ou fundos do mercado monetário de menor risco? Ou devem apertar o cinto e preparar-se para enfrentar a turbulência? "Quando paira a incerteza ninguém sabe muito bem onde pode aplicar o seu dinheiro", diz Michael Fekete, editor técnico, que detém 350 mil dólares (cerca de 238 mil euros) em acções, obrigações e outros títulos. "Onde nos podemos esconder?"

Wall Street prepara-se para um período ainda mais turbulento, que ficará marcado por uma nova deterioração nas condições de crédito e no mercado imobiliário. Além de o dólar continuar fraco e de os preços do petróleo se manterem elevados, somam-se agora as magras receitas das empresas, que muito têm contribuído para a crescente fragilização da economia. Mas não só: um segundo trimestre consecutivo de lucros descendentes pode abrir caminho a uma "recessão de receitas", cenário que, segundo alguns analistas, poderá levar no imediato a reduções drásticas nos postos de trabalho, que resultariam, por sua vez, no aumento da taxa de desemprego e numa nova contração do poder de compra.

"Vivemos tempos extremamente voláteis. É assustador", afirma Rita Cheng, consultora financeira na Ameriprise Financial Services, sediada em Bethesda, no estado de Maryland, EUA. "Os investidores têm motivos para estar nervosos. O conselho que dou aos meus clientes é: 'Não podem entrar em pânico'".

Fekete, cliente de Cheng, não seguiu o seu conselho e vendeu os títulos com pior desempenho. Diz que não tenciona mexer mais na sua carteira e resume assim o que vai na cabeça de muitos investidores: "Vou esperar para ver como as coisas evoluem". Fekete não é o único investidor que preferiu parar para pensar no que vai fazer a seguir.

Segundo a AMG Data Services, empresa especializada em pesquisa na área dos fundos de investimento, desde Maio que não param de sair fluxos de dinheiro dos fundos de investimento. Em Novembro saíram cerca de 10,6 mil milhões de dólares - valor muito superior ao registado em Outubro, em que não ultrapassou os 3,6 mil milhões. Robert Adler, presidente da AMG, explica que grande parte desse dinheiro foi canalizada para fundos de acções internacionais, em particular para aqueles que investem nos mercados emergentes.

O Bespoke Investment Group dá mais pistas para perceber o que pensam os investidores. Após a análise das recomendações dos analistas relativamente às acções cotadas no índice Standard & Poor's 500, concluiu que as acções de elevada capitalização bolsista receberam a maior percentagem de recomendações de compra dos analistas, 49 por cento, e a menor percentagem de recomendações de venda, 6 por cento. As acções do sector financeiro, onde se incluem os bancos de crédito em dificuldades devido à crise no mercado de crédito à habitação de

Wall Street prepara-se para um período ainda mais turbulento, que ficará marcado por uma nova deterioração nas condições de crédito e no mercado imobiliário. Além de o dólar continuar fraco e o petróleo elevado, somam-se as receitas magras das empresas

alto risco ("subprime"), receberam um mínimo de recomendações de compra, 36 por cento, enquanto as acções do sector energético, flutuantes em resultado da escalada dos preços do petróleo, registaram tendência inversa, atingindo os 54 por cento.

Voltar ao básico

"Vivemos actualmente um período em que os investidores se perguntam: 'Para que lado me devo virar? Para a direita? Para a esquerda? Fico quieto? Salto? Que devo fazer?'", diz Georges Yared, director de investimentos da Yared Investment Research. E explica: "É preciso regressar aos fundamentos e perceber porque investiu naquelas acções e ponderar sobre a meta de preços. É essencial perceber qual é a meta de preços e o porquê do seu investimento". Por outras palavras, como pode proteger a sua carteira de títulos quando a tão temida "recessão" é invocada a todo e qualquer instante?

Infelizmente, na opinião de consultores e estrategas, os investidores tendem a precipitar-se, mesmo quando a história provou por diversas vezes que a paciência é uma virtude no que toca ao investimento. Para Cheng e outros consultores, a melhor forma de gerir a sua carteira passa por delinear uma estratégia a longo prazo. Por uma razão muito simples: se mantiver as acções em carteira por um longo período de tempo terá mais possibilidades de sobreviver aos altos e baixos do mercado. "O que importa aqui não é escolher o tempo, o momento mais oportuno e, sim, manter os títulos no mercado o máximo de tempo possível", realça Cheng.

Bill Stone, responsável pela estratégia de investimento da PNC Wealth Management, empresa que integra o PNC Institutional Investment Group, explica que investir em acções não é forçosamente mau, mesmo em períodos de recessão. E acrescenta que, embora a maioria das pessoas ache que os investidores perderam somas astronómicas nas últimas recessões, a verdade não é assim tão literal. Segundo uma análise da PNC, corroborada pelo National Bureau of Economic Research, o índice S&P 500 registou uma descida média de 0,41 por cento nas últimas seis recessões desde 1969. Mas se tivémos em conta a recessão de 1960-61, onde o retorno se situou nos 16,68 por cento, verificamos que os ganhos médios rondaram os 2,03 por cento. Stone sintetiza, dizendo: "Se souber diversificar o investimento, vai ver que, no final, até se vai sair bem".

David A. Ballard, presidente do Champion Financial Planning Group, com sede em Annapolis, analisou a taxa de retorno anual do índice S&P 500 de todas as décadas desde os anos 40 e chegou à seguinte conclusão: nos

Esperar para ver

Os mercados de acções cometeram a proeza de, numa semana, provocar medo e inspirar esperança

Ter 7 Out Edição Lisboa

Terça-feira, 7 de Outubro de 2008
Ano XIX, n.º 6764
Portugal: 0,50€ (IVA incluído) Espanha: 2,00€
Director: José Manuel Fernandes
Directores adjuntos: Nuno Pacheco,
Manuel Carvalho e Paulo Ferreira

The Frank Sinatra
Collection



20.º e último volume
New York. New York
Hoje, por apenas mais
6,90 euros

Público



Futebol
Benfica cede
empate frente
ao Leixões
Pág. 25

Entrevista
Noa, a israelita
que faz "canções
para cidadãos do
novo mundo" P2

Medicina
Nobel distingue
combate a dois
flagelos da
Humanidade
Pág. 14

Austrália
Novas espécies
descobertas no
fundo do mar
P2



A segunda-feira mais negra desde 1987

Ministro das Finanças garante segurança das
poupanças depositadas nos bancos • Bolsa de Lisboa
regista a maior queda desde a sua criação • Falta de
coordenação à escala europeia coloca o maior desafio
de sempre ao euro • Intervenções públicas nos
bancos multiplicam-se na Europa • Págs. 2 a 5

Professores

**Preparação das
aulas trocada
pelas avaliações**

• O novo sistema de avaliação está a
deixar os professores avaliadores sem
tempo de preparar as aulas. Multipli-
cam-se as reuniões e a burocracia é
muita, queixam-se vários docentes.
Os resultados dos alunos vão contar
e há quem tema que, por causa disso,
as notas venham a ser inflacionadas.
Outros parâmetros, como o empenho
e a relação com os alunos, também
suscitam dúvidas. → Portugal, 6

PUBLICIDADE

**CAMBRIDGE
SCHOOL**
Os melhores alunos ganham por nós.
www.cambridge.pt
**Ano lectivo
Inscrições abertas**

Economia

**Autoeuropa vai
parar por falta
de encomendas**

• A Autoeuropa vai parar na próxi-
ma semana a produção dos monovo-
lumes VW Sharan e Seat Alhambra. A
empresa responde assim à retracção
da procura, principalmente do mo-
delo da Seat no mercado espanhol. A
fábrica, que já tinha efectuado uma
paragem no mês passado, produziu
menos 2300 veículos entre Janeiro e
Setembro. → Economia, 29

PUBLICIDADE

**FNAC
VASCODA
GAMA**
A PARTIR DE 10 DE OUTUBRO
O PRAZER DE DESCOBRIR

FALTAM
03
DIAS



Destaque

Bancos centrais Primeiro corte de juros mundial desde o 11 de Setembro

Descida de taxas vista como “uma gota num mar de necessidades”

Sérgio Aníbal

Seis bancos centrais cortaram taxas de juro para salvar o mercado de crédito e evitar a recessão, mas as bolsas continuaram a cair

Em condições normais, quando se verifica uma descida das taxas de juro, os mercados acionistas reagem com entusiasmo. Mas ontem, no dia em que seis bancos centrais cortaram ao mesmo tempo e de surpresa as suas taxas em 0,5 pontos percentuais, os principais índices das bolsas mundiais fecharam com perdas significativas. Os esforços das autoridades para fazer face à crise financeira, por muito ousados que sejam, continuam a ter como única resposta dos mercados o acentuar do pessimismo.

Ontem foi a vez de os bancos centrais darem mais um passo em frente. As injeções de liquidez que têm vindo a fazer ainda não conseguiram desbloquear os mercados de crédito, que continuam praticamente congelados, e as economias, como revelam as últimas previsões do FMI, avançam rapidamente para uma recessão. Por isso, baixar taxas tornou-se a única solução.

O Banco Central Europeu (BCE) e a Reserva Federal norte-americana, em conjunto com os seus parceiros



António Nogueira Leite diz que o comportamento dos mercados exprime não atitudes lógicas, mas pânico

do Reino Unido, Suíça, Canadá e Suécia anunciaram uma descida concertada das taxas de juro como não se via desde o 11 de Setembro de 2001. Todos os bancos baixaram as taxas de juro de referência em 0,5 pontos percentuais e deram sinais de estar dispostos a ir mais longe, assim que for necessário.

Para o BCE, que há apenas três meses tinha elevado os juros, representou a primeira descida de taxas em cinco anos e a estreia de Jean-Claude Trichet neste tipo de movimento econômico presidente. A principal taxa de refinanciamento fica em 4,75 por cento, um valor mais elevado do que os 1,5 por cento agora em vigor nos EUA.

As bolsas europeias reagiram inicialmente de forma positiva, invertendo a tendência de queda do início da sessão. Mas, logo no início da tarde, o pessimismo voltou e os principais índices fecharam com mais um registo que dá razão a quem assinala a ocorrência atual de um crash nos mercados.

Londres, Paris e Frankfurt caíram 5,18, 6,31 e 5,88 por cento, respectivamente. Em Nova Iorque, o mercado fechou com uma quebra de dois por cento. O PSI20, em Lisboa, registou uma descida de 3,64 por cento.

A tragédia bolsista de ontem tinha começado nas bolsas asiáticas, que fecharam com quedas de 9,3 por cento no Japão e 8,1 por cento em Hong Kong.

“Uma questão de pânico”

De forma clara, os mercados mostraram não acreditar que a decisão tomada ontem pelos bancos centrais, em conjunto com as ajudas aos bancos oferecidas por alguns governos, seja suficiente para acabar com a tensão em que vive o sistema financeiro.

Os economistas contactados pelo PÚBLICO explicam o porquê desta descrença dos mercados. “Esta descida de taxas não é mais do que uma gota num mar de necessidades”, explica Eduardo Catroga. O ex-ministro das Finanças lembra que “é muito mais fácil perder a confiança do que recuperá-la” e que este processo “pode vir a levar um período muito longo de tempo”.

Para António Nogueira Leite, a reacção de ontem dos mercados “não é uma questão de lógica, é uma questão de pânico”. Este economista defende ainda que “era bom que as autoridades europeias dessem maiores sinais de concertação”, assinalando que “o BCE foi demasiado lento a reagir”.

A mesma ideia é defendida por Eduardo Catroga. “Os dirigentes políticos europeus pensaram que este era um problema americano e, quando a crise lhes bateu à porta, pareceram surpreendidos”, afirma.

Ainda assim, há quem lembre que, sem a acção dos bancos centrais, tudo poderia ser muito pior. “A medida foi fundamental para interromper a derrocada, porque é difícil imaginar o que é que teria sido a queda do dia sem aquela interrupção”, disse ao PÚBLICO um operador que preferiu não ser identificado. De manhã, antes da decisão, as negociações na Bolsa de Paris chegaram a estar suspensas, quando o principal índice caía cerca de oito por cento.

Outro problema com a descida de taxas de ontem é que não se sabe se o seu efeito será sentido no mercado de crédito e na economia. Mesmo depois de o BCE sinalizar uma descida iminente de taxas na semana passada, a Euribor continuou a subir. Só nos próximos dias é que se ficará a saber o que vai agora acontecer, mas, como afirma o economista Paul Krugman no seu blogue, “já ultrapassámos o ponto em que a política monetária convencional funciona”.

O que falta fazer

À primeira vista, as autoridades já parecem ter usado todos os instrumentos à sua disposição. Injeção de liquidez, compra de activos tóxicos, garantias totais à banca e nacionalizações foram feitas nos EUA e na Europa. Mas, afinal, ainda muito falta fazer.

E o “mar de necessidades” de que fala Eduardo Catroga foi calculado pelo Fundo Monetário Internacio-

Corretor na Bolsa de Frankfurt revela a tendência das cotações



“Os dirigentes políticos europeus pensaram que este era um problema americano e, quando a crise lhes bateu à porta, pareceram surpreendidos”, afirma Eduardo Catroga

nal (FMI). Num relatório ontem publicado, esta entidade calcula que, em todo o mundo, o sector público vai ter de gastar, para resolver a crise financeira, a verba impressionante de 2000 mil milhões de dólares (cerca de 1500 mil milhões de euros e quase nove vezes o PIB português), correspondente aos activos detidos pelos bancos e que os Estados podem ter de vir a comprar.

Para lá dos 700 mil milhões de dólares do plano Paulson, o Fundo estima que serão precisos 300 mil milhões adicionais nos EUA, 200 mil milhões no Reino Unido e 800 mil milhões no

resto da Europa. Para além disso, o relatório afirma que o sector bancário em todo o mundo vai precisar, para reequilibrar os seus balanços, de 675 mil milhões de euros de novo capital. Para completar o pacote de medidas, Olivier Blanchard, do FMI, diz que “estamos a enfrentar tempos difíceis” e que mais cortes de taxas “podem ser necessários”.

No final da crise, perante estas exigências aos sectores públicos, uma coisa é certa: o valor das dívidas públicas da generalidade dos países ficará bastante mais elevado. **com Rosa Soares**

Principais bolsas mundiais voltaram a encerrar dia com perdas
Em Lisboa, o PSI 20, já perdeu mais de 43 por cento desde o início do anoBancos centrais descem taxas
Taxas de juro de referência

FONTE: BCE e Reserva Federal; REUTERS

Bolsas voltam a afundar
Variação em %

	Ontem	Em 2008
Japão (Nikkei225)	-9,38	-45,72
Bélgica (BEL20)	-7,36	-27,06
França (CAC40)	-6,31	-36,13
Alemanha (DAX30)	-5,88	-30,18
Itália (MIB)	-5,71	-42,1
Espanha (IBEX35)	-5,2	-33,44
Inglaterra (FTSE)	-5,18	-40,49
Portugal (PSI20)	-3,64	-43,76
EUA (DJ Industrial)	-2	-32,84
EUA (Nasdaq Composite)	-0,83	-36,88

Metade do PSI 20 já perdeu
mais de 50%

	Ontem	Em 2008
Sonae Indústria	773	79,69
Sonae SGPS	2,33	75,04
BPI	2,33	68,51
BCP	3,35	65,33
Tecneira Duarte	4,49	64,26
Sonaecon	9,93	61,54
Altir	5,65	59,1
ZON	7,54	58,5
Mota-Engil	4,65	54,9
BES	1,89	51,82
Cimpor	6,09	44,89
Semapa	1,37	43,93
EDP	4,42	42,72
EDP Renováveis	3,37	42,62
Brisa	4,48	38,84
Portugalcel	2,73	35,09
REN	3,74	29,36
Portugal Telecom	8,67	22,11
Galp	6,46	19,61
Jerónimo Martins	3,09	0,62